

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – HIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS**

**O riacho do Ipiranga e a Independência nos traços dos geógrafos,
nos pincéis dos artistas e nos registros dos historiadores (1822-
1889)**

Pablo Endrigo Franco
Brasília/DF
2008

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – HIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL
LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE, INSTITUIÇÃO E PODER**

**O riacho do Ipiranga e a Independência nos traços dos geógrafos,
nos pincéis dos artistas e nos registros dos historiadores (1822-
1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vanessa M^ª. Brasil.

Pablo Endrigo Franco
Brasília/DF
Julho de 2008

Pablo Endrigo Franco

**O riacho do Ipiranga e a Independência nos traços dos geógrafos,
nos pincéis dos artistas e nos registros dos historiadores (1822-
1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História – PPGHIS da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa M^a. Brasil

Banca Examinadora:

Dr^a. Vanessa M^a. Brasil – Presidente
Universidade de Brasília

Dr^a. Diva do Couto Gontijo Muniz
Universidade de Brasília

Dr^a. Ruth Elias de Sousa Laranja
Departamento de Geografia – UnB

Dr. Antonio José Barbosa – Suplente
Universidade de Brasília

À minha família

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à prof^a. Dr^a Vanessa M^a. Brasil que, desde a graduação, orienta-me de maneira atenciosa, dedicada e crítica, qualidades realçadas pelo seu constante bom humor e amizade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, em especial a prof^a. Dr^a. Diva do Couto Muniz, pelos comentários e sugestões feitas tanto na disciplina História e Historiografia, como também no projeto de qualificação.

Ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo, por gentilmente autorizar a reprodução das imagens de seu acervo nesta dissertação, e às funcionárias do Serviço de Documentação Textual e Iconografia do Museu, pela simpatia e presteza no atendimento.

É preciso agradecer também ao Arquivo Nacional, minha “casa” profissional. Aos colegas da Coordenação de Consultas ao Acervo, que tornaram minhas visitas ao Rio de Janeiro extremamente proveitosas. Às Coordenadoras da COREG-Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, por facilitarem, sempre que possível, a conciliação entre trabalho e estudo.

Os amigos e a família são sempre esteios importantíssimos em minha jornada. A Ryan e a Guilherme Barbosa, colegas no PPGHIS e amigos de longa data, que compartilharam comigo as apreensões e alegrias do mestrado. A Camila, Mariana, Marcelo e Sallya, pelas discussões, apoio e risadas que dividimos.

Aos meus pais e ao meu irmão, pelo carinho e confiança depositados em mim em todas as etapas da minha vida.

A minha amada Carolina, que “insistentemente” incentivou a consecução deste trabalho. Sua ternura, paciência, seus conselhos e advertências, ajudaram a transformar em realidade aquilo que muitas vezes pareceu ser uma quimera.

Agradeço, por fim, à CAPES, que financiou os primeiros meses desta pesquisa.

Um rio não é apenas um acidente natural. É sobretudo um fenômeno de cultura, uma história.
(Gaspar Martins Pereira e Amândio Morais Barros)

Em 1822 [...] foi criado o povo brasileiro. E todas as grandezas da hora presente, os cargueiros cedendo ao peso do nosso café, do nosso açúcar, do nosso algodão, as chaminés das fábricas [...] os elementos, enfim, que representam a nossa vida, a nossa personalidade histórica, o alicerce do nosso futuro, tudo isso é obra de uma data: o sete de setembro [...] O grito do Ipiranga foi um toque de reunir [...] para constituição desse patrimônio ainda por existir
(João Alphonsus)

E o artista, o historiador do passante, do peregrino e do povo, respondeu [...] com as estátuas e bustos destes varões caridosos, que começaram desde então esta longa e nova vida, essa glória, essa existência marmórea que tem sempre dois pedestais: um de granito, e outro em todos os corações reconhecidos.
(Manuel de Araújo Porto-Alegre)

Resumo

Esta dissertação aborda as representações oitocentistas acerca do riacho do Ipiranga e da independência na história, na geografia e nas artes. A menção ao riacho do Ipiranga, hoje em dia, traz à maioria dos brasileiros uma imagem bastante específica: D. Pedro I, sobre um cavalo, proclamando a independência do Brasil. Não obstante, no século XIX, a situação era diversa: a independência, durante muitas décadas, não era uma data popular nas festividades nacionais; a região do Ipiranga, por sua vez, era desconhecida fora da província de São Paulo. Nossa análise procura entender a maneira como o local da independência e o próprio fato foram gradativamente valorizados pelo grupo de políticos e pensadores ligados ao Imperador. Por isto, elegemos como fontes de análise as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os relatos de viajantes que visitaram a região, mapas da província de São Paulo e iconografias que tivessem por tema o Ipiranga ou a emancipação, documentos que ressaltam o aspecto simbólico dos processos de construção da memória nacional e de consolidação do Estado imperial.

Palavras-chave: Riacho do Ipiranga; Independência do Brasil; Representação Iconográfica; História no Século XIX; Geografia no Século XIX; Memória.

Abstract

This dissertation deals with the representations of the Ipiranga creek, in 19th Century Brazil, in the history, geography and arts. Nowadays, most brazilians, when think about the Ipiranga creek, have an especific image about the independency: D. Pedro I, on a horse, proclaiming Brazil's independence. We had a different scenario in the 19th century: the independence, for many decades, was not a popular national festivity; the Ipiranga, on the other hand, was unknown outside São Paulo. Our analysis intend to understand how the local of the independence and the fact itself slowly gained significance, for the political and intellectual group around to the Emperor. Therefor, we selected as primordials sources of research the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, the diary of the travelers that visited the region, São Paulo's province maps and iconographies that had by theme Ipiranga or the independence documents that highlights the symbolic aspect of the processes of consolidation of the national memory and the Imperial State.

Key words: Ipiranga Creek; Brazil's Independence; Iconographic Representation; History in the 19th Century; Geography in the 19th Century; Memory.

Sumário

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: OS LETRADOS BRASILEIROS E OS PROJETOS PARA A NAÇÃO NOS OITOCENTOS	20
1.1 Uma academia de letrados: o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil	30
1.2 Fazer história nos oitocentos	39
CAPÍTULO 2: O IPIRANGA NOS TRAÇOS DOS GEÓGRAFOS.....	51
2.1 Separar e unir: as funções atribuídas aos rios nos oitocentos	66
2.2 O riacho do Ipiranga nas narrativas geográficas	70
CAPÍTULO 3: “INDEPENDÊNCIA OU MORTE!”: ENTRE A LENDA E A HISTÓRIA	79
3.1 As fontes deságuam rumo à independência do Brasil.....	79
3.2 Sete de setembro ou doze de outubro? As idéias de independência em Cairu e Varnhagen	88
3.3 A independência e o riacho do Ipiranga em cores, magnitude e perenidade.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
FONTES	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

Lista de ilustrações

Ilustração 01 – Carta da Província de São Paulo em 1870, p. 71

Ilustração 02 – Carta da Província de S. Paulo em 1887, p. 72

Ilustração 03 – Carta Topográfica da Província de São Paulo em 1847, p. 73

Ilustração 04 – Mapa de projeto de uma alameda entre a cidade de São Paulo e a região do Ipiranga, p. 74

Ilustração 05 – Planta do terreno do Monumento do Ipiranga, p. 74

Ilustração 06 – Vista do Ipiranga (Aquarela), p. 77

Ilustração 07 – Vista do Ipiranga em 1846, p. 106

Ilustração 08 – Tela O Ipiranga em 1854, p. 106

Ilustração 09 – Tela Proclamação da independência, p. 115

Ilustração 10 – Xilogravura O grito do Ipiranga, p. 117

Ilustração 11 – Tela Independência ou Morte!, p. 124

Ilustração 12 – Tela Batalha de Friedland, 1807, p. 125

INTRODUÇÃO

Salve, Ipiranga, glorioso ninho,
 Donde expandindo os vãos altaneiros
 No espaço por insólito caminho,
 O gênio tutelar dos brasileiros
 De cativo atroz, rude e mesquinho
 Quebrou sem custo os elos derradeiros.
 Salve, Ipiranga!... hoje a posteridade
 Já te sagrou – Altar da Liberdade!
“O Ipiranga e o 7 de setembro – A José Bonifácio”
Bernardo Guimarães (1882)

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
 De um povo heróico o brado retumbante
“Hino Nacional Brasileiro”
Joaquim Osório de Duque Estrada (1909)

Ipiranga é uma palavra conhecida por quase todos os brasileiros. Geralmente a ouvimos quando é entoado o hino nacional, o que ocorre, muito frequentemente, nas competições esportivas onde o Brasil participa. Para esta maioria, o Ipiranga é um rio histórico: nas suas margens dom Pedro I proclamou, contra os desígnios da coroa portuguesa, a nossa independência, livrando-nos do regime colonial ao qual estávamos sujeitos há mais de 300 anos. Falar do Ipiranga é, portanto, falar do surgimento da nação, do heroísmo de Pedro I e de patriotismo; é falar de um rio imponente, berço do Estado nacional.

Qual não é a surpresa ao descobrirmos que o rio Ipiranga nada tem de imponente? Que, por suas dimensões, seria melhor descrito como ribeiro? Uma funcionária da Seção de Obras Raras da Biblioteca Central de Brasília contou-me sua impressão do Ipiranga. Quando soube do tema da minha dissertação, ela me disse que, em uma ocasião, foi passar suas férias em São Paulo e resolveu visitar o Parque da Independência para conhecer o rio que, segundo falou, de tão importante, cantara e ouvira falar diversas vezes durante toda sua vida. Lá chegando ficou perplexa: o ‘rio’ não passava de um córrego feio e mal-cuidado; suas águas

eram deploráveis, e não plácidas. Enfim, nada de glorioso tinha, e voltou para Brasília decepcionada por não ter suas expectativas correspondidas.¹

Este episódio descreve bem a solidez de uma representação e de um processo metonímico iniciado ainda no século XIX – especificamente, a substituição do fato pelo lugar. As últimas décadas do regime imperial assistiram a crescente valorização do sete de setembro de 1822 e, com isso, do riacho do Ipiranga. O ápice deste processo ocorreu entre 1888 e 1922, respectivamente o ano do lançamento do quadro de Pedro Américo *O brado do Ipiranga* e a oficialização, por decreto do Presidente Epitácio Pessoa, do hino musicado por Francisco Manoel da Silva e com letras de Joaquim Osório de Duque Estrada. Neste período, cada vez mais o Ipiranga é associado com a proclamação da independência e também como local fundador da nação.

Apesar disso, ao longo do século XIX, observam-se representações bem distintas do riacho. A região era assaz obscura: os próprios paulistas conheciam melhor outras regiões, como São João Del Rei, do que a área do riacho de águas vermelhas, nome do Ipiranga em tupi-guarani, distante 6 quilômetros da cidade de São Paulo. A população limitava-se a algumas cabanas esparsamente distribuídas, sendo a localidade palmilhada por viajantes e tropeiros com destino ao porto de Santos – o “caminho do Padre José” ou “estrada do mar”. Por outro lado, o Ipiranga aparece nos registros de muitos viajantes oitocentistas que palmilharam suas margens após o brado de D. Pedro I em 1822, e queriam mostrar aos seus leitores o local onde, em suas opiniões, tinham nascido o Brasil. Todavia, o riacho não é utilizado nem como símbolo imperial nem como local de memória significativo para os planos de D. Pedro I e de D. Pedro II, sendo exemplo notório a construção do Monumento do Ipiranga, que teve sua pedra fundamental lançada em 1825, mas que só foi concluído em 1890, já no período republicano.

Uma razão para isto foi que, à época, os acontecimentos de 7 de setembro tiveram pouca repercussão, pois a atenção daqueles responsáveis por erigir a memória nacional se focou na aclamação (12 de outubro), e na coroação e sagração de D. Pedro I (1º de dezembro)

¹ Um outro relato, recolhido na internet, expressa a mesma indignação com a situação do riacho. O jornalista Eduardo Fenianos descreveu da seguinte maneira sua experiência: “Hoje meu dia foi dedicado a navegação do *rio Ipiranga*. Triste o que vi. Aquele que pode ser considerado o marco mais importante da nossa política, é hoje um reflexo, uma metáfora, de boa parte da política partidária atual. O cheiro que senti durante a navegação do Ipiranga foi bem pior do que os odores do Tietê e do Pinheiros. As imagens que vi foram também bem mais fortes. Os excrementos do dia-a-dia corriam ao meu lado. O esgoto jorrava vindo das paredes que aprisionam o riacho que no século XIX presenciou nossa liberdade. Terrível em tudo isso é que abaixo da ponte próxima ao Parque da Independência eu me deparei com uma cachoeira de fezes. O barco correu solto sem que eu conseguisse controlá-lo. Resultado: tomei um banho nas águas não plácidas, mas pútridas, do riacho Ipiranga. Espero que isso não tenha grandes consequências.” (grifos meus). Retirado do sítio: http://www2.uol.com.br/urbanauta/urbe_34.shl (acessado em 9 de março de 2007).

– sendo que a data da Proclamação da Independência começa a ser comemorada quando entra para o calendário de festividades do Império, em 1826. Dentro do quadro de solenidades imperiais, a independência ocupou, durante muito tempo, um lugar modesto, sendo comemorado somente com um *Te Deum* pago pelo Senado da Câmara² de cada província (OLIVEIRA, C., 2002, p. 70). Nas páginas dos livros de história oitocentista, o 7 de setembro era um acontecimento relevante, contudo menor em comparação com o traslado da família real portuguesa para o Brasil e mesmo com a Revolução do Porto em 1820. Nas narrativas memoriais do Império, o brado do Ipiranga era igualmente secundário, sendo mais importante o dia do Fico e a Aclamação e a Coroação de dom Pedro I.

Por isso, esta dissertação tem por objetivo analisar e problematizar as representações oitocentistas acerca do riacho do Ipiranga e da independência, especificamente aquelas elaboradas pela elite letrada cortesã. Como segundo objetivo, tenciona-se mostrar a proposta de projeto nacional do Império que reverberou, com matizes particulares, nos livros de história, nos relatos geográficos e nas produções artísticas (iconografia, literatura, escultura) patrocinadas pelo Estado. Embora este último aspecto já tenha sido trabalhado pela historiografia brasileira, algumas de suas facetas foram menos observadas. Por conseguinte, esta dissertação pretende contribuir para a discussão historiográfica no que concerne a construção memorial do Brasil oitocentista sob uma concepção de Estado-nação bastante particular – unitário, centralizado e monárquico –, a produção de sentidos sobre os espaços (entendidos aqui enquanto categorias geográficas), e a utilização do saber geográfico como instrumento de poder estatal.

O recorte temporal escolhido são os marcos de fundação e ocaso do império. O intuito é ser coerente com a proposta do trabalho de analisar as representações sobre o riacho do Ipiranga e a independência na elite letrada durante os dois reinados, além dos anos regenciais. A documentação analisada é, dessa forma, variada. Memórias de viajantes, mapas, pinturas e monumentos somam-se aos livros de historiadores e geógrafos oitocentistas.

A diversidade do corpo documental deste implica necessariamente na busca de instrumentais teóricos diferentes. A pesquisa, em vários momentos, deparou-se com obstáculos galgados apenas com outras ferramentas de trabalhos. Um conceito importante é o de memória. Discutido pela psicologia social, pela sociologia, pela filosofia e pela história, a memória se converteu, nos últimos anos, em uma encruzilhada interdisciplinar, onde os diferentes profissionais mantêm diálogos frutíferos.

² O Senado da Câmara era uma instituição antiga dentro do império ultramarino português, criada no século XV como um instrumento de administração das vilas e cidades coloniais. (BOXER, 1977).

Para esta dissertação, é interessante a discussão que Maurice Halbwachs fez acerca das diferenças entre memória e história. O sociólogo distingue os dois conceitos em mais de um ponto. Enquanto a história seria a “reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado”, a memória seria “aquela que recompõe magicamente o passado” (HALBWACHS, 1990, p. 15). A memória coletiva estaria no âmbito da experiência, do contato direto e real, sendo uma construção cristalizada por um grupo estabelecido para se defender contra a erosão permanente da mudança. O passado fica limitado ao grupo. A história, por sua vez, seria a reconstrução incompleta daquilo que não é mais, esquematizando e compartimentalizando o passado, estando acima e fora dos grupos sociais. História: rígida; memória: em constante movimento, fluídica.

Esta diferenciação entre história e memória reverberou nos historiadores, especialmente em Pierre Nora. Assim como Halbwachs, a memória, para Nora, é uma construção social, uma tradição viva, espontânea, sempre sujeita à dialética lembrança/esquecimento. A história, embora também seja seleção – e, em última instância, também uma forma de memória³ – é reelaboração incompleta e problemática do passado. O impacto de Nora, contudo, reside na introdução do conceito de “lugar de memória”. Os lugares de memória, apesar de historicamente antigos, ganham os contornos atuais nos oitocentos, sobretudo pela atuação dos Estados-nação que, para se legitimarem, elaboram um passado comum para todos os seus cidadãos. Juntamente com esta memória coletiva nacional, criaram locais próprios para a revivificação de sentimentos, valores, idéias, enfim, locais onde se comemora⁴ a pátria. Os museus, praças, obeliscos, são as formas mais comuns que tomam os monumentos nacionais; são os lugares de memória por excelência dos Estados. Entretanto, paisagens, datas, personagens históricas, tradições, costumes, tudo isto também podem ser monumentos nacionais, fazendo parte da memória nacional de um país (POLLAK, 1989).

Tzvetan Todorov (2000) dá contribuição valiosa para a discussão sobre o papel da memória na composição social. Em estudo preocupado com a criação da memória e seu uso pelos regimes totalitários do século XX, o filósofo e lingüista búlgaro lembra que, desde o século XIX, os Estados se arrogaram da prerrogativa da construção e conservação da memória coletiva nacional. Com isso, podem selecionar os elementos do passado que desejam,

³ Para Nora, há dois tipos de memória: uma verdadeira (atuante no meio social gerando hábitos e reflexos) e uma que se transforma em história (que, por isso, está sujeita aos critérios próprios da escrita histórica – como a subjetividade e a individualidade) (NORA, 1984). Maria Eurydice Ribeiro (1987/1988, p. 255) assevera que, para o historiador francês, “o processo historiográfico implica na perda de identidade da história com a memória na medida em que se questionam os meios materiais e conceituais e os procedimentos da produção [da memória]”.

⁴ Comemorar aqui entendido no seu sentido etimológico: lembrar juntos.

silenciando quaisquer construções memoriais dissidentes (TODOROV, 2000, p. 16).⁵ A historicização dos discursos memoriais com fins políticos ocorre com frequência nos mais diversos países⁶: os Estados patrocinam associações históricas no intuito de criar uma genealogia da incipiente nação e, com isso, engendrar uma identidade aos seus habitantes.

Neste ponto está outra contribuição de Nora e de Todorov: a memória é forçosamente uma seleção de fatos e que, em razão disto, outros acontecimentos são deixados de lado, silenciados. Deste modo, memória não se opõe a esquecimento; antes, são partes complementares de um mesmo processo. O esquecimento pode ser até mesmo vital em alguns casos para se evitar confrontos bélicos (LEÃO, 2003, p. 11-14). Na literatura, Jorge Luis Borges (2006, p.119-128) habilmente sinalizou os perigos do não-esquecimento. No conto “Funes, o memorioso”, o escritor argentino traz como personagem principal um jovem que, após um acidente que o deixa paralítico, fica com uma memória infalível. Com o tempo, tal ‘habilidade’ revela-se um dom funesto: o jovem Funes, por não conseguir se esquecer de nada, passa as noites em claro lembrando de cada coisa que leu, observou, experimentou. No fim, acaba consumido pelas infinitas lembranças de sua prodigiosa memória.

Fernando Catroga, em dois textos recentes (2001b; 2001a), consegue condensar os principais aspectos da discussão historiográfica sobre a memória. Suas reflexões serviram de norte para minha pesquisa no que concerne a questão memorial. Primeiramente, por aproximar a memória da história. Segundo o historiador português (CARTROGA, 2001b, p. 21; 2001a, p. 46), a memória possui cariz totalizador e teleológico, pois tende a suprir lacunas – os esquecimentos – de forma a dar uma impressão de continuidade e finalidade à narrativa memorial. Assim são domesticados o aleatório e, sobretudo, o casual. Todos os acontecimentos são vistos (isto é, tudo aquilo que se deseja lembrar) como parte de algo maior, interligado. Nesta perspectiva, a história também é memória, porquanto também domestica o aleatório – o historiador tece igualmente narrativas que unem fatos em determinada ordem, silenciando outros, dotando-os, na maioria das vezes de uma áurea finalista e irreversível.⁷

⁵ De acordo com Jô Gondar (2003, p. 32), “todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido”.

⁶ De acordo com Manoel Salgado Guimarães (2002, p. 184-200), no século XIX, a história cada vez mais procurou naturalizar seu percurso histórico enquanto campo do conhecimento, retirando quaisquer aspectos que não ressaltassem a evolução natural da história para o procedimento científico. Ainda neste mesmo texto, Guimarães explica este fenômeno em França.

⁷ Deve ficar claro que o discurso histórico possui limites particulares. Segundo Roger Chartier (2002, p. 63-66), a história subordina-se aos arquivos (ou seja, aos indícios deixados por suas fontes) e às operações técnicas próprias ao ofício do historiador. Para Catroga (2001b, p. 56-57), o historiador exerce seu ofício a partir das memórias coletivas e pessoais.

Em segundo lugar, a memória tem uma função social que ocorre por meio de liturgias próprias. A memória tem que ser lembrada, pois, sem recordar, é provável que seu conteúdo se perca com o tempo; feriados nacionais, monumentos glorificando a pátria, símbolos da nação, tudo isto então atende ao propósito de lembrar o passado. De tal modo, o conteúdo da memória é inseparável dos seus campos de objetivação e de transmissão – como as imagens, a linguagem, os monumentos, as relíquias... (CARTROGA, 2001a, p. 49-53). Por fim, como tem a função de criar sentidos e perpetuar o sentimento de pertença e continuidade em um grupo, a memória ocupa espaço central na construção de identidades, visto que ao selecionar (e silenciar) acontecimentos e valores do passado, distingue uma sociedade da outra, dando-lhe, conforme mencionado, a sensação de continuidade e de perpetuação do passado no presente.

Conforme dito nos parágrafos acima, para o discurso memorial ter sucesso, é preciso dizê-lo, reforçá-lo constantemente. Igualmente é preciso dar-lhe um ar atemporal, no intuito de garantir que a mensagem seja entendida não somente pelas gerações que existem em uma mesma época, mas que gerações futuras consigam entender o que lhes está sendo legado. Daí a dificuldade em se cunhar a memória nacional: a magnitude, a heterogeneidade do corpo social para qual se destina, obriga o discurso memorial a ser amplo e simples – para que os inúmeros grupos sociais se sintam representados (desde o sertanejo ao forro liberto, passando pelos aristocratas e as camadas letradas). Por conseguinte, a memória nacional nem de longe é a compilação das memórias dos diferentes membros/grupos de determinada sociedade: são construções engendradas pelo grupo que detém o poder para tal. Neste ponto, meu trabalho beneficia-se das idéias de Renato Ortiz (1985), que considera fundamental, ao falar sobre a identidade nacional, a existência de mediadores entre o popular e o nacional, entre as múltiplas memórias e a memória nacional. Tais mediadores, em sua perspectiva, seriam os intelectuais, que funcionariam como verdadeiros tecelões da memória nacional, incorporando ou silenciando discursos memoriais específicos, locais, tudo isto sob o fio condutor dos interesses políticos.

Ligado ao conceito de memória está o de representação. A sociologia, desde o início do século XX com Emile Durkheim e Marcel Mauss, já trabalhava com este conceito (CHARTIER, 1990, p. 18-19). De fato, sua idéia não é fenômeno recente. Carlo Ginzburgo (2001, p. 85-103), em estudo sobre as imagens funerárias de reis no mundo greco-romano e em França e Inglaterra dos séculos XIV-XV, mostra como esta noção já estava presente na antiguidade clássica. Representar tinha, e ainda tem, uma dupla dimensão: podia evocar uma ausência ou sugerir uma presença – e, em alguns casos, os dois ao mesmo tempo. Os retratos

do rei, por exemplo, continham os dois sentidos: a pintura era a representação de um corpo ausente e da presença real de um corpo sacramental (CHARTIER, 1990, p. 167). A representação, portanto, oscilava entre substituição e evocação mimética.

Coube à psicologia social o esforço em sair da constatação deste duplo fenômeno, adensando o conceito e tornando-o aplicável para as ciências sociais. Segundo Denise Jodelet (2001, p. 22, grifos meus), representação é uma

forma de conhecimento, *socialmente elaborada e partilhada*, com um objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto [ou grupo] social.

Por serem socialmente elaboradas, as representações não são neutras, nem estão livres dos vetores de força sociais (SILVA, T. T., 2000, p. 81), e muito menos estão escoradas em valores estanques. Elas expressam aqueles que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representadas; são uma modalidade de pensamento constituinte e constituída (JODELET, 2001, p. 21-22). Destarte, os discursos representacionais devem ser entendidos em conjunto com a posição de quem os profere. Trabalhar com representação é, igualmente, trabalhar com concorrência: os grupos sociais concorrem para impor aos demais sua representação social sobre um objeto ou sobre outros grupos (SÁ, 1996, p. 39). Por exemplo, durante o processo de independência do Brasil, várias facções (coimbrãs e brasilienses, só para citar dois) tentavam impor seu conceito, sua representação sobre o que seria (ou deveria ser) a nação brasileira e, para tanto, apoiavam-se nos mais diversos valores.

Outros dois conceitos fundamentais no desenvolvimento desta dissertação são elite e nação. Utilizado aqui uma definição bastante ampla de elite, de maneira a descrever todos os indivíduos no topo da hierarquia social e que, desta forma, fazem uso de todos os instrumentos de direção ou controle da vida social coletiva. A noção de Pareto (SOUZA, A., 1966, p. 72), para quem elite seria uma classe de pessoas consideradas pelo corpo social como detentoras dos mais altos índices em seus ramos de atividades, embora adequada, mostra-se insuficiente para analisar a sociedade brasileira oitocentista, onde a multiplicidade de papéis sociais desempenhados era a regra, não a exceção. Eram pessoas de grande distinção dentro da vida social e política do império, sem ocorrer necessariamente uma recompensa baseada no merecimento. Como afirma José Murilo de Carvalho (1981, p. 128), “não havia [na administração imperial] sistema de mérito institucionalizado, e as nomeações e promoções eram muitas vezes feitas à base do apadrinhamento [...] e não da competência técnica”. Por isso, prefiro usar a definição de elite apresentada por John Scott (apud MARTINS, 2007, p.28), para quem elite é:

A minoria dispendo, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação) quanto os indivíduos que a compõe, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõe o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.

Este conceito mais abrangente permite que a elite, ou elites, seja estudada pela multiplicidade de funções exercidas por seus membros.

Nação, por sua vez, é um conceito bastante relacionado ao de representação. Como ensina Benedict Anderson (1989, p. 10-15), a nação não é algo natural ou uma consequência lógica do desenvolvimento dos povos e dos Estados, mas antes um construto social, edificado intencionalmente por grupos políticos/intelectuais que impõem sua concepção de nação, unindo a sociedade em torno de uma idéia, de um sentimento do que seria a nação e o seu povo. Mais do que uma idéia, “é uma prática política e social, um conjunto de ações e relações pelas falas e pelas práticas sociais, políticas e culturais para as quais serve de referência empírica (o território), imaginária (a comunidade cultural e a unidade política por meio do Estado) e simbólica (o campo de significações culturais constituídas pelas lutas e criações social-históricas)” (CHAUI, 1989, p. 114).

Portanto, grupos sociais diferentes têm concepções distintas do que seria a nação, e quais os seus símbolos. Esta dissertação, embora analise a nação de acordo com a elite político-intelectual que se ligava diretamente ao governo imperial, consegue ver também o outro lado: as outras nações que os opositores (liberais, abolicionistas, republicanos) tinham em mente. O riacho do Ipiranga, cada vez mais associado à independência, com o passar do século XIX, tem, por conseguinte, representações múltiplas: ora é o ribeiro que acalentou o início da nação brasileira; ora não passa do riacho pelo qual o imperador fora prover-se; para muitos, foi em suas margens que o imperador deu o grito que retumbou em todo o país; já para outros, o grito ecoou em um deserto de homens. Alguns homens consideravam o riacho como caminho seguro, desde séculos anteriores, para as viagens rumo à Cuiabá; muitos também nem se incomodaram em registrar suas impressões do local. É nestas tensões políticas, sociais e culturais, nesta verdadeira luta pela memória nacional, que pretendo analisar as representações acerca do riacho do Ipiranga e o fato ao qual lentamente se acoplou, a independência.

Assim sendo, o primeiro capítulo versa sobre a cena política durante o império, discutindo o projeto político do grupo ligado aos imperadores, e como, através de instituições do porte do Colégio Imperial de Dom Pedro II, o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esse grupo tencionou pôr em prática tal projeto. Discutir um assunto bastante debatido pela historiografia pode parecer infrutífero, mas pretendo perceber a maneira como uma proposta política se ramificou na elaboração de uma memória nacional para o Estado que se constituía naquele momento.

Na última parte do capítulo um, e no segundo capítulo, é discutida a especificidade da escrita, no Brasil oitocentista, tanto da história quanto da geografia. Estas duas formas de conhecimento procuraram, no século XIX, alçar seus primeiros vôos enquanto disciplinas ‘acadêmicas’ e ‘científicas’. Compreender o modo como se organizaram dentro do cenário intelectual oitocentista permite-nos lançar um olhar com maior propriedade sobre o conhecimento criado por estes saberes. Destarte, também é objeto de análise desta seção os dois papéis mais difundidos acerca dos rios no século XIX (rio como fronteira natural e rio como integrador da nação), e as representações do riacho do Ipiranga nas memórias dos viajantes e nos estudos corográficos.

Por fim, são estudadas as interpretações que historiadores, políticos e pintores deram à independência. Este fato que torna, hoje, o Ipiranga tão famoso, experimentou elogios e críticas: do surgimento das primeiras narrativas sobre a independência até a pintura histórica de Pedro Américo, em 1888, a independência foi objeto de muitas interpretações. Nosso intento, neste último capítulo, é, portanto, lançar luz nas razões que fizeram com que, durante as primeiras décadas do regime imperial, o 7 de setembro fosse uma data menor quando comparada a outras e porque, já no ocaso da era dos imperadores, passasse por um ‘resgate’ e ressignificação pelos historiadores brasileiros.

CAPÍTULO 1

OS LETRADOS BRASILEIROS E OS PROJETOS PARA A NAÇÃO NOS OITOCENTOS

Após a independência, o governo brasileiro tinha grandes desafios a sua frente. Primeiramente era preciso acalmar a situação interna do país. As diversidades entre as regiões do Brasil não eram recentes, mas, a partir da chegada da família real no Brasil, e especialmente depois da Revolução do Porto, as diferenças regionais se acirraram. A região norte resistia à liderança do Rio de Janeiro; o nordeste encontrava-se dividido. Em diversas regiões, as animosidades e confrontos com as tropas portuguesas continuaram, atingindo grande dimensão nas províncias da Bahia e do Maranhão (DIÉGUES, 2004, p. 135-148).

No âmbito externo, a luta era pelo reconhecimento de nossa emancipação face às demais nações do mundo (MAXWELL, 1999, p. 180-182) e do novo status de nação pela ex-metrópole. Ainda no plano externo, o Brasil precisava cumprir com determinadas obrigações esperadas dos países que se emancipavam, como “realizar e financiar transações comerciais; organizar a vida econômica e financeira; eventualmente pagar indenizações ou assumir o compromisso de quitar débitos coloniais” (MAXWELL, 1999, p. 180).

Na esfera política, o imperador tinha a tarefa de dirimir as contendas entre os dois grupos que o apoiaram – o de Gonçalves Ledo e o de José Bonifácio –, e seus dois projetos políticos: o primeiro, baseado em uma concepção federativa de Estado; o outro, defensor de um Estado centralizado.⁸ Socialmente, o governo imperial precisava de legitimação perante os diversos grupos sociais. Justificar o poder imperial pela vontade divina deixara de ser prática das monarquias de todo o mundo. O foco, depois das revoluções liberais que marcaram a Europa, foi colocar os monarcas como protetores das nações.

Esta lição vinda da Europa não ficou alheia ao Imperador nem a seus principais aliados. Logo na primeira legislatura, o Senado trouxe para si a incumbência de discutir quais eram as datas dignas de serem celebradas e definir, portanto, o calendário das festividades oficiais do Império. Um projeto de lei apresentado por Clemente Ferreira França, o visconde de Nazaré, na Sessão de 20 de junho de 1826, propunha a criação de “dias de festividade nacional”. A proposição se justificava, para o visconde, porque era corrente entre as principais nações do mundo a prática da comemoração das datas importantes. Conforme sua concepção

⁸ Apesar das diferenças entre os dois grupos, ambos queriam a permanência de D. Pedro no Brasil. Dessa forma, Dom Pedro aparece como fiador entre aqueles que queriam a emancipação brasileira e o grupo político que pregava fidelidade às decisões das Cortes de Lisboa. (DOLHNIKOFF, 2005).

de história, que se dividia em épocas gerais – com eventos que marcaram a história do mundo, como a escrita e o nascimento de Jesus – e épocas particulares – aquelas que “marcam factos particulares de uma nação”, como a aclamação de D. João I e o descobrimento do Brasil (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 100)⁹ – o visconde considerava como passíveis de festejo os dias nos quais se praticaram atos de grandeza e os marcados pelo heroísmo de uma personagem específica.

Dessa maneira, sua proposta inicial considerava como festas nacionais as datas de 9 de janeiro, o *dia do Fico*; 22 de janeiro, aniversário da Imperatriz Leopoldina; 25 de março, dia em que o imperador jurou a constituição; 13 de maio, quando dom Pedro I se declarou defensor perpétuo do Brasil; 7 de setembro, comemoração da independência e o reconhecimento do Império perante as demais nações; 12 de outubro, dia do descobrimento da América, da aclamação de Pedro como imperador, bem como do seu natalício; e 1º de dezembro, marcado pela coroação e pela “sagrada unção” do imperador, indicado de início pelo visconde de Nazaré como dia do nascimento do herdeiro do trono – erro corrigido por ele na sessão de 1º de julho e que resultou, por isso, na sugestão de mais uma dia, 2 de dezembro.

Em resposta ao projeto de lei do visconde de Nazaré, Felisberto Caldeira Brant, então visconde, mas futuro marquês de Barbacena, argumentou que, embora todos os dias mencionados fossem de comemoração, uma proposta de lei dispendo sobre festas nacionais dos acontecimentos memoráveis traria o inconveniente de transformar metade do ano em dias de festa – por exemplo, Barbacena lembrou que uma data digna de menção era 29 de agosto, quando d. Pedro I renunciou ao reino de Portugal. Além disso, com exceção do dia 22 de janeiro, todos os demais diziam respeito aos fatos de um mesmo homem e, por isso, deveriam ser todos celebrados em 12 de outubro, dia “que deu ao mundo o Imperador que declarou a Independencia, e effectuou a fundação do Imperio” (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 101).

Em seguida pediu a palavra o visconde de Inhambupe (Antonio Luís Pereira da Cunha), para defender a idéia do visconde de Barbacena, destacando, contudo, que o dia do Fico precisava ser comemorado em separado, por considerá-lo como o ponto de inflexão de nossa independência, o dia no qual o imperador “poz o sello ás nossas esperanças”, visão reforçada pelo visconde de Nazaré na terceira discussão do projeto: “já disse que foi aquelle [dia 9 de janeiro], em que se deu o primeiro passo para o bem, de que hoje gozamos, em virtude da Immortal resolução de S.M. o Imperador, de ficar no Brazil; resolução que notou,

⁹ Já se percebe aqui uma das características que marcaria a memória e escrita da história no Brasil oitocentista: o legado português. (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 100).

firmou e sellou o primeiro momento, em que principiamos (deixem-me assim dizer) a existir como nação separada” (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 122).

Outro a discursar foi o visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), para quem, além do Fico e da Aclamação de Pedro I, outra data importante para o Império seria o 7 de setembro, dia “em que se praticou tão glorioso feito”, no qual “o Imperador quebrou as nossas prisões, as cadeias que nos ligavam a Portugal” (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 101).

O segundo debate, na Sessão de 1º de julho, é marcado pela distinta atuação do visconde de Barbacena e do futuro visconde, então barão de Cairu, José da Silva Lisboa. Graças aos dois é aprovada, ao fim da discussão, a emenda apresentada pelo primeiro, propondo comemorar-se somente o dia 12 de outubro. Justificou assim o autor da proposta: “o dia 12 de Outubro encerra a particularidade de reunir os mais gloriosos factos do Brazil: é o dia da fundação do Imperio, e do nascimento do seu augusto fundador; e por tanto próprio para ser solemnizado pela nação” (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 16).

Não é difícil entender os motivos que levaram o visconde de Barbacena a adotar esta postura. Governador de Armas da Bahia, procurou, à época da revolução do Porto, se opor ao forte e crescente movimento de adesão às cortes lisboetas, sendo forçado posteriormente a subscrever termo de juramento prévio à Constituição portuguesa (GUIMARÃES, L, 2002, p. 270-271).¹⁰ Depois de se transferir para o Rio de Janeiro, passa a trabalhar com afinco pela independência brasileira, sobretudo no exterior, onde exerceu, a pedido de José Bonifácio, a função de agente diplomático junto ao governo britânico. Enquanto conhecedor da situação da província da Bahia, após o brado do Ipiranga, e atuante para o reconhecimento internacional da independência brasileira, Barbacena sabia da importância de consolidá-la em torno da figura de D. Pedro, personagem que se colocava, nestes primeiros anos de Império, como fiador entre os diversos grupos políticos. Como lhe escrevera Bonifácio (apud DIÉGUES, 2004, p. 250), em 8 de outubro de 1822, a aclamação de Pedro como imperador era “o único meio de [d. Pedro] centralizar para sempre em Si a Revolução Brasílica e dirigi-la a bem dos povos”. Portanto, para Barbacena, a celebração do 12 de outubro, data de nascimento e aclamação do imperador, tinha como objetivo instituir um laço indissolúvel entre Pedro e a fundação da nação brasileira.

O barão de Cairu, ausente na primeira discussão da matéria, apresentou razão semelhante à de Barbacena: “a decretarem-se dias de festa nacional quantos se distinguem por

¹⁰ Sobre o movimento pró Cortes de Lisboa na Bahia, ver DIÉGUES, 2004, p. 135-148.

algum sucesso notavel, poder-se-hia fazer ainda maior a lista deles” (apud DIÉGUES, 2004, p. 250). Em comparação, ao dia 12 de outubro “são subordinados [os demais], e nelle comprehendidos todas as outras épocas: nelle é que o Brazil deve celebrar com a maior solemnidade, e pompa a grande era nacional: nelle também em consequencia deve cessar o trabalho publico, e particular, para se manifestar o jubilo Universal” (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 16).

Eis aqui motivo por trás de seu voto pela “magestosa (sic) simplicidade de uma única festa nacional”: de caráter eminentemente prático e voltado para o bem comum da nação,¹¹ Cairu diz ser contra os dias propostos pelo visconde de Nazaré, porque seu projeto de lei propõe que cessasse o exercício dos trabalhos públicos e dos tribunais, o que acarretaria transtornos aos comércios, ao expediente da alfândega e ao concurso da justiça. Destarte, quanto mais festa o Brasil tivesse, maiores contratempos e atrasos teriam os negócios nacionais, o que era contrário aos desejos do imperador: “Sua Magestade (sic) Imperial é um principe politico e de alto entendimento: elle só exige o amor dos corações de seus súbditos”, sendo alheios ao seu feitio os grandes festejos (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 16 e 125).

Antes mesmo de iniciar a segunda discussão, o visconde de Nazaré se defendeu das modificações propostas ao seu projeto, a começar pelo dia 25 de março, “no qual foi jurada a constituição, a lei fundamental do Imperio, e se firmou o nosso pacto social” (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 102). A defesa do visconde de Nazaré ao seu projeto ocorreu de maneira mais enfática somente no terceiro debate, nas Sessões de 15 e 17 de julho, e fundamentava-se em três argumentos: primeiramente, o calendário festivo era prerrogativa de todas as nações, fato percebido até pelas despóticas cortes portuguesas; em segundo lugar, os referidos dias eram tão distintos e particulares que não poderiam ser agrupados e comemorados simbolicamente em uma única data – “o historiador do Brazil, quando for memorar estes dias, tratará de todos debaixo de um só? Fallará sômente do dia 12 de outubro? Não fará menção de outros igualmente gloriosos, bem como de todas as circunstâncias, e factos nelles acontecidos?”; por último, havia uma “razão política”: as celebrações dos feitos do Império e de seu imperador garantiriam o não-esquecimento dos gloriosos fatos do Império brasileiro e inculcariam nos mais jovens os valores centrais da incipiente nação (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 123). Por sua vez, o grupo de senadores partidários da emenda do visconde de Barbacena, capitaneados pelo visconde de Maricá e pelo barão de Cairu, partilhavam das teses de que a celebração de vários dias banalizaria as festividades, acarretando, da mesma sorte, a interrupção constante

¹¹ Cairu fora muito influenciado pelas idéias de Adam Smith e Edmund Burke. A vida e obras de Cairu serão discutidas no Capítulo 3.

do comércio e da justiça; além disso, como todas as datas diziam respeito aos fatos de um mesmo homem, bastaria comemorar sua aclamação e natalício – pois “a gloria do Imperador é a gloria da nação” (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 126).

O papel destinado aos historiadores foi objeto de discussão entre o visconde de Caravelas e o barão de Cairu. Antes adepto de um calendário festivo mais ‘enxuto’, o visconde de Caravelas, talvez convencido pelo visconde de Nazaré, sugeriu que a lei devia ser aprovada como fora apresentada ou suprimida de uma só vez. E refutou uma idéia lançada por Cairu momentos antes, de que a comemoração dos outros dias que não o 12 de outubro estaria a cargo da história. Segundo Caravelas, “a maior parte da nação consta de homens, que não folheam livros, uns porque lhes falta tempo, outros porque não sabiam ler”, e que, portanto, “é necessário que haja a festividade nacional, porque o povo, em geral, não lê a historia [...] mas vê a festividade, e então pergunta ao instruído na historia o motivo della, e este lh’o explica” (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 126).¹²

No último dia de debate da matéria, os senadores afiaram seus discursos, muitos adotando posturas sem dúvida mais radicais do que a inicial. Para refutar a emenda do grupo de Barbacena e Cairu, o visconde de Caravelas asseverou que nem mesmo seria necessário incluir na lei o dia 12 de outubro, pois já era costume em todo o Império festejar o nascimento do soberano. Percebe-se nesta colocação um deslocamento do sentido original dado ao dia. A aclamação, fato central na proposta de Nazaré e na primeira participação de Caravelas, ficara em segundo plano, sendo valorizado o aniversário do imperador. Em contrapartida, Cairu e Barbacena continuaram com suas ácidas críticas à vulgarização das festas nacionais e aos argumentos que as justificariam, sugerindo que muitos senadores não conheciam muito bem a história e o direito. Por exemplo, Cairu afirmou que, embora esplêndido, o *Fico* fora uma proeza feita por D. Pedro “a determinação de seu augusto pai”, e sem força para tirar o Brasil das condições de vassalo das cortes portuguesas. Quanto ao dia 13 de maio, Cairu (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 127) baseia seus argumentos nos juristas, para os quais “o título de defensor do estado é radicado na autoridade suprema do paiz, e é o primeiro direito, e dever do seu officio”.

Tal polarização do debate fez com que crescesse, com o passar da sessão, o grupo de senadores mais ‘moderados’, que queriam um meio termo entre o calendário recheado de festas, proposto pelo autor da lei, e a emenda de um dia único. José Feliciano Fernandes

¹² Cairu (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 127) procura refutar este argumento, lembrando ao visconde de Caravelas que “a constituição tem destinado a instrução publica a todo o povo”, e portanto, o povo seria instruído nos demais fatos nacionais.

Pinheiro, futuro visconde de São Leopoldo e o visconde de Inhambupe, José Inácio Borges, para citar alguns, defendiam a comemoração de determinados dias, e não outros. Isto devido à maneira como encaravam cada um dos dias, e a importância que atribuíam aos fatos no contexto da nação. Esta maioria, que ganha corpo com o decorrer da discussão, é a responsável pela redação final da lei:

Art.1º Serão de festividade nacional em todo o Império os dias 9 de Janeiro, 25 de Março, 7 de Setembro, 12 de outubro.

Art. 2º Cessarão nos mesmos dias os despachos dos tribunais, e se farão todas as demonstrações públicas próprias de semelhantes festividades.”
(DISCUSSÃO..., 1826, v. III, sessão de 18 de julho, p. 34).

Dessa maneira, o aniversário da imperatriz Leopoldina e a coroação e sagração de D. Pedro I perdem o status de festa nacional, o que não impedia, contudo, que fossem dias de gala na corte carioca. É importante destacar, não obstante, que nenhum dos senadores negou a importância simbólica das datas sugeridas no projeto do visconde de Nazaré. Contudo suas recusas em aceitar algumas destas datas como dias de festa nacional mostra não só como eles pensavam o passado do Império recém-criado, como também o feitiço do mesmo.

Todo este debate político em torno das datas comemorativas do Império fez eco na produção historiográfica oitocentista acerca das origens da nação brasileira. O debate evidencia do mesmo modo a configuração de uma das elites políticas brasileira, o grupo de homens formados em Coimbra e que deram sustentação ao governo imperial nos anos seguintes à independência. Todavia, não era apenas de concordantes com o imperador que se compunha o cenário político oitocentista. Outros grupos, outras elites, tinham seus próprios projetos para o Brasil, e fizeram questão de, no campo das idéias, defender suas proposições e de, na arena política, colocá-las em prática. De todos, talvez o mais famoso seja o dos liberais. Capitaneado, no Rio de Janeiro, por Gonçalves Ledo, e composto por comerciantes, publicistas e religiosos, a maioria nascida e educada no Brasil,¹³ o grupo liberal começa a mostrar sua influência política em 1820, nas discussões que cercaram a Revolução do Porto, articulando-se junto aos liberais portugueses. A bandeira que unia estes dois grupos era o retorno da família real a Portugal. Para os proprietários de fazendas e engenhos, atacadistas e comerciantes fluminenses, a presença de d. João VI no Brasil era um empecilho à sua participação política, tanto quanto à atuação no mundo dos negócios – dominado por grandes

¹³ O grupo liberal era constituído, dentre outros, por José Clemente Pereira, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho e Januário da Cunha Barbosa, embora este tenha se aproximado ao imperador após a outorga da constituição e gradativamente ‘abandonado’ a posição liberal. (GUIMARÃES, L.2002, p. 194)

comerciantes vindos de Lisboa juntamente com a Corte joanina em 1808 (OLIVEIRA, C., 1999, p. 100-106). Com D. João em Lisboa, ficaria mais fácil modificar as regras do jogo de poder, como, por exemplo, a tripartição do poder e a liberdade de imprensa (SOUZA, I., 1999, p. 91-93).

Os liberais, por meio de panfletos e jornais como *Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro*, foram os responsáveis pela instalação de uma Assembléia para criar uma constituição para o Brasil mesmo antes ser independente, reivindicação atendida por d. Pedro I. Logo esta vitória tornou-se um problema. Alguns meses depois, a Assembléia Constituinte foi dissolvida e, em 1824, o imperador outorgou a Carta Magna do Brasil. De acordo com Miriam Dolhnikoff, os liberais “repudiaram a Constituição outorgada [...] em que estabelecia governos provinciais sem autonomia, integralmente submetidos ao governo central” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 59).

A luta por espaços próprios e pela possibilidade de “(re)criarem leis e instituições públicas que os atendessem” era a pauta central dos liberais (SOUZA, I., 1999, p. 92). Este combate por autonomia provou seu apelo não apenas na Corte, mas também nas províncias, onde foi tomando corpo o projeto político que marcaria a vida política do grupo liberal, após a abdicação de d. Pedro I, até muito depois da coroação de seu filho como imperador. Para estes políticos e pensadores, a descentralização do poder, o incremento da participação provinciana nas decisões nacionais e maior autonomia para tomarem suas próprias decisões eram mudanças fulcrais a serem feitas no Brasil. Esta concepção federalista de Estado ocorria, para Roderick Barman (1999, p. 58), porque os liberais (ou nativistas, como ele chama este grupo), juntamente com os republicanos,

Identified more with their native provinces than with the new nation-state, and agreed in their support for federalism. They sought a massive devolution of power to the provinces. The mission of the national government at Rio should be limited to protecting the provinces from external attacks, assuring their internal order, and supplying them with revenue. [trad.: Identificavam-se mais com suas províncias nativas do que com o novo Estado-nação, e concordavam em seus apoios ao federalismo. Eles procuravam devolver em definitivo o poder às províncias. A missão do governo nacional sediado no Rio deveria ser limitada à proteção das províncias contra ataques externos, assegurando suas ordens internas, e fornecendo-lhes renda]

Um ponto alto da influência do projeto político liberal foi a publicação, durante o período regencial, do Ato Adicional. Promulgado em 1834, o Ato conseguiu tirar do Executivo algumas de suas prerrogativas, transferindo-as para as províncias. Talvez a principal e mais duradoura obra do Ato tenha sido a criação das Assembléias Provinciais. Bastante autônomas em relação ao Presidente de província, este ainda nomeado pelo governo

central, as Assembléias ficaram encarregadas de parte das competências tributárias do Império, possibilitando a criação de novos tributos, usados, em muitos casos, para obras públicas (DOLHNIKOFF, 2005, p. 160-172). Além disso, o Ato aumentou o poder dos Juizes de Paz. Eleito localmente, cabia ao Juiz realizar auto de corpo de delito, interrogar e prender suspeitos; era encarregado de dirigir litígios de natureza entre moradores de seu distrito, como danos contra propriedade, ou qualquer contenda que ameaçasse a ordem pública, e definir quem tinha direito a voto (DOLHNIKOFF, 2005, p. 84-85).

Não obstante o sucesso do Ato Adicional nos anos regenciais, seu alcance foi limitado após a coroação de D. Pedro II. O Regresso, como ficaram conhecidos os primeiros anos do governo de Pedro II, tinha por objetivo principal retirar da alçada provincial e municipal o poder de decisão sobre a justiça e a polícia (BARMAN, 1999, p. 64), e foi marcado pela conciliação entre liberais e conservadores pelos políticos saquarema – líderes conservadores do Rio de Janeiro (MATTOS, I., 1990). Uma das primeiras ações do Regresso foi a promulgação da Lei de Interpretação do Ato Adicional, que anulou as atribuições das Assembléias provinciais dada pelo Ato. Outras ações resultaram da lei que restabeleceu, em 1841, o Conselho de Estado e a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, cuja escolha era atribuição do imperador.

Estes acontecimentos mostram que os dois principais pólos políticos do oitocentos eram defensores da monarquia. Muito embora fossem críticos do governo imperial e de seus representantes (tanto D. Pedro pai quanto o filho), os liberais não colocavam em xeque o poder monárquico (DOLHNIKOFF, 2005, p. 32-37), tanto que, liberais e conservadores ‘elegeram’ D. Pedro I como o ponto de referência para o bem do Brasil (SOUZA, I., 1999, p. 102-105).¹⁴ Este aspecto coube aos republicanos e separatistas.¹⁵

Apesar da existência destes diversos grupos políticos e seus projetos para a nação, foram os conservadores que conseguiram se institucionalizar com maior força dentro do governo. As reformas, debates e revoltas promovidas por liberais, separatistas e republicanos, a despeito de desestabilizar/atingir o regime monárquico, não foram capazes de suprimir o poder moderador, nem mesmo de implantar o federalismo no Brasil. Por conseguinte, durante o período imperial, o Estado brasileiro esteve orientado pelo projeto político conservador, que pregava o centralismo político e o regime monárquico como única maneira de preservar o

¹⁴ Para Barman (1999, p. 57), os liberais, apesar de enxergarem a monarquia como uma relíquia opressiva do sistema colonial, temiam que sua abolição resultasse em anarquia no Brasil.

¹⁵ Sobre o separatismo, ver ADDUCI, 2000. Sobre o movimento republicano, ver HOLANDA, 1977.

Brasil de um destino semelhante ao de seus vizinhos (CARVALHO, J., 1981; BARMAN, 1999; NEVES, 1999).

A presença do projeto político conservador fez-se presente também na esfera simbólica. Como dito no início, o Estado brasileiro que se estruturava nos anos seguintes ao 7 de setembro precisava legitimar o seu poder. Como ensina Hobsbawm (2002, p. 22), as nações que se constituíram no século XIX procuravam a todo custo uma continuidade com o passado como principal maneira de se legitimarem. No Brasil, assim como nos países europeus, a tarefa ficou a cargo dos intelectuais.

Lúcia Maria Bastos Neves (1999), em texto sobre os intelectuais brasileiros dos oitocentos, mostra como as cabeças pensantes do Brasil dependiam, desde o século anterior, do beneplácito real. A partir da administração pombalina, com sua política de lançar os tentáculos do Estado nos diversos domínios da vida social, os intelectuais vincularam-se intimamente ao poder estatal. O projeto político pombalino apresentava três direções: afirmação e consolidação do Estado enquanto entidade institucional; afirmação de um núcleo político dirigente do Estado e da sociedade; e uma ação reformadora global ou, em outras palavras, um intervencionismo ativo sobre as realidades nacionais (SERRÃO, s/d). Para isso, Pombal criou e reformulou instituições, com o objetivo de formar um grupo de intelectuais voltados para a modernização do Estado, como o Colégio dos Nobres e a reforma no ensino da Universidade de Coimbra, estimulando sobretudo os conhecimentos práticos, como a história natural, a física experimental e a química (COSTA, A., 2000, p. 189).

O marquês patrocinou botânicos, naturalistas, físicos, astrônomos, matemáticos, filósofos, estrangeiros ou integrantes do Império português, no intuito de consolidar o domínio da Coroa nas suas recônditas possessões e trazer conhecimentos destes lugares para a metrópole. Ao criar um grupo de intelectuais, o Estado conseguia maior racionalização dos atos governamentais, além de moldar o feitio dessa intelectualidade. Neste sentido, a criação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa “não passava de uma solução intermediária no processo de constituição de uma elite no poder” (ARAÚJO, A., 2000, p. 33). A reforma na Universidade de Coimbra igualmente pautou-se pelos eixos da racionalização da máquina estatal e da associação com a elite – cabendo à universidade formar o funcionalismo régio.

Mesmo com Pombal fora do poder, os intelectuais portugueses continuaram a defender a aliança entre os reis e a alta nobreza (de onde saía o estamento letrado), prova da eficácia da política pombalina. A ascensão de D. Maria I ao trono, usualmente conhecida como Viradeira por intentar anular os efeitos da reforma pombalina, não interrompeu os desdobramentos daquela política. Aliás, “muito do que havia sido feito durante o pombalismo não foi posto em

causa” (PINTASSILGO, 1989, p. 23). De uma forma ou de outra, a rainha continuou com a racionalização do Estado, criando, em 1779, a Academia de Ciências de Lisboa; sem contar que prosseguiu com o patrocínio de intelectuais em viagens pela Europa – no intuito de se inteirarem das novidades em tecnologias. O fim destas viagens era o estabelecimento de uma rede de informações, obviamente fomentada pela Coroa, para melhor conhecimento das possessões ultramarinas. A rede, sustentada por funcionários e cientistas, com esmagadora porcentagem oriunda das salas de aula de Coimbra, “permitiu ao Estado Português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades económicas do território administrado” (DOMINGUES, 2000, p. 20).

A nomeação de d. Rodrigo de Sousa Coutinho (conde de Linhares), pelo então regente D. João, é mais uma prova da permanência de muitas políticas do marquês. A atuação de Coutinho, ele mesmo egresso da nova Universidade de Coimbra, na condução da política cortesã foi responsável por consolidar de uma vez por todas os princípios pombalinos. Logo ao assumir o poder, Sousa Coutinho propõe à junta de ministros um programa de reformas, uma resposta ao desafio de contornar as crises de Portugal e de manter a unidade do Império. Um dos objetivos centrais de seu programa era diminuir os atritos entre os interesses coloniais e metropolitanos. Para tanto, ele sugeriu uma parceria entre Lisboa e as demais possessões ultramarinas. Mesmo que não ficasse muito alterada a relação mercantilista entre Brasil e Portugal, a política de Sousa Coutinho levou para os quadros da administração lusitana diversos brasileiros, sendo o responsável direto pela ligação entre cultura científica/intelectual e cultura política no Brasil (SILVA, M. B., 1999, p. 200). José Bonifácio trabalhou durante muitos anos para o governo português, viajando pela Europa em busca de idéias e técnicas que auxiliassem a administração lusitana a ter domínio mais eficiente de seus territórios. Lucas Antonio Monteiro de Barros, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu diversos cargos na magistratura portuguesa, como juiz de fora na ilha de Açores e ouvidor da comarca de Vila Rica em 1808. O marquês de Barbacena estudou no Colégio dos Nobres e na Academia da Marinha, servindo ao Exército português. O visconde de Caravelas, bacharel em Teologia e Direito em Coimbra, foi Oficial da Fazenda de Portugal. Em realidade, na primeira metade do século XIX, Coimbra deu a homogeneidade necessária para formação de uma elite política brasileira (CARVALHO, 1981, p. 65).

No que diz respeito ao Brasil independente, a rede de informações desenvolvida por Pombal e levada adiante nos reinados de D. Maria I e D. João VI repercutiu de duas maneiras.

Primeiramente, conforme visto acima, por formar parte significativa da elite cortesã brasileira, envolvida com o movimento de independência e organização do incipiente Estado. Não é preciso fazer uma história dos costados das principais figuras do Império, como fizeram José Murilo de Carvalho (1981) e Maria Fernanda Martins (2007), para percebemos a homogeneidade de sua elite. Nomes como Bonifácio e Cairu formaram-se em Coimbra e trabalharam para o governo português, sob a ótica de trazer maior racionalidade para a administração pública.¹⁶ Por conseguinte, e em segundo lugar, a forma de atuação do Estado brasileiro seguiu sua contraparte lusitana. A Coroa brasileira fez uso do expediente da antiga metrópole e estabelece um vínculo com os letrados. Assim como a Academia de Ciências de Lisboa, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro visava dotar o Brasil de uma instituição voltada especificamente para pensar o país.¹⁷ Não obstante, o Instituto tinha em seu bojo uma questão mais premente: a legitimação da nação recém-nascida, por meio da elaboração de uma memória nacional.

1.1 Uma academia de letrados: o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

Uma das maneiras de pôr em prática o projeto político era por via de instituições voltadas para pensar o Brasil em diferentes aspectos. Dessa forma, o governo imperial, sobretudo durante o reinado de D. Pedro II, cria e mantém instituições próprias à sua legitimação, voltadas igualmente para dotar a nação de uma memória. Três dessas entidades merecem destaque: o Colégio Pedro II, o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criadas ainda na regência do político conservador Pedro de Araújo Lima, as três organizações foram verdadeiros locais onde se pensaram e se divulgaram idéias sobre o Brasil. As origens da pátria, a composição do povo brasileiro, os rumos que deveriam ser tomados pela nação, as personagens que deveriam guiar as condutas dos cidadãos brasileiros, tudo isto foi objeto de discussão nesses estabelecimentos de e para letrados.

¹⁶ A geração coimbrã exerce influência até a década de 1850, quando passa a ser substituída por uma outra formada no Brasil, egressos da Academia Real Militar (1810), das Escolas de Medicina do Rio e Salvador (1813 e 1815), das Faculdades de Direito em Olinda e São Paulo (1828) e do Colégio Pedro II (1838). Esta geração educada em terras brasileiras manteve, contudo, as diretrizes norteadoras dos coimbrãos, em especial a lealdade ao princípio monárquico (CARVALHO, J., 1981).

¹⁷ A criação do IHGB supre a necessidade de criação de um campo intelectual autônomo. (NEVES, L., 1999, p. 26-27).

O primeiro a ser criado foi o Imperial Colégio de Pedro II. Inaugurado em 2 de dezembro de 1837, natalício de D. Pedro II, o Colégio começou a atuar já no ano seguinte. Conquanto voltado para educar toda a juventude carioca, independente do status social dos alunos, nos assuntos de comércio, indústria e administração pública, o Colégio acabou por ser um educandário dos jovens da Corte. Segundo Lúcia Maria Bastos Neves, a maioria dos alunos do Colégio era composta de filhos de comerciantes da cidade do Rio de Janeiro, da aristocracia rural e de políticos. (NEVES, 2002, p. 147-148). Os procedimentos para o ingresso garantiam isso: era exigido do candidato conhecimento da doutrina cristã, capacidade de ler, escrever e de realizar as quatro operações matemáticas fundamentais de aritmética, o que era possível apenas para aqueles que já tivessem, anteriormente, algum tipo de educação formal. Outra atribuição do Colégio era inculcar o patriotismo na juventude do Rio de Janeiro, ensinando-lhe a história nacional pelos exemplos dos homens que contribuíram para a constituição do Brasil enquanto nação (NEVES, L., 2007, p. 48). Destarte, “ao constituir-se em um instrumento do Estado, imbuído dos paradigmas europeus da civilização e do progresso, destinado a difundir os valores nacionais e moldar uma consciência nacional nos filhos das elites políticas e intelectuais, o Imperial Colégio de Pedro II tornou-se o lugar geométrico da *boa sociedade* imperial e, ao mesmo tempo, evidenciando o caráter elitista da educação no período, um dos traços distintivos da formação social do Brasil” (NEVES, 2002, p. 148, grifos da autora).

Por sua vez, o Arquivo Público do Império, inaugurado em 9 de janeiro de 1838, visava a atender ao artigo 70 da Constituição de 1824, e tinha o objetivo de guardar e preservar a documentação legislativa, administrativa e histórica do Estado.¹⁸ Subordinado inicialmente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Arquivo, de acordo com Célia Costa (1997, p. 26), surgiu no contexto do recrudescimento das ações políticas da elite cortesã que, a partir da regência do marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima), tencionava fazer valer sua perspectiva de Estado nacional brasileiro, qual seja, defender o regime monárquico, assegurar o fortalecimento estatal por meio do centralismo político e definir territorialmente o Império – garantindo assim a unidade nacional. Destarte, a atuação do Arquivo Público do Império ajudava, por um lado, o Estado a preservar as provas jurídicas de seus atos estatais e, de outro, garantia à história matéria-prima para sua realização.

¹⁸ “Art. 70. Assinada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretário de Estado competente, e selada com o selo do Império, se guardará o original no Arquivo Público, e se remeterão os exemplares dela impressos a todas as Câmaras do Império, Tribunais, e mais lugares, onde convenha fazer-se pública”. (NOGUEIRA, 1987, P. 68).

Tais missões do Arquivo apareciam nas seções em que estava dividido: uma legislativa (que deveria arquivar todos os atos legislativos da Assembléia Geral Legislativa e das Assembléias Provinciais, além de cópias autênticas das atas de eleições de senadores e deputados), uma administrativa (responsável pela guarda dos originais de todos os atos do Executivo), e uma histórica (encarregada de guardar documentos considerados importantes para a história nacional – como comprovantes de descobertas nos mundos mineral, natural e botânico, originais dos contratos de casamento do Imperador, títulos e papéis referentes a artes, comércio e ciências) (COSTA, C., 1997, p. 27-28). Embora o Regimento criador do Arquivo Público assegurasse que as tarefas da instituição contribuiriam para a escrita da história nacional, esta faceta de coletar documentos no intuito de construir o passado do país esteve a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Isso se deveu, primeiramente, à inexpressiva presença do Arquivo na estrutura administrativa do Estado oitocentista, refletido, por exemplo, nas dificuldades que o órgão tinha para efetuar o recolhimento da documentação até mesmo do poder Executivo (COSTA, C., 1997, p. 31-38). Além disso, a Seção de História somente foi instalada em 1876, sendo lançada em 1886 a série hoje conhecida como *Publicações Históricas* (ARAÚJO, E., 1985, p. 10). Aliás, a publicação de livros com coleções de documentos históricos, com o objetivo de preservar a homogeneidade da memória de uma nação, era um feito popular na Europa nos oitocentos. O primeiro caso, e talvez o mais famoso, é a *Monumenta Germaniae Histórica* (Fontes Históricas da Alemanha), empreendimento da Sociedade para o Estudo da Antiga História da Alemanha, iniciado em 1819.

A valorização das chamadas fontes históricas, processo que rapidamente se espalhou à França, Inglaterra, Holanda, Itália, Espanha e Portugal (ARAÚJO, E., 1985, p. 10), para citar alguns países, foi uma idéia popular também no Brasil. Uma vez que a atuação do Arquivo Público, durante o período imperial, ficou restrita a funções cartoriais, sobretudo ao atendimento das demandas burocráticas dos grupos políticos e do Estado (GUIMARÃES, L., 2002, p. 56), foi o IHGB, então, a instituição que se arvorou na elaboração e preservação da memória brasileira no século XIX. O Brasil de então precisava não apenas de historiadores, como também de um passado que servisse de referência para o presente, servindo de orientação para o futuro do país. Não é coincidência que coligir, metodizar e publicar ou arquivar os documentos necessários à história e à geografia do Brasil fossem as obrigações primeiras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (EXTRACTO..., RIHGB 1839, p. 22-24). A intenção dos fundadores do IHGB ao privilegiarem a coleta e processamento de documentos-fontes era dotar o Brasil de um passado único e coerente (GUIMARÃES, L.,

1995), e a maneira de conseguir isto se dava pelos estudos memoriais publicados em seu periódico trimestral,¹⁹ ao invés de trabalhos de história propriamente ditos – o que não significou, conforme veremos adiante, a inexistência de estudos versando sobre a escrita de história. Por isso, nos primeiros anos, a RIHGB publicou majoritariamente documentos que serviriam para se escrever a história nacional.

Todavia alguns sócios do Instituto não consideravam isto suficiente, face o tamanho da massa documental existente no país. O barão Homem de Melo, em 1860 (apud ARAÚJO, E., 1985, p. 9), conclamava seus pares para a importância da tarefa de publicação de documentos históricos:

Sente-se ainda na nossa literatura histórica a falta de um trabalho essencial, que deveria preceder a todos os outros: a coleção, sistematizada em um corpo regular, dos documentos de nossa história [...] Os documentos de nossa história estão esparsos aqui e ali, em vários arquivos, em trabalhos diversos, em publicações avulsas, em memórias especiais ou códices ignorados. Não há deles uma coleção ordenada, que possa servir de guia ao historiador. O trabalho da geração presente, entre nós, quase reduz-se à busca de materiais, disseminados em mil volumes, diversos e raros [...] Na França, na Alemanha, na Inglaterra, esse trabalho de compilação de documentos tem sido empreendido em vasta escala [...] Por que não imitaremos nós o exemplo da Europa culta, iniciando desde já esses grandes trabalhos, que devem atestar ao futuro a virilidade de nossas lucubrações e garantir a verdade histórica perante a posteridade? Pensamos mesmo que na realização desta idéia, desde que ela fosse empreendida com consciência e boa fé, o Estado deveria fazer algum sacrifício. É essa, sem dúvida, uma empresa difícil, que não poderá ser efetuada sem grande trabalho. Em outros países ela tem absorvido os esforços de gerações inteiras. Entretanto, dê-se o primeiro passo: a geração vindoura completará o resto.

Nesta tarefa de definir o passado nacional, o IHGB pautou-se, como dito, na idéia de continuidade. O Brasil, nos discursos dos sócios e nas páginas da RIHGB, era o legítimo herdeiro do legado português, este encarado como um Império que espalhou a civilização e o progresso nos quatro cantos do mundo (GUIMARÃES, L., 1995; REIS, 2006, p. 26; GUIMARÃES, M., 1988, p. 3-6). Segundo José Carlos Reis (2006, p. 31), para muitos pensadores, incluindo Francisco Adolfo de Varnhagen, os portugueses eram os representantes das luzes, do progresso e da razão no mundo ibérico. A nação brasileira, assim, era uma extensão do empreendimento civilizador lusitano, sem compartilhar com os defeitos deste.²⁰ Dessa forma, o Brasil estaria inserido dentro de uma tradição civilizatória, isto é, uma nação

¹⁹ *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, doravante RIHGB.

²⁰ Como analisaram Arno Wehling e Neuma Rodrigues, os artigos do IHGB não se furtaram em criticar, em muitos momentos, a colonização portuguesa (a exploração excessiva da terra de Santa Cruz) e os portugueses que para cá vieram (homens imediatistas e ambiciosos, muitas vezes sem desejo de estabelecer vínculos com o Brasil). (RODRIGUES, N., 2001, p. 93-97; WEHLING, 1999, p. 38-41).

branca, européia e monárquica (REIS, 2006, p. 25; GUIMARÃES, M., 1988, p. 5). Exemplo notório da perspectiva da benéfica herança lusitano-européia era a maneira como o IHGB retratava a figura dos monarcas brasileiros, em especial D. Pedro II. Descendente de tradicional linhagem real européia, Pedro II, para os sócios da academia de letrados, herdou de sua nobre família o amor pelas artes e pela ciência, governando, como seus predecessores, não pelo sabre, e sim pela caneta. Em contrapartida, o fato de ter nascido no Brasil ligava-o indelevelmente a esta terra, e sua juventude, contrastante em comparação com os monarcas europeus, indicava que o futuro nacional seria brilhante por muitos anos, ao contrário do que acontecia na Europa (GUIMARÃES, L., 1998, p. 481). Combinando o melhor de dois mundos, o passado brasileiro, representado neste exemplo na figura do jovem Bragança, poderia servir sem problemas como esteio do desenvolvimento nacional.

A idéia de continuidade entre Império ultramarino português e o recente Império brasileiro esteve presente na própria maneira como o Instituto se colocava perante a sociedade. Procurando uma filiação intelectual, o IHGB postou-se ao mesmo tempo como legatário do iluminismo e da intelectualidade lusitana. Do pensamento iluminista, os sócios tiraram suas lições de Francis Bacon e M. Cousin.²¹ Dos portugueses, veio a combinação de correntes teóricas distintas²² no pensamento dos historiadores do Instituto, exemplificado pela mescla entre um sentido pré-determinado para a história brasileira, o forte apego a fontes oficiais e a “aproximação íntima” do historiador e sua fonte.²³

O IHGB se estruturou sob a aba imperial. Filial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), organização técnico-científica, cujo alvo era o desenvolvimento econômico do país (RODRIGUES, N., 2001, p. 27), o IHGB mantém, de seu predecessor, o caráter técnico. A inspiração para se tornar um local que pensava a memória e a história nacional veio, no entanto, de uma instituição congênere na França, o *Institut Historique de Paris*. No meio de uma profusão de institutos e organizações voltadas para o passado nacional, o *Institut* se destacou pelo seu pioneirismo e por sua habilidade em servir aos interesses estatais (GUIMARÃES, M., 2002, p. 185). Conseguiu, entre outras coisas, justificar o poder de Luis Felipe, que se coroou rei da França em meados do século XIX, a partir da Revolução Francesa, ao elaborar representações que ligavam o monarca a um dos resultados do processo

²¹ Como exemplo, ver o discurso do presidente do IHGB, o visconde de São Leopoldo, na primeira sessão Pública Aniversária do IHGB em 03 de novembro de 1839 (p. 267-271)..

²² O ecletismo era uma das correntes intelectuais com mais força em Portugal, especialmente nos anos chamados de reformas pombalinas, e que teve importante impacto no Brasil. Os ecletistas portugueses selecionavam as teorias e conhecimento que mais lhes serviam, no caso, com o objetivo de possibilitar a coexistência em harmonia entre razão e fé, uma vez que o racionalismo, por si só, seria insuficiente. Deste modo, o iluminismo em Portugal mantém algumas de suas raízes escolásticas. (CALAFATE, 1998, p. 210-221).

²³ Aspecto é discutido ainda neste capítulo.

histórico em questão que tinha grande valia para os franceses, a Constituição (GUIMARÃES, M., 2002, p. 186). Somado a isto, o Instituto Histórico de Paris se considerava, e era visto, como um local de difusão de civilidade. Estas duas características eram almeçadas pelo IHGB. Por isso, nossa academia de história e memória estabeleceu profícuo contato, e troca de correspondências e publicações, com sua contraparte francesa. Para Manoel Salgado (1988, p. 13), “construir uma imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos” era um projeto subjacente no contato entre as duas agremiações.²⁴

Apesar de estar voltado para a legitimação do projeto conservador, e de estar sob a proteção imperial – uma vez que o funcionamento da academia dependia das contribuições financeiras da Coroa, que perfaziam quase 75% de toda sua renda – o IHGB evitou o rótulo de “instituição oficial”, classificando-se como científico-cultural. Ao fazer isto, colocava-se perante a comunidade letrada como órgão autônomo e, portanto, neutra e isenta da influência estatal (GUIMARÃES, M., 1988, p. 9).

Não obstante, o IHGB estava longe de ser um local neutro, evidenciado pelos ‘tipos’ de sócios (efetivos, correspondentes, honorários, beneméritos ou presidente honorário) e pelos três principais cargos existentes (Presidente, Secretário, Orador). Para ser um sócio efetivo, era preciso que o pretendente residisse na Corte e apresentasse um trabalho de história, geografia ou etnografia do Brasil; já para ser um sócio correspondente, era preciso demonstrar capacidade literária, da mesma forma que um sócio efetivo, ou que ofertasse um presente de valor ao museu do Instituto. Podia ser sócio honorário aquele que, somado a sua “idade provecta”, deveria ter “consumado saber e distinta representação”. Para se tornar um sócio benemérito, um sócios efetivos deveria prestar serviços relevantes à instituição, ou o interessado em se filiar precisava doar (em espécie ou em objetos) quantia superior a 2:000 réis. Por fim, o título de presidente honorário era destinado a chefes de Estado (SCHWARCZ, 1989, p. 10).²⁵

²⁴ Não obstante, o *Institut Historique* não foi a única academia com a qual o IHGB alimentou laços de camaradagem durante o século XIX. Outras instituições do gênero, como a Sociedade Católica de Lisboa e a Sociedade Real das Ciências de Göttingue, mantiveram contato constante com o IHGB. Além disso, muitos sócios do IHGB viajaram para outros países em buscas de documentos, livros e outros tipos de trabalhos que pudessem ajudar o Brasil. Neste ponto é possível afirmar, de um certo modo e com as devidas diferenças, que a academia de letrados fez uma tentativa para estabelecer uma rede de informações tal qual aquela desenvolvida por Portugal, no último quartel do século XVIII, cujo objetivo era semelhante: tomar conhecimento das correntes de pensamento e do andamento da atividade científica da Europa e da América no intuito de usar estes saberes para avanço o do Brasil.

²⁵ Na ata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 9 de outubro de 1845, há o aceite do presidente do Paraguai, Carlos Antonio Lopes, ao diploma de membro honorário do Instituto. Carlos Antonio era o pai de Solano Lopes, presidente do Paraguai durante o Conflito no Prata entre 1864-1870.

O cargo de Presidente do IHGB era cativo de políticos dotados de respeito perante seus pares e reconhecimento dentro da Corte. Sua função era ser a face legitimadora do Instituto, apresentando e representando o mesmo perante a sociedade.²⁶ Dentre as figuras que desempenharam este papel estiveram o visconde de São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro, presidente da província do Rio Grande do Sul, ministro e senador), o marquês de Sapucaí (Cândido José de Araújo Viana, presidente da província de Minas Gerais, ministro da Fazenda e da Justiça, conselheiro do Estado), o visconde de Bom Retiro (Luis Pedreira do Couto Ferraz, presidente da província do Rio de Janeiro e senador), e o marquês de Paranaguá (João Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente das províncias da Bahia, Maranhão e Pernambuco, ministro da Justiça, da Fazenda e da Guerra).

Se o Presidente era a face pública do Instituto, ao Secretário cabia conduzir os trabalhos dentro da casa: dirigiam as reuniões (após a abertura feita pelo Presidente), montavam pautas e atas, organizavam o periódico, auxiliavam nos trabalhos da biblioteca, sugeriam a abertura de concursos públicos, enfim, “cuidavam da imagem e da produção científica do estabelecimento” (SCHWARCZ, 1989, p. 13). A função era própria de acadêmicos de carreira. O Secretário da primeira gestão do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa, era poeta, orador, historiador e biógrafo. Duarte Moreira de Azevedo, Secretário entre 1880-1886, era bacharel em letras, doutor em Medicina e autor de várias biografias. Um dos Secretários mais famosos foi, sem dúvida, Joaquim Manuel de Macedo. Renomado já na época por seus romances e poemas, o escritor foi também professor de História no Colégio Pedro II e Orador do IHGB. O cargo de Orador, importante dentro da academia, era uma função mais prestigiosa do que laboriosa. A tarefa em geral recaia a intelectuais de renome, como aos ex-secretários Varnhagen e Macedo, além do visconde de Taunay (Alfredo d’Escragnolle Taunay) (SCHWARCZ, 1989, p. 12-17).

O peso do cetro fazia-se sentir até no modo de seleção do material a ser publicado pela Revista do IHGB. O crivo para que um artigo fosse aprovado não era somente acadêmico. Assuntos considerados espinhosos, como revoltas sociais de escravos, ou os movimentos que criticassem o regime monárquico, como as sublevações do período regencial, não tinham muito espaço na *RIHGB* (GUIMARÃES, L., 1995, p. 475-480). Por conseguinte, nem tudo que era produzido por seus sócios, efetivos ou correspondentes, chegavam às páginas do periódico. O IHGB tinha seu ‘controle de qualidade’ nas formas de comissões específicas

²⁶ Era a função de Presidente do IHGB que garantia a sintonia entre Instituto e poder imperial, pois o Presidente, “devido a sua posição [e cargos que ocupava no aparelho estatal], acabava por vincular o estabelecimento com as diretrizes da política oficial”. (SCHWARCZ, 1989, p. 12).

para cada assunto. Até chegar ao periódico, os artigos, ensaios ou fontes passavam por uma das três comissões existentes: a de geografia, a de história ou a de etnografia. Tais comissões elaboravam um parecer da obra em apreço. Posteriormente, o trabalho ia para a Comissão de Estatutos e Redação, onde era novamente avaliado (RODRIGUES, N., 2001, p. 63).

Por exemplo, as comissões de geografia faziam *pareceres* dos relatos de viajantes, no intuito de decidir quais delas eram apropriadas para publicação (e com isso, lidas), e o que não era de boa qualidade ou o que não deveria ser publicado/lido naquele momento. Luiz Antonio de Castro analisou a obra do Padre Daniel P. Kidder; *Examen critique de l'histoire de la Géographie du Nouveau Continent*, escrito por Alexander de Humboldt, também passou pelo crivo da comissão de geografia (RIHGB 1851, v. I e II, p. 105). O barão de la Hure (RIHGB 1866, v. 2, p. 373-399; RIHGB 1866, v. 2, 417-421) tem dois artigos seus oferecidos ao Instituto avaliados, um pelo Cônego e secretário da instituição, J. F. Fernandes Pinheiro, e outro por José Saldanha da Gama Filho. Outros casos de avaliação de trabalhos poderiam ser citados.²⁷

A força do IHGB como instituição com poder para definir a memória nacional, e falar sobre a história, a geografia e a etnografia nacionais provinha do respaldo estatal, isto é, da autoridade concedida pelo imperador ao Instituto. Destarte, os artigos da Revista do IHGB representam um discurso que “pretende fazer acontecer o que enuncia no próprio ato de enunciá-lo” (BOURDIEU, 1998, p. 111),²⁸ um discurso que mesclou, com eficiência, aquilo que era dito com a autoridade de quem enunciava.

Para um discurso ter ‘sucesso’ e, portanto, tenha eficácia na transmissão das informações, é preciso que a pessoa a proferi-lo disponha do poder de o enunciar, isto é, que um grupo lhe tenha conferido o mandato de falar. A lógica dos discursos, portanto, une a instituição (que delega autoridade ou quem autoriza) e o locutor (o delegado da autoridade grupal), por meio de dois aspectos, legitimidade e autoridade. Dessa maneira, um discurso fracassa quando o locutor não tem autoridade para proferi-lo. Com o Instituto Histórico não foi diferente. Transformar D. Pedro II em seu protetor²⁹ não serviu simplesmente para garantir

²⁷ Em especial, vale a pena mencionar a discussão entre Machado de Oliveira, Duarte da Ponte Ribeiro, Candido Batista de Oliveira, Gonçalves Dias, Pedro d’Alcântara Bellegarde e Joaquim Manuel de Macedo, publicado na *RIHGB 1853* (p. 385-600), em torno de um artigo do primeiro que versava sobre as definições da fronteira entre Brasil e Uruguai, após a emancipação uruguaia. Enquanto uns criticavam a maneira como o Brasil conduziu os tratados para separar os dois países (Machado de Oliveira, Gonçalves Dias e Pedro Bellegarde), outros (Duarte Ribeiro e Candido Batista) consideravam correto o *modus operandi* do governo. Isto é exemplo que o discurso do IHGB, embora hegemônico, não era homogêneo.

²⁸ Ver também COELHO, G. 2003, v. 1, p. 267-284.

²⁹ O Imperador, desde a fundação do Instituto, era seu protetor. Em 1842, ganha o título de Presidente Honorário (ATA DA SESSÃO..., RIHGB 1842, p. 222).

o sucesso financeiro do IHGB ou outros tipos de sinecura. Assegurou igualmente a legitimidade simbólica de sua produção, pois, em última instância, era o próprio monarca quem subscrevia os textos. Em pouco tempo o IHGB foi capaz de criar um discurso auto-suficiente, em si mesmo autorizado.

Em contrapartida, não basta ser legítimo; o discurso autorizado deve ser compreendido e reconhecido, e para ser reconhecido é necessário dizê-lo em uma situação legítima, para receptores legítimos – como diz Bourdieu (2003, p. 91), não se pode ler uma poesia dadaísta em um conselho ministerial. Portanto, o sucesso do Instituto, no século XIX, derivava igualmente da sua audiência. E quem seria esta platéia? Certamente seus textos não pretendiam alcançar todos os brasileiros – pois, como lembrou o visconde de Caravelas (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 122), a maioria dos brasileiros não liam livros, ou por falta de tempo, ou por não saberem ler. Por conseguinte, os principais interlocutores do IHGB eram outras instituições, outros intelectuais, enfim, a população letrada, produtora e receptora de um conhecimento ‘formal’, acadêmico. Nesta cadeia, o IHGB ocupava o papel de cabeça do sistema, ou seja, pólo difusor da memória nacional (SCHWARCZ, 1989, p. 5-9), do passado legítimo, da identidade nacional, do caráter do Estado-nação brasileiro e do padrão de civilidade imperial.

Capitaneada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a produção intelectual da geografia e da história oitocentista pautava-se sobretudo pela relação entre governo e intelectuais. Portanto, apesar da sinonímia fato-lugar não ter a força simbólica que alcançará no regime republicano, é possível estudar as representações sobre o riacho do Ipiranga e a independência a partir do estudo da historiografia oitocentista e suas fontes, mais especificamente a maneira pela qual os historiadores refletiram a emancipação brasileira. Cairu, Varnhagen e Pedro Américo (considerado aqui, por seus escritos e por seu quadro, como um historiador) beberam, cada qual a sua maneira, de alguns testemunhos de indivíduos que estiveram com o então príncipe regente, no momento em que se transforma em imperador. O modo, o valor e as interpretações que cada um destes historiadores dá à sua “fonte” tornam fundamental entender as características da prática historiográfica no século XIX.

1.2 Fazer história nos oitocentos

A história enquanto instrumento de legitimação do poder do Estado brasileiro oitocentista, sobretudo por via do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é assunto já bastante discutido pela historiografia brasileira. Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988), em texto capital ratifica a tese de que a estabilidade do Estado Nacional imperial dependia, em grande medida, da consolidação de uma história nacional que, ao mesmo tempo, definiria a nação brasileira, traçaria um perfil desta e criaria uma genealogia para o país recém independente. Com isso, esperava-se estabelecer uma idéia de nação dentro dos parâmetros europeus, isto é, na tradição de civilização e progresso (GUIMARÃES, M., 1988, p. 7).

Por sua vez, José Carlos Reis (2006) além de destacar a faceta legitimadora do Estado, ressalta a tessitura identitária a qual se propõe a história brasileira no século XIX, especificamente no que se refere a dotar o país de um passado com o qual todos os brasileiros pudessem se identificar, um passado do qual se orgulhassem (REIS, 2006, p. 25-26). Arno Wehling (1999) segue a mesma trilha, privilegiando, contudo, a articulação entre política, cultura e história. A história serviria, de acordo com o autor, para consolidar uma memória nacional monarquista, unitária e centralizadora (WEHLING, 1999, p. 34).

No que concerne ao conhecimento histórico propriamente dito, o século XIX marcou o fim de uma determinada maneira de pensar/fazer história e o início de uma outra: enquanto a história filosófica, com o sentido histórico pré-determinado entra em seu crepúsculo, a escola metódica e o historicismo começam suas auras.

A escola metódica procura balizar os limites da história enquanto disciplina científica. Em sua luta, acaba por integrá-la nos quadros acadêmicos, estabelecendo, ao mesmo tempo, um conjunto de procedimentos que considerava indispensáveis. É na Alemanha, com Ranke e seus discípulos, que a escola metódica ganha força, sobretudo por ter difundido os principais preceitos da 'ciência' histórica no século XIX: neutralidade e imparcialidade do historiador face a seu objeto de estudo; objetividade na compreensão do passado, já que este seria um dado concreto, passível de ser apreendido pela análise dos documentos; a disposição dos fatos estudados em uma narrativa sincrônica; e a ausência de reflexão teórica – pois cabia ao historiador enxergar os fatos, e não conjecturar sobre eles. Para os historiadores da escola metódica, seguir estas regras era uma garantia de um conhecimento histórico sem reflexões filosóficas, um espelho fiel dos acontecimentos do passado. O fio condutor do saber histórico seria, juntamente com a crítica das fontes, a interpretação sob o foco do Estado nacional.

A outra corrente histórica do século XIX de grande vigor foi um desdobramento da escola metódica. O historicismo alemão questiona um dos principais pilares dos historiadores metódicos, a separação entre sujeito e objeto. Para os historicistas, a aproximação íntima entre sujeito e objeto da pesquisa era fundamental, haja vista que, em sua concepção, a mera constatação do fato deixava o trabalho do historiador aquém de suas possibilidades. Mais do que registrar por definitivo um fato, era necessário compreendê-lo. Para tanto, propuseram o uso do método hermenêutico para a escrita da história. Baseado na premissa da busca pela articulação interna dos fatos, o historiador deveria ter uma postura intuitiva, estabelecendo uma relação de alteridade. Segundo explica José Carlos Reis (1996), no método hermenêutico, o historiador compreende o outro: “recria, ritualiza, revive a experiência vivida pelo outro – conhece-o por dentro”.

Mais do que o método hermenêutico, o historicismo deixou como espólio o alargamento da concepção do objeto de estudo da história. De acordo com Eleonora Zicari Brito (2003, p. 7, grifo da autora), no historicismo admite-se “que *tudo o que é humano tem uma história*”. Assim, não apenas os eventos políticos são dignos de receber o cariz de conhecimento histórico.

Os historiadores brasileiros não ficaram alheios às mudanças ocorridas no campo historiográfico. A cultura histórica oitocentista brasileira, expressa nos trabalhos dos historiadores, demonstra, em diversas oportunidades, grande conhecimento dos princípios da escola metódica e do historicismo, além de outras correntes teóricas de vulto do século XIX. A originalidade é outra marca dos historiadores e geógrafos oitocentistas. Como será discutido adiante – sobre o lugar do riacho do Ipiranga na geografia brasileira – a teoria difusionista e a teoria evolucionista, em pleno desenvolvimento na segunda metade do oitocentos, eram conhecidas por alguns intelectuais brasileiros do calibre de Duarte da Ponte Ribeiro, José Feliciano Ribeiro (o visconde de São Leopoldo) e Pedro Renault. No que se refere à escrita da história não foi diferente.

Segundo Joaquim Manoel de Macedo, o historiador, literato e membro do IHGB, em Sessão comemorativa de aniversário do Instituto, era necessário escrever a história do Brasil sem cair na predominância ou do passado ou do presente. Seria preciso combinar as duas temporalidades, não sacrificando o presente pelo passado ou vice-versa. A história precisava ser escrita, por conseguinte, sem esquecer o presente, inexorável ponto de chegada da narrativa histórica de acordo com o historiador-romancista. Tal perspectiva do conhecimento histórico, compartilhada por muitos membros do IHGB que, no início das atividades desta instituição traçaram as linhas mestras da prática historiográfica, demonstram bem parte do

*regime de historicidade*³⁰ no Brasil oitocentista (sobretudo aquele defendido pelos pensadores do IHGB): a relação passado-presente-futuro definia-se pelo presente, que demandava todos os sentidos da história. Assim sendo, os historiadores deveriam procurar no passado os acontecimentos que justificassem a situação vivida no momento (como o regime monárquico) e que indicassem caminhos que pudessem ser trilhados pelo país no futuro – como estabilidade política.³¹

Em linhas gerais, a escrita da história no Brasil oitocentista pautava-se por três eixos cardinais: 1) a história enquanto procedimento racional, apoiado em sério trabalho com as fontes (conforme os requisitos preconizados pelo cônego Januário da Cunha Barbosa); 2) ‘moralista’, definidora dos padrões de civilidade – comportamentos e ações – a serem seguidos (história como mestra da vida); 3) por último, a dependência ao presente dotou a história oitocentista de seu caráter funcionalista máximo: incitar o patriotismo (GUIMARÃES, M., 2007, p. 105).

Conforme dito anteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha como missão autoproclamada primeiramente a “preservação” da memória da nação brasileira, desde seus primeiros dias até os eventos mais recentes (GUIMARÃES, L., 1995; RODRIGUES, N., 2001). O discurso do 1º Secretário Interino, Joaquim Manoel de Macedo (RIHGB 1852, p. 481), na sessão pública de aniversário do IHGB, demonstra a função avocada por esta academia de letrados:

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro não se contentou nem podia se contentar com a consignação dos fatos contemporâneos e d’aquelles que menos affastados estão do nosso século: entendeu que era dever indeclinável que lhe assistia o apressar-se a salvar dos sorvedouros do tempo a memoria dos feitos dos nossos antepassados.

Outra faceta da preocupação em preservar a memória nacional era a construção de monumentos. Manuel de Araújo Porto-Alegre, em texto sobre obras musicais e iconográficas produzidas no Brasil, intima o legislador a criar no Brasil o que existia – ou deveria existir –, em toda grande nação: um panteão cujo objetivo fosse guardar mausoléus e grandes obras literárias. Para o barão de Santo Ângelo, o panteão não deveria ser

³⁰ Conceito trabalhado por Manoel Guimarães e desenvolvido por François Hartog, designa as exigências e demandas ao passado para que este seja visto como história, “reconfigurando as relações entre passado, presente e futuro a partir de novos sentidos para essas temporalidades” (GUIMARÃES, M., 2007, p. 97). A outra parte do regime de historicidade era que o passado deveria mostrar a evolução da nação brasileira, que teria raízes tão longínquas quanto o descobrimento do Brasil (RODRIGUES, N., 2001, p. 69)

³¹ Quando o IHGB é criado, o Brasil passava pelo terceiro governo regencial, todos eles singrados por revolta e conflitos regionais que questionavam sua autoridade/legitimidade.

um edifício sumptuoso, mas um lugar sagrado e decente, onde se recolham os restos mortaes dos nossos beneméritos, onde o paisano repouse a par do general, e que n'esse lugar, em dia marcado, va o Imperador derramar flores sobre essas sepulturas singelas, o Brasileiro verá que o ouro não é a única recompensa da terra, e que acima d'elle está a pobreza de um José Bonifacio de Andrada, a de um visconde de Cayrú, de um São Leopoldo (PORTO-ALEGRE, RIHGB 1856, p. 351)

Francisco Manoel Raposo de Almeida (RIHGB 1856, p. 528) também defende a construção de monumentos, porquanto:

a epopéia das nações, a chronica dos povos e a historia das grandes cidades deve ler-se nos seus monumentos; porque o espirito das nações, a indole dos povos e a civilização das cidades ha de revelar-se n'esses hieroglyphos de pedra que ideou o poeta, que symbolisou o artista, e que a chronica descreveu.

Não obstante sua ampla definição de monumento, que incluía não apenas edifícios de pedra e cal, como também todo cânone, fosse ele escrito, esculpido ou pintado, vemos, em diversos momentos de seu texto, que a noção de 'monumento' estaria mais ligado a espaços concretos, e não a idéias:³² “é pois nos monumentos, e não nos códices, que especialmente o historiador deve buscar decifrar a solução das diferentes phases politicas de uma nação: é nos monumentos ainda, que elle deve dessecar com o bisturi da hermeneutica os factos, a indole, o viver e crer das gerações defunctas” (ALMEIDA, RIHGB 1856, p. 529).³³

Apesar de sua vocação memorialista, o Instituto igualmente se arvorou da escrita da história nacional. Todavia, o primeiro passo para escrever a história nacional era coletar fontes. “Colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes á historia do Brazil” era a tarefa precípua do IHGB, sendo tão importante quanto o próprio conhecimento histórico (BREVE NOTÍCIA..., RIHGB 1839, p. 6).³⁴ Sem embargo, nos primeiros anos de existência, o periódico do IGHB registra mais textos sobre as fontes do que os textos históricos, geográficos ou etnográficos. Nos primeiros volumes da revista predominam as publicações dos mais diversos textos do século XVIII – relatos de viagens, memoriais etc.

³² Isto não era exclusivo a Raposo de Almeida. Rodrigo de Souza da Silva Pontes (RIHGB 1841, p. 151), em texto que discutirei adiante, afirma que “conheço que poucos são na verdade os monumentos históricos do Brasil”. O autor considera como os monumentos os edifícios produzidos pelos holandeses, um obelisco no Pará e as estátuas descobertas por Baue nas vizinhanças da vila da Barra, comarca do Rio Negro.

³³ No século XIX, a definição de hermenêutica estava associada ao sentido de interpretação de textos teológicos. Por isso que Raposo de Almeida afirma que os maiores monumentos são as igrejas e mosteiros. Ver também “Hermenêutica”. *Dicionário Houaiss*.

³⁴ No “Extracto dos Estatutos do IHGB” (RIHGB 1839, p. 22-24), publicar ou arquivar os documentos necessários à história e geografia do Brasil, manter contato com sociedades congêneres ao redor do mundo e publicar o periódico do Instituto trimestralmente são outras obrigações estatutárias.

Tal predominância em publicar documentos que serviriam de base para a história e geografia resultou em admoestação do próprio Imperador:

Sem duvida, Senhores, que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as applicações da intelligencia; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunaes os trabalhos das gerações passadas, ao que vós tendes dedicado quasi que unicamente, como também pelos vossos proprios, torneis aquella a que pertenço digna realmente de elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da sciencia é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, util, e já difícil empreza, erijamos assim um padrão de gloria á civilização da nossa patria. (D. PEDRO II, RIHGB 1849, p. 552).

As palavras de Pedro II não surtiram efeitos imediatos. Nos anos, seguintes, ainda são mais publicados os trabalhos das gerações passadas. Talvez seja isso que leve Joaquim Manoel de Macedo (RIHGB 1853, p. 568), ainda com as palavras do Imperador em mente, a justificar o predomínio da publicação de fontes para a história do Brasil no periódico trimensal:

A desproporção que realmente se observa entre a publicação de manuscritos antigos e a dos trabalhos de membros do Instituto explica-se pela conveniencia que ha em salvar de uma vez dos sorvedouros do tempo essas memorias do passado que por felicidade lograram chegar até nós vencendo os gelos de uma fatal indifferença que tantas obras nos fez perder. Entretanto não raras vezes tem sido, e cada vez mais irão sendo publicados os preciosos escriptos devidos aos estudos e ás meditações dos nossos consocios.³⁵

Assim, pelo menos nos primeiros 15 anos de sua existência, o Instituto e seu periódico se preocuparam essencialmente com a obediência a sua lei orgânica de publicar, coligir e metodizar fontes para a história e geografia do Brasil, isto é, de proteger a memória nacional da falésia do esquecimento. Após a reprimenda do Presidente Perpétuo e a *mea culpa* do Primeiro Secretário, o IHGB volta sua atenção para a publicação dos artigos de seus filiados, sem, contudo, deixar de publicar as fontes para a escrita da história nacional. A ‘insistência’ em publicar as fontes para a história e geografia do Brasil evidencia sobremaneira a coesão dos sócios fundadores em torno deste e de outros preceitos norteadores para se escrever história – em especial aqueles estabelecidos nos textos do cônego Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos e Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

³⁵ Manoel Luís S. Guimarães (1988, p. 9-12) afirma que, a partir de 1849, quando se transfere para o Paço da cidade do Rio de Janeiro, o IHGB passa a priorizar e incentivar, por meio de concursos e premiações, os estudos inéditos. É a partir desta data que igualmente a academia reforça a imagem de d. Pedro II de *Imperador Filósofo*.

Dos três artigos, talvez seja o do desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes o mais preocupado com a coleta e avaliação de fontes. Seu texto, publicado na *Revista* de 1841, procura metodizar a maneira como o Instituto deveria proceder para recolher e preservar os materiais específicos para a escrita da história e da geografia. A forte preocupação de Rodrigo Pontes em coligir fontes para a história do Brasil vem de sua ampla acepção do arcabouço do conhecimento histórico:

Se o vocabulo *historia* comprehende não só os factos e acontecimentos relativos ao estado político de uma nação, mas abrange também as variações e alternativas porque sucessivamente passa o espirito humano, o horisonte da historia é amplo e vasto como todo o horisonte das artes e das sciencias (PONTES, RIHGB 1841, p. 155, grifo do autor).³⁶

Sendo vastos os domínios que caberiam à história e à geografia, era necessário coletar o máximo de fontes possível. Caberia ao IHGB, através de intenso trabalho, o cumprimento da colossal tarefa, pois um só homem não seria capaz de suprir as inúmeras lacunas até então presentes (PONTES, RIHGB 1841, p. 155). Para Rodrigo Pontes, cabia ao IHGB três passos para assegurar o cumprimento de suas obrigações estatutárias. Primeiramente, deveria pedir permissão àqueles que detêm os documentos para exame da importância desta documentação. O segundo passo consistiria em nomear comissões para investigar/examinar tais documentos. A comissão se limitaria a no máximo dois membros, pois, para o autor, comissões numerosas atrasariam os trabalhos. Por último, cada comissão deveria entregar um relatório circunstanciado do arquivo analisado, atentando aos seguintes aspectos: autenticidade; importância dos documentos; e qual seria despesa para adquiri-los.

A metodologia proposta por Rodrigo de Souza da Silva Pontes não ficou apenas no papel. Na mesma *Revista* de 1841 há um relatório de J. Antônio de Miranda e de Antonio L. M. Baena (RIHGB 1841) sobre um obelisco, inaugurado em 1782 na estrada de Nazaré, província do Pará. Mais propriamente um laudo pericial, o relatório de Miranda e Baena (RIHGB 1841, p. 204-206) descreve, em detalhes, o monumento em questão. Os dois também fornecem instruções para restauração do obelisco, visto que, conforme informam os autores, devido aos “pretos lenhadores” – que afiavam no pedestal do obelisco seus machados e facões – e “por falta de cuidados conservativos”, o monumento estava parcialmente destruído. Estabelecer critérios para validar ou refutar as informações de um documento era ordem do dia nos primeiros anos de existência do Instituto. Na *Revista* de 1842, o IHGB prevê alguns prêmios para trabalhos de determinada natureza. Dentre vários prêmios, estava o de receber

³⁶ A ampla definição de história de Rodrigo de Souza da Silva Pontes reflete-se também no seu conceito do que seria a geografia. Este aspecto será discutido no próximo capítulo.

uma medalha de ouro quem melhor desenvolvesse o seguinte tópico: “qual o grau de veracidade em que se deva ter o facto maravilhoso de Diogo Álvares Corrêa, e da célebre Paraguassú, conforme refere Rocha Pitta na sua *América Portuguesa*” (RIHGB 1842 p. 35).³⁷

Já para a coleta de informações, notícias e documentos em países estrangeiros, Rodrigo Pontes (RIHGB 1841, p. 156-157) diz que importa seguir “o caminho já trilhado”, isto é, fazer uso da rede de informações desenvolvida pelo IHGB, que incluía os “sábios de outros países”, a “correspondencia com as sociedades scientificas”, o auxílio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a “zelosa cooperação de nossos diplomatas”.

Igualmente preocupado em definir parâmetros para a história e para geografia, o discurso do cônego Januário da Cunha Barbosa é um dos mais conhecidos e divulgados sobre o assunto, atraindo a atenção de vários pesquisadores da historiografia oitocentista. Isto ocorre muito provavelmente pelo fato de condensar, num mesmo texto, a celebração da fundação do Instituto, a fixação dos objetivos da mesma e os procedimentos para escrever a história e a geografia brasileira.

Sobre a história, aspecto que nos interessa no momento, o cônego ressalta a necessidade de se escrever uma história nacional – isto é, geral, de todo o Brasil –, mesclando a busca de uma verdade objetiva por “esclarecido critério” (métodos confiáveis) com “dedução filosófica” (interpretação) e “luz pura da verdade” (BARBOSA, RIHGB 1839, p. 12). Dessa maneira, o conhecimento histórico precisava passar pelo crivo da racionalidade e da sistematicidade, sem, no entanto, esquecer a pesquisa e a coleta de dados. O historiador também tinha de evitar juízos de valores,³⁸ sem tentar justificar os atos dos atores históricos: “aos olhos da Musa severa da história o crime sempre deve ser crime, [uma vez que] os crimes, posto que seguidos de um sucesso aparentemente feliz, não deixam de ser detestáveis no tribunal da história, se a imparcial penna dos sábios os descrever em verdadeira luz” (BARBOSA, RIHGB 1839, p. 15-16). Com critério e imparcialidade a história brasileira seria salva da “voragem dos tempos”.

O cônego divide a história nacional entre antiga e moderna. O momento divisor era a independência. Não obstante, é possível perceber em seu *Discurso* que a escrita da história se limitaria aos tempos antigos, pois “ainda estão elles [fatos da nossa independência] ao alcance

³⁷ Alguns exemplos de outros prêmios: medalha de ouro para os indivíduos que: escrevesse a melhor memória sobre a história da legislação peculiar do Brasil; apresentasse o melhor texto sobre a geografia brasileira; escrevesse o mais acertado plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil.

³⁸ A análise racional e imparcial dos fatos continuou como preceito do Instituto até o fim do período imperial. Augusto Fausto de Souza critica o livro de Francisco Constâncio, *História do Brasil*, por errar em um grande número de datas históricas e por fazer “apaixonada apreciação dos acontecimentos”. (SOUZA, RIHGB 1880, p. 87).

das nossas vistas, porque apenas dezeseis annos se tem passado dessa época memorável da nossa moderna história, que acrescentou no Novo Mundo um esperançoso Império ao catalogo das nações constituídas” (BARBOSA, RIHGB 1839, p. 11). Os fatos mais recentes, aqueles ocorridos após a independência, deveriam ser preservados pelo Instituto para serem utilizados em estudos historiográficos futuros. O distanciamento temporal coloca-se como fator capital para o exercício da história dentro do IHGB. Antonio Pereira Pinto, por exemplo, encontra dificuldades ao falar dos movimentos revolucionários de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. Para ele,

os factos são tão modernos, tantos de seus actores ainda felizmente estão entre nós, que por maior dilligencia que se empregue para pintal-a com imparcialidade, é possível receber, em sua analyse, uma impressão injusta, ou quiçá apaixonada [...] (PINTO, RIHGB 1866, p. 53).

Separar a história antiga e a história moderna do Brasil também era preocupação compartilhada pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos. Em texto escrito em 1838, embora publicado somente em 1863,³⁹ Cunha Matos divide a história brasileira em três épocas: a era dos aborígenes/autóctones; a era dos descobrimentos e da colônia; e o período dos acontecimentos nacionais, tendo por início “o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um systema de governo imperial, hereditario, constitucional e representativo” (MATOS, RIHGB 1863, p. 129). A primeira época do Brasil, de todas, era o que mais apresentava obstáculos para escrevê-la. Segundo o autor, não existiam muitos documentos sobre o período – faltavam até monumentos para incitar conjecturas. A falta de fontes levava à carência de estudos sobre os autóctones brasileiros e esta resultava na indefinição da origem e do caráter do índio brasileiro.⁴⁰ Apesar das dificuldades aventadas pelo militar-historiador, o IHGB não se furtou em se lançar sobre a era dos aborígenes brasileiros. Artigos e dissertações sobre os povos indígenas ocuparam as páginas da *Revista* por todo o século XIX, demonstrando a influência da proposta de Cunha

³⁹ Sem dúvida o texto de Cunha Matos fora escrito antes de 1839, ano de seu falecimento. De acordo com Manoel Luiz S. Guimarães (2007, p. 114), o texto fora lido na Sessão de 15 de dezembro de 1838 e entregue ao cônego Januário da Cunha Barbosa para futura publicação. Argumento, aqui, que a *Dissertação* de Cunha Matos é representativa da idéia de se fazer história defendida pelo Instituto nos anos iniciais de sua fundação e que, o ato de sua publicação, aproximadamente 25 anos depois de ter sido produzido, reforçava para os membros de então do IHGB e para outros historiadores os ideais propostos pelos fundadores desta academia de letrados. Destarte, as noções de crítica de fontes e dedução filosófica, teleologia, patriotismo, moral, fizeram parte do cadinho que formava a história oitocentista pelo menos até depois de 1870.

⁴⁰ Para Cunha Matos (RIHGB 1863, p. 130), o índio brasileiro era resultado de uma mistura dos povos indígenas do México, dos chineses e dos hebraicos.

Matos no Instituto (GUIMARÃES, 2007, p. 117). Ele, por sua vez, tomaria a era dos descobrimentos e da colônia como tema em outra monografia.⁴¹

Cunha Matos também estava preocupado com os historiadores que poderiam escrever a história brasileira. Ele desafia o que considerava a tendência da historiografia brasileira até então: “como será possível escrever a historia philosophica do Brasil tomando por pharól os livros estrangeiros impressos antes da declaração da independencia do imperio?” (MATOS, RIHGB 1863, p. 123). Sua crítica aos estrangeiros que narravam a história nacional fundava-se no fato que até o melhor dos historiadores estrangeiros em sua opinião, Robert Southey, retratava em alguns momentos de seu livro *História do Brasil* os brasileiros da pior maneira possível, atacando, por exemplo, “a crença religiosa, em que vivemos, qualificando-nos de idolatras, fanaticos, superticiosos e de perpetradores de toda a especie de maldade” (MATOS, RIHGB 1863, p. 121). Para ele, escrever a história do Brasil era tarefa de brasileiros. Os estrangeiros, embora notáveis naturalistas, eram péssimos em escrever a história nacional, inépcia sobretudo oriunda do preconceito, como em Southey. Sem dúvida sua crítica era bem recebida no ‘primeiro escalão’ do Instituto – ou pelo menos pelo cônego Januário, que se perguntou se “deixaremos sempre ao genio especulador dos estrangeiros o escrever a nossa historia, sem aquelle acerto que melhor póde conseguir um escriptor nacional?” (BARBOSA, RIHGB 1839, p. 18).

Restava ainda uma questão. O que era a história? Como deveria ser escrita? Cunha Matos (RIHGB 1863, p. 137-138), como nos demais problemas, oferece uma proposta.

A historia é a sciencia de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados. Também ha historia acerca do futuro, a qual dever ser considerada como vaticinios, prophecias, pressentimentos ou previsões. A historia abrange todos os ramos de conhecimentos humanos: póde ser geral ou particular, e divide-se em secções principaes, que são subdivididas em particulares ou especiaes. Ella em a materia, ordem, e estylo deve ser escripta por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exacto e o mais claro que for possível; e o fim principal da historia politica e civil, é encaminhar os homens á pratica das virtudes e ao aborrecimento dos vícios para que d’ahi resulte o bem estar das sociedades.

De amplo escopo, pragmática (isto é, preocupada em orientar a sociedade contemporânea), teleológica,⁴² inteligível, preocupada com a crítica das fontes, esteticamente aprazível, imparcial e capaz de prever o futuro. Eram as características do conhecimento

⁴¹ Não é possível saber se o texto “Épocas brasileiras ou sumário dos acontecimentos notáveis do Império do Brasil” fora divulgado no século XIX, mas ele expressa, sem sombra de dúvida, o pensamento de Cunha Matos (RIHGB 1974) sobre a história brasileira.

⁴² Em *Épocas brasileiras*, seu objetivo é preservar a memória do povo brasileiro, mostrando a “marcha sucessora da civilização da Terra de Santa Cruz”. (MATOS, RIHGB 1974, p. 230-252).

histórico verdadeiro para Cunha Matos, princípios compartilhados igualmente por Rodrigo Pontes e pelo cônego Januário.

“Encaminhar os homens á pratica das virtudes e ao aborrecimento dos vícios para que d’ahi resulte o bem estar das sociedades” representa a imbricação das duas outras linhas mestras do conhecimento histórico oitocentista: a concepção da história como mestra da vida e a inculcação do patriotismo (RIHGB 1863, p. 138). Conhecer o passado, na visão dos historiadores oitocentistas e dos políticos brasileiros, significava trazer para o presente os valores morais a serem emulados pelo povo e fatos pelos quais a nação tinha por obrigação lembrar para que os erros passados não fossem repetidos no futuro.⁴³ Por conseguinte, a história, enquanto saber pragmático, serviria de carta de navegação social, traçando o itinerário de ações, valores e idéias aceitáveis (pelos quais crianças e adultos se guiariam) na sociedade contemporânea. Era, portanto, a escola da vida.

Os ensinamentos passados pelos textos historiográficos vinham das lições dos autores da antiguidade clássica – Salústio, Plutarco e Dionísio de Helicarnasso. Um dos mais lidos pelos letrados brasileiros era Cícero. As reflexões do político e advogado romano orientavam o entendimento sobre o sentido da história de muitos dos historiadores brasileiros de então. Cunha Matos, com seu apelo para uma história estetizada, sem dúvida foi influenciado por Cícero, para quem o historiador, ao escrever seus textos, tinha de fazer brilhar o estilo (HARTOG, 2001, p. 147). O cônego Januário, em seu programa de história, ao afirmar que sob os olhos da Musa o historiador tinha de ser imparcial, fazia uso de uma das leis da história ciceronianas (HARTOG, 2001, p. 151; BARBOSA, RIHGB 1839, p. 14-16). Já o barão de Santo Ângelo baseia sua concepção de história a partir de uma das fórmulas mais conhecidas de Cícero – *historia magistra vitae*:⁴⁴

O filho que não derrama uma lágrima, ou não lança uma flor sobre a sepultura de seu pai, ensina a seus próprios a ingratidão; assim como a geração que não comemora os serviços de seus antepassados, prepara-se para receber o mesmo esquecimento que a deslustra: a humanidade é uma cadeia de idéas, cujos elos estão na memória sucessiva do homem. A maioria dos velhos, que abençoam a sua época e maldizem a mocidade, deveria ser castigada na praça pública, porque a mocidade é sempre o espelho das idéas e práticas de seus pais (PORTO-ALEGRE, RIHGB 1856, p. 351).⁴⁵

⁴³ Basta lembrar a *razão política* apresentada pelo visconde de Nazaré durante o debate no Senado para definição do calendário festivo da nação. Ver DISCUSSÃO..., 1826, vol. III, p. 123.

⁴⁴ Embora tenha tornado o conceito famoso, fora Políbio um dos primeiros a atribuir à história este sentido (HARTOG, 2001., p. 183).

⁴⁵ Também se destaca neste trecho a visão cumulativa e teleológica de história do autor e sua sintonia com o IHGB. O passado unia-se ao presente pela continuidade de práticas (ações) e pensamentos (idéias), pois as gerações mais recentes espelhavam as mais velhas. Daí, necessariamente o devir ligava-se ao presente e igualmente ao passado. Cabia à mocidade apenas acrescentar ao conhecimento já consolidados, e comemorar os acontecimentos dignos de registro. Em uma outra leitura, podemos afirmar que a mocidade, neste caso, poderia

Cabia ao historiador destacar os exemplos de vida que orientassem as gerações mais novas. “A vontade dos indivíduos fazia a história” (NEVES, 2007, p. 48), e grandes homens, destarte, davam mostras de comportamento exemplar e de atuação patriótica ao povo em geral e aos homens de vida pública em particular. A partir do talento dos historiadores, o povo brasileiro poderia ter uma galeria de fatos e personalidades nos quais se exemplar (BARBOSA, RIHGB 1839, p. 15). Neste panteão de grandes homens da pátria, o privilégio era sem dúvida das figuras eminentes da nação, considerados como os agentes históricos, isto é, capazes de modificar a marcha da história. A vida destes homens serviria de referência ética para a sociedade, pois eram retratados como exemplos de talento, coragem e conduta honrosa, sendo vidas, portanto, repletas de glórias.

Tamanha era a importância dada pelo IHGB que sua *Revista* tinha uma seção própria para isto, intitulada “Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes etc.”. Mas, quem eram estes grandes homens? Como identificar um? Segundo o sócio correspondente José Feliciano de Castilho (RIHGB 1848, p. 266), era imperativo,

antes de louvar um homem, [que] interroguemos-lhe a vida; antes de louvar um poderoso, interroguemos o nosso coração. Dão-vos os vossos talentos direito á fama? Pois bem, pensai que cada linha que escreveis mais não se riscará [...].⁴⁶

Não poderia ser mais claro o recado dado aos historiadores, geógrafos, poetas e oradores – era indispensável cautela antes de cantar loas a figuras eminentes da nossa história, para que não se façam panegíricos à mediocridade poderosa e aos monarcas inimigos das letras (CASTILHO, 1848, p. 265). Passaram pelo crivo do Instituto, recebendo uma biografia na *Revista*, dentre outros, Hipólito José da Costa Pereira, José Bonifácio e o visconde de Cairu. Na lista de brasileiros notáveis ainda estavam D. Pedro I e seu filho, Tiradentes e Felipe Camarão – este último com uma biografia escrita por Adolfo Varnhagen (RIHGB 1867).

O respeito ao passado e a valorização das lições que ele traz era tarefa, primeiramente, do imperador: cabia a ele, “em dias marcados”, participasse das comemorações dos feitos heróicos da nação ou derramasse flores nos túmulos dos grandes homens. Só assim, para Porto-Alegre, “o Brasileiro verá que o ouro não é a unica recompensa da terra”, e a “generosa

ser os próprios brasileiros, novos ainda na questão de se ver como um único povo, e que, portanto, precisava dos exemplos das grandes nações, já experientes (ou velhos ou anciãos) em relação à valorização da nação.

⁴⁶ Embora não tenha condições de afirmar com segurança, parece-me que Castilho se inspira, nestas linhas, em Plínio, o Jovem, para quem as palavras, mesmo que hoje não mais lidas, continuam escritas. (HARTOG, 2001, p. 167-171).

e heroica mocidade seguira o rumo da estrella do céo da pátria” (PORTO-ALEGRE, RIHGB 1856, p. 351). Dessa forma, Pedro II configurou-se como o imperador-cidadão, modelo de conduta para a juventude e para o povo brasileiro (BARMAN, 1999).

Conforme foi apresentado acima, a mistura entre um sentido predeterminado para a história brasileira, o forte apego a fontes oficiais e a “aproximação íntima” do historiador e sua fonte, ou, em outras palavras, a mescla de filosofia da história, escola metódica e historicismo, assinala a concepção de história predominante no Instituto Histórico e em muitos historiadores. A história para os membros de nossa academia de letrados, de acordo com os primeiros textos publicados na *Revista*, refletia a formação intelectual dos homens por trás do Instituto. Raimundo José da Cunha Matos, diretor da Seção de Geografia (e que faleceu logo após a criação do Instituto), nasceu e estudou em Portugal até vir para o Brasil; José Feliciano Fernandes Pinheiro (visconde de São Leopoldo), primeiro Presidente do Instituto, e Cândido José de Araújo Viana, diretor da Seção de História, eram bacharéis em direito pela Universidade de Coimbra. Tal formação reverberou também na maneira como os sócios do IHGB concebiam a geografia.

CAPÍTULO 2

O IPIRANGA NOS TRAÇOS DOS GEÓGRAFOS

Conquanto o estudo da história como instrumento de legitimação, a consolidação do Estado-Nação no Império é hoje tema recorrente na discussão historiográfica brasileira.⁴⁷ Todavia, o mesmo não pode ser dito acerca da geografia. Com exceção de estudos feitos por geógrafos (SANTOS, 1986; ANDRADE, 1992; MORAES, 2001; MACHADO, 1995), há um menor número de trabalhos historiográficos no que concerne à utilização da geografia pelo Estado.⁴⁸ Destarte, o presente trabalho tenciona contribuir no debate desta faceta da construção memorial do Império brasileiro. Como José Carlos Reis (2006, p. 26) bem lembra – embora não desenvolva este assunto –, era preciso ao Brasil se reconhecer não apenas historicamente, mas também *geograficamente*. No caso da geografia, era preciso localizar rios, serras, definir os climas, fauna e flora, delimitar as fronteiras nacionais, enfim, destacar todos os aspectos que compunham o prisma natural da nação.⁴⁹

Todavia, antes de aprofundar a reflexão sobre o caráter desempenhado pela geografia sob o signo do imperador, é indispensável explanar sobre a contribuição da geografia, disciplina acadêmica consolidada no século XX, à memória brasileira oitocentista, com ênfase, em especial, às suas pontes com a história. Somente pelo fato do objeto desta dissertação ser um riacho, a interface com a geografia seria lógica. Contudo, pelas próprias transformações que a geografia passou nas últimas décadas, a aproximação entre história e geografia adquiriu novos contornos. Os geógrafos pararam de se preocupar com o meio ambiente, e inseriram o homem no espaço físico (GREGORY, 1978, p. 16). Temas antes restritos apenas a historiadores e sociólogos foram incorporados à disciplina, como a formação e estruturação da sociedade no Estado-nação, e as relações de poder entre grupos sociais pelo uso e definição do espaço social.

O conceito de espaço, com isso, também foi alterado, deixando de ser reflexo do ‘meio ambiente’, termo que era usado para descrever a natureza tal qual ela era encontrada nas regiões intocadas pela civilização. Milton Santos modifica por completo este conceito ao

⁴⁷ Apenas para citar dois exemplos mais recentes: GUIMARÃES, L., 1998, p. 471-485; GUIMARÃES, M. 2002, p. 184-200.

⁴⁸ Merecem destaque COELHO, 2003, p. 267-284 e SCHIAVINATTO, 2003

⁴⁹ “Nós vamos assnalar, com exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus rios caudalosos, a área de seus campos, a direção de suas serras e a capacidade de seus inumeraveis portos”. (BARBOSA, RIHGB 1839, p. 12).

definir o espaço geográfico enquanto construto social – natureza modificada, através do trabalho, pelo ser humano (SANTOS, 1986, p. 119). Nas palavras do autor (SANTOS, 1986, p. 122), “o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções”.

Para o eminente geógrafo, o espaço deve ser considerado uma totalidade (SANTOS, 2005), isto é, como um sistema complexo composto pela soma entre a forma geográfica, a paisagem, e a sociedade, que dá significado ou determina o conteúdo destas formas (SANTOS, 1992, p. 2). Com este conceito de forma-conteúdo, Santos torna o espaço dinâmico, cujo significado é alterado de acordo com o movimento social, pois a cada novo momento é ressignificado e reapropriado.⁵⁰

Maurice Aymard, por sua vez, ao estudar o Mediterrâneo, corrobora a visão do espaço-cosntrução. Segundo o historiador francês, é à rede de cidades e aldeias que o Mediterrâneo deve sua unidade: seria ao redor desta trama que se constrói o *espaço mediterrâneo*. E quem seria responsável por sua organização espacial? O homem. O clima, a geologia, o relevo, tudo isto colaborou para definição do espaço; todavia, é devido à sociedade que o *Mare Nostrum* ganhou os contornos de hoje (AYMARD, 1992, p. 175). É o homem em sociedade quem cria, molda, modifica, define, em última instância, o espaço.

Por isso, escolhemos a definição de Milton Santos do espaço enquanto soma entre paisagem e sociedade, visto que valoriza o aspecto de construção social do espaço. Assim, o conceito de espaço se aproxima do conceito de representação, no sentido trabalhado por Denise Jodelet (2001, p. 22), ou seja, um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, cujo objetivo é construir uma realidade comum a um determinado grupo social. Para cada representação, há um embate entre grupos sociais distintos para definir seu

⁵⁰ Não obstante, o espaço seria dotado de uma autonomia relativa, porque, considerar o espaço como reflexo da sociedade (SANTOS, 1986, p. 127) seria, para o geógrafo, colocá-lo no plano da ideologia e, por conseguinte, transformar a geografia em instrumento político, e não em ciência. Ou seja, o espaço existiria por si só, independente das manifestações individuais, como uma realidade exterior ao indivíduo e se impondo tanto a este quanto à sociedade. Santos, portanto, enxerga o espaço como um fato social na concepção durkheiminiana, isto é, como um meio de agir que exerce uma coerção externa ao indivíduo (DURKHEIM, 2001). Isto fica ainda mais evidente quando disserta sobre a redutibilidade de dois elementos do espaço, o ‘meio ecológico’ e a ‘infra-estrutura’. Os meios ecológicos são os complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano, e a infra-estrutura é o trabalho humano materializado e geografizado em formas diversas, como casas. A distinção entre os dois seria, para Santos, muito tênue, porquanto “a cada momento da evolução da sociedade, o homem encontra um meio de trabalho já constituído sobre o qual ele opera e a distinção entre o que se chamaria de *natural* e *não natural* se torna artificial” (SANTOS, 1986, p. 127). Assim, embora artificial, houve um momento no qual esta distinção seria válida – espaços sem significação pelos grupos sociais – o que claramente contradiz sua afirmação anterior de que o espaço é uma construção social, pois o espaço parece existir apesar, ou mesmo sem, o homem. Talvez estas aparentes contradições fossem fruto das amarras hegelianas que, embora denuncie em capítulos anteriores, Milton Santos não consiga se desvencilhar. Ou talvez seja simplesmente a dificuldade enfrentada ao se mudar um paradigma.

sentido, pois as representações expressam as idéias, os valores e os saberes anteriores daqueles que as criam. E mesmo que um grupo consiga fixar sua representação, não impede que as outras representações, agora em posição de inferioridade, continuem a se opor a ela. Nesta perspectiva, o espaço é objeto dinâmico, sujeito a modificações e lutas por sua definição. Enfim, um verdadeiro campo de forças, onde a disputa para fixar seu(s) sentido(s) é acirrada.⁵¹ Talvez um exemplo esclareça melhor. O controle de uma área, de um espaço, além de assegurar sustento às mais diversas formas a um grupo, visa manter o controle de um grupo social sobre os demais. Para tanto, este estamento cria diversos discursos interditando o acesso a certas regiões, ou franqueando-o com certas restrições – como no caso dos cemitérios, locais onde se deveria prestar respeito aos mortos, sendo vedado, portanto, a bagunça e a desordem (ARIÈS, 2003, p. 74-77; REIS, J. J., 1991, p. 193-198) –, ou mesmo, como no caso dessa dissertação, limitando a interpretação correta e válida sobre determinada região.

Enquanto disciplina acadêmica, a geografia se consolida no decorrer dos oitocentos, justamente no período de afirmação dos Estados-nação. Não há coincidência neste duplo desenvolvimento. As novas nações, ao procurarem legitimação, voltam-se para a história e para a divisão espacial. O saber histórico oitocentista fomentou a criação de narrativas que inserem a pátria em uma história contínua; o Estado se coloca como legatário de uma tradição longínqua, de seus ancestrais fundadores, estes sim verdadeiros ‘iniciadores’ da nação.

Com relação à geografia, o princípio é o mesmo, conquanto a forma de consecução difira. O clima, os rios, as serras, as matas, são utilizados para definir os limites do território nacional e a especificidade da nação face suas vizinhas. Da mesma forma que a história, a geografia serviu para solidificar a identidade nacional. Como diz Antonio Carlos Moraes (2001, p. 1), “o discurso geográfico foi, sem dúvida, um elemento central na consolidação do sentimento de pátria. Pode-se mesmo dizer que esse seria o principal núcleo divulgador da idéia de identidade pelo espaço”.

Ainda existia o engajamento político dos próprios geógrafos. No século XIX, seja para corroborar ou para combater o Estado, a prática geográfica incluía um alto grau de militância política. Friedrich Ratzel estava bastante comprometido com o pan-germanismo, o projeto de construção de uma Alemanha imperialista e colonizadora. Élisée Reclus, anarquista militante, condenava a marcha imperialista e colonizadora dos países europeus, defendendo reformas sociais radicais (ANDRADE, 1992, p. 12, 56-58). É preciso deixar claro que era mais comum

⁵¹ Dessa forma, mantém-se o dinamismo e a luta entre forças sociais distintas presentes em Santos, sem o seu compromisso com a realidade durkheimiana. Ver também CASTRO, 1997, p. 171.

a defesa do Estado, pois era este quem financiava/demandava a produção geográfica – o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil é exemplo evidente. Tinha-se, como visto, o mecenato estatal.

A aliança entre poder e inteligência fora destacada pelo sócio correspondente do IHGB, José Feliciano de Castilho (RIHGB 1848, p. 260). Para ele, “o culto da sciencia, a veneração pelos seus ministros, a apothéose do genero humano em materia de letras, são o mais evidente thermometro da verdadeira grandeza de um povo”. Todos sairiam vitoriosos da união entre Coroa e sábios; a Antigüidade Clássica, a Itália do Renascimento e a França do Rei Sol eram exemplo disto. Os poderosos dão aos sábios amor, honra e favor; os sábios retribuem consagrando o monarca com o nome da época em que viveram – como o século de Péricles ou a época de Luis XIV. Os livros e monumentos transcenderiam os séculos, servindo de elo entre gerações. Assim, quem mais lucraria, na verdade, com a associação entre letras e poder, seria a nação, visto que “solio que se firma sobre a intelligencia é inabalavel e eterno” (CASTILHO, RIHGB 1848, p. 263).

A geografia brasileira oitocentista, no que se refere ao seu *metier*, tinha outra especificidade: sua institucionalização extremamente centralizada/concentrada. Não existiam cursos de geografia em faculdades, nem havia uma profusão de geógrafos. Era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas instituições congêneres nas províncias os produtores primeiros, e muitas vezes, últimos, do saber de textos geográficos. Tal institucionalização concentrada no IHGB, contudo, não garantiu à geografia ares de conhecimento homogêneo. Na realidade, ocorria exatamente o inverso. Um texto geográfico era todo aquele que tivesse por tema o meio ambiente ou que não se encaixasse na definição de texto histórico ou etnográfico.

Enquanto são diversos os artigos RIHGB que versam sobre a definição de história e sua prática,⁵² estão em menor número os textos do periódico que fizeram o mesmo com a geografia – ou com a etnografia. No máximo, encontram-se definições diluídas de qual seria o objeto da geografia em artigos que versam, dentre outras coisas, sobre a natureza/paisagem. A primeira definição do escopo da geografia foi fornecida pelo primeiro Presidente do Instituto, José Feliciano Fernandes Pinheiro (RIHGB 1839a, p. 270), o visconde de São Leopoldo. Para ele, inspirando-se em Francis Bacon, a geografia deveria se ocupar com o exame da verdade do que existe no globo terrestre. Estudar as origens dos rios e a produção mineral, ajudar na diplomacia, eram algumas das atribuições do saber geográfico para o visconde.

⁵² Dentre outros, BARBOSA, RIHGB 1893, p. 10-21 e MACEDO, RIHGB 1852, p. 476-500.

No Brasil, a geografia tinha outra tarefa: ser instrumento para evidenciar os potenciais naturais e a exuberância natural do território brasileiro. O Brasil tinha “matas tão antigas como o mundo, que ainda acobertam e nos escondem as origens, o curso e a confluência dos rios, pontos capitais, em que se baseam nossos tratados de limites” (PINHEIRO, RIHGB 1839a, p. 270). Porém, eram estes aspectos tão “mal explorados, ou imperfeitamente reconhecidos” (PINHEIRO, RIHGB 1839a), que atrapalhavam as questões fronteiriças, deixando o país longe de atingir seu potencial de ser “um centro de luzes e civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo” (PINHEIRO, RIHGB 1839b, p. 78).

Neste ponto, o IHGB nos mostrava sua filiação intelectual: o determinismo geográfico. Influenciados por Heródoto, Montesquieu, Herder e, posteriormente, Gobineau,⁵³ os letrados brasileiros associavam diretamente o progresso do país à riqueza natural de suas terras, e consideravam que o desenvolvimento social, cultural e econômico da nação estava subordinado a fatores naturais. José Feliciano de Castilho (RIHGB 1848, p. 260), em texto já discutido, lembra que o território brasileiro, com seus “oceânicos rios” e “agigantadas serras”, ocupava posição singular no continente americano, o que devia ser encarado por todos como motivo de orgulho. No seu “Programa Histórico”, o visconde de São Leopoldo (RIHGB 1839b, p. 77) afirma, com base em M. Cousin, que era possível determinar o caráter do homem de uma nação sem conhecê-lo, bastando que se soubesse a configuração geográfica e biológica do país. No caso brasileiro, o primeiro presidente do Instituto via com bons olhos o futuro da nação. Para ele, o Brasil era a terra da pujança geográfica: vegetação rica, montes que rasgam os céus, campos verdejantes para o cultivo, lagos do tamanho do mediterrâneo, infindáveis rios navegáveis, ou seja, com vocação nata para o sucesso no comércio e nas letras (PINHEIRO, RIHGB 1839b, p. 77).

Em ensaio sobre como o IHGB deveria atuar para atingir sua tarefa precípua de coligir, metodizar e publicar fontes para a história e geografia (PONTES, RIHGB 1841, p. 149-157), o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, sócio efetivo do Instituto, segue as diretrizes do Presidente. Para Silva Pontes (RIHGB 1841), cabia à geografia descrever a superfície do globo, conhecer as diversas raças e o que a natureza produz. A

⁵³ Para Heródoto, deveu-se ao meio ambiente, mais particularmente ao Nilo, o sucesso da civilização egípcia. Montesquieu, por sua vez, admitia a influência do clima na forma de agir e pensar os homens. Já Herder afirmava que a relação entre o homem e o meio físico determinava o destino e o desenvolvimento de um povo. Por fim, Gobineau, baseado em Montesquieu, desenvolveu uma teoria de superioridade étnica com base na influência do clima na composição física e mental dos homens (ANDRADE, 1992, p. 24-47). Estas teorias serviram também para justificar o racismo, o colonialismo e o suposto barbarismo de alguns povos (CORRÊA, 1987, p. 25-30; SANTOS, 1986, p. 16-23; CASTRO, 1997, p. 180-183).

forma de consecução? Viagens científicas – que, por sinal, serviriam inicialmente para a história, no intuito de esclarecer ‘fatos obscuros’ da história pátria.⁵⁴

Somada a tudo isto, destacava-se a questão pungente do século XIX, quando o assunto era a geografia: a delimitação de fronteiras. Era uma arena conflituosa, onde a diplomacia, o militarismo e a representação simbólica se imiscuíam uma na outra. Duarte da Ponte Ribeiro (RIBEIRO, D., RIHGB 1872, p. 485-499), português radicado no Brasil juntamente com a corte de Dom João VI, diplomata e geógrafo proeminente com importantes trabalhos sobre as fronteiras do Brasil, em estudo sobre os limites do Império com o Paraguai,⁵⁵ demonstra vivamente a imbricação das três alçadas. O geógrafo, escrevendo um texto-modelo da prática geográfica como instrumento da política, dava uma resposta às críticas feitas por jornais da região do rio da Prata ao barão de Cotegipe, acusado de extorquir parte significativa do território paraguaio nas negociações após o conflito com o Paraguai.

No artigo em questão, Duarte Ribeiro mostra a evolução da definição fronteiriça entre os dois países desde os tempos das grandes navegações até o momento pós-guerra. O cerne do artigo, contudo, reside na diferenças morais entre os brasileiros e paraguaios. Os primeiros apresentam intensa solidez de caráter e magnanimidade; os últimos, tibieza e dissimulação.

Os paraguaios, desde o período colonial, dificultavam a fixação das fronteiras. Segundo Duarte Ribeiro, ficou definido em 1750, por meio de um tratado assinado em 13 de janeiro do mesmo ano entre as Coroas de Espanha e Portugal, que a divisão entre as duas Américas na região correspondente à fronteira entre Brasil e Paraguai seria o rio Iguereí, tributário do rio Paraná. A fronteira continuaria em linha reta, a partir da principal nascente do Iguereí (no caso, seria o rio Jejuí), até a cabeceira principal do rio mais próximo que desaguasse no rio Paraguai. Porém,

por falsa e interessada negativa de não haver no Paraguay quem desse notícia do rio Igury, e outros motivos, como o de ter a Hespanha adiantado alguns estabelecimentos ao norte do rio Jejuy, concordaram os dois governos

⁵⁴ Nestas excursões, dever-se-ia “colligir cópias, desenhos, ou descrições de monumentos” (PONTES, RIHGB 1841, p. 151). O autor exemplifica a necessidade de viagens científicas como imperativo para o esclarecimento da história pátria: descobrir “precisamente” o local das povoações dos Palmares, uma vez que Gaspar Barleu, Rocha Pita e Brito Freire divergiam sobre a localização do quilombo. Ou seja, somente com o conhecimento *in loco* certas dúvidas históricas e geográficas seriam sanadas. (PONTES, RIHGB 1841, p. 153). Com relação aos monumentos, o autor lembra que no Brasil não seriam encontradas as ruínas de grandes civilizações, como no caso da Grécia e seu passado magnífico; contudo, isto não isenta o pesquisador brasileiro de ir atrás de artefatos genuinamente nacionais, como os obeliscos no Pará e a arquitetura renascentista deixada pelos holandeses no nordeste. (PONTES, RIHGB 1841, p. 150-151).

⁵⁵ A preocupação com a fronteira paraguaia não era acontecimento recente do periódico. Em 1855, a Revista publicou o relatório de viagem do Capitão Cândido Xavier de Almeida à região. A viagem ao Salto Grande do Paraná, realizada em 1783, tinha por objetivo localizar a exata posição do rio Iguereí em razão do desconhecimento dos paraguaios deste rio, motivo que, como exposto a seguir, levou à sua substituição enquanto fronteira com o país vizinho.

em substituir o Igurey pelo Igatemy, e o Jejuy pelo Ipanéguassú (RIBEIRO, D., RIHGB 1872, p. 488).

Por trás de artimanhas, paraguaios e espanhóis esconderam seu intento de se valer do rio Apa, mais ao norte do Igurei, como divisor natural entre as duas Américas e, de tal modo, alargar o domínio territorial que lhes cabia. Assim, davam mostra de suas péssimas índoles, pois o Igurei teria sido registrado no mapa de 1749 que serviu de base para o tratado territorial luso-espanhol. Na verdade, continua Ribeiro, a fronteira entre os dois países era tão conhecida que poderia ser demarcada com menor risco, em comparação com as fronteiras com o Peru e Bolívia, situação esta bem mais delicada aos olhos do geógrafo (RIBEIRO, D., RIHGB 1872, p. 496). O Brasil, pelo barão de Cotegipe, estaria apenas reforçando o que já fora estabelecido em 1754. Sua medição não se tratava de injusta imposição aos derrotados. Ao contrário. Demonstrava categórica lição de moderação, porque não se aproveitou da situação de vencedor da guerra para infligir um humilhante acordo fronteiriço a um país devastado e combalido. Sem contar que o Imperador, por intermédio de seu plenipotenciário, optou por traçar a linha demarcatória *aquém* do que o Brasil tinha direito, e se *contentou* “com a divisa natural do Salto das Sete-Quédas, do lado do rio Paraná” (RIBEIRO, D., RIHGB 1872, p. 493),⁵⁶ perto da foz do rio Iguatemi. Grande lição do Estado brasileiro às demais nações.

Tem-se aqui vívida ilustração da construção da identidade pela alteridade. Ao invés de se ater apenas aos estudos topográficos da época em que escreve, o autor ‘ressuscita’ o passado, recorre aos antecedentes históricos para avaliar a questão fronteiriça. O apelo não é fortuito. Com isso, pretende, por um lado, legitimar a atuação da diplomacia brasileira no momento posterior ao conflito – bem como a ‘política territorial’ brasileira; e, de outro, naturalizar a desigualdade, mostrando que as diferenças morais entre os dois povos eram, no momento, abissais. Dessa forma, Duarte Ribeiro delimita duplamente a fronteira entre brasileiros e paraguaios: primeiramente estabelecendo os limites físicos entre os dois países (com destaque para o campo diplomático após o término do conflito bélico). Ao mesmo tempo, assinala o padrão de moralidade e civilidade do Brasil – modelado a partir de sua contraparte paraguaia.⁵⁷ Sem contar que o ato de delinear as regiões fronteiriças é uma maneira eficaz de distanciar ‘eles’ de ‘nós’, no caso, os paraguaios dos brasileiros. A distância, como ensina Ginzburg (2001), desumaniza o outro.

⁵⁶ “Ver-se-ha que o Brasil, depois da victoria, contenta-se com menos do que antes pudéra exigir”. (RIBEIRO, D., RIHGB 1872, p. 486).

⁵⁷ Kathryn Woodward (2000, p. 49), valendo-se dos ensinamentos de Stuart Hall, analisa a construção da identidade pela diferença, sobretudo a partir do uso de oposições binárias, “a forma mais extrema de marcar a diferença”.

Fica evidente, pelo exemplo acima, que a espacialização das mais diversas regiões do território nacional estava em construção, tanto militar quanto diplomática e simbolicamente. Longe de ser fato concretizado, a conformação geográfica do território brasileiro era um trabalho a ser feito. A responsabilidade de tamanha tarefa coube ao IHGB, sobretudo a seu periódico trimestral. Competia à *Revista* consolidar e difundir a esfera simbólica do processo de espacialização. Enquanto os historiadores se preocuparam com a amplitude e a integridade do território nacional (ABUD, 1999, p. 379-388), os geógrafos, como Duarte Ribeiro, voltaram suas atenções para os limites territoriais do incipiente Império. Destarte, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ao longo do século XIX, publicou artigos acerca de invasões estrangeiras ao Brasil e dos “tratados que estabeleceram limites entre as possessões portuguesas e espanholas” durante o período colonial (ABUD, 1999, p. 381).

Todas estas problemáticas permeavam os textos geográficos do século XIX. A definição dos espaços (que, conforme dito acima, incluía, dentre outras coisas, o estabelecimento das fronteiras nacionais) estava por fazer-se. O conhecimento geográfico era abrangente, com a incumbência de apreciar não apenas o meio ambiente, mas também as etnias – que apareciam, nas páginas do periódico, como um dos produtos da natureza. Sem um modelo de metodologia firmemente traçado, o elemento que unia os textos geográficos oitocentistas era a descrição, o que refletia o desígnio predominante deste saber no século XIX. Catalogar nomes de montanhas, rios, mares, cidades, povos, recursos minerais era a preocupação central dos geógrafos. Tal concepção fez com que as narrativas geográficas mesclassem história e exposição da vida natural de uma região, onde dados geológicos e meteorológicos aparecem lado a lado com informações sobre a história local.

Para melhor compreensão, é possível dividir as narrativas geográficas em dois grupos centrais: *estudos corográficos* e *memórias de viajantes* (ou *literatura de viagem*). Basicamente, a corografia era o relato de uma determinada localidade por meio de uma descrição histórico-geográfica (ANDRADE, 1992, p. 13). Para situar o leitor, a narrativa corográfica tinha início com os aspectos históricos de determinada localidade (a época em que foi fundada ou descoberta, a origem do nome etc.). Depois, entravam em cena os aspectos geomorfológicos: a composição do relevo, a mineralogia (se existiam minas de ouro, ferro, pedras preciosas) e os rios existentes na área (com sua nascente, curso e navegabilidade). Por fim, as características da fauna e da flora eram descritas (GOMES, 1997, p. 21).

No Brasil oitocentista, um dos grandes exemplos de trabalhos corográficos, que inclusive serviu de modelo para muitos outros, foi feito pelo padre Manuel Aires de Casal. A *Corografia Brasília*, publicada no Rio de Janeiro em 1817, propõe-se a fazer “a descrição

geográfica do vasto Reino”, juntamente com a “História do Descobrimento do Brasil em 1500, até o ano de 1532 em que este país foi repartido em capitanias”, narrando “a época, o método da colonização, e o atual estado das povoações, e produções da agricultura e indústria de cada uma delas: indica-se o que há de mais notável em a Natureza: como são rios, lagos, montes, cabos, portos, ilhas, animais, minerais e vegetais” (CASAL, 1976, p. 15). No início do livro, o clérigo escreve uma introdução com o apanhado geral da história e da geografia do Brasil. Depois, passa para a corografia de cada província brasileira à época. A estrutura do livro é fundamentalmente a mesma; no começo de cada capítulo, há a história da província: o ano de sua povoação, o significado do nome e os primeiros anos da colonização. Para fins de exemplos, faremos uma comparação dos textos da província de São Paulo e da província de Sergipe:

[São Paulo] Esta província, formada com a união da Capitania de Santo Amaro, e metade da de São Vicente, tomou o nome, que a designa, em 1710, quando El-Rei D. João V, incorporando-as com os bens da Coroa, por compra, lhe nomeou Governador, com título de Capitão General, na pessoa de Antonio de Albuquerque Coelho, e a esta cidade de S. Paulo para sua residência. Confina ao norte com a de Minas Gerais, de que é separada pela Serra da Mantiqueira, e com a de Goiás de que é dividida pelo Rio Grande; ao sul com a de São Pedro, da qual é separada pelo Rio Pelotas; ao ocidente com o Rio Paraná, que a divide das províncias de Goiás e Mato Grosso [...] (CASAL, 1976, p. 97)

[Sergipe] Esta província, cuja conquista e colonização foi começada no governo de Cristóvão de Barros, governador interino da Bahia, em mil quinhentos e noventa, por ordem que para isso tivera de el-Rei Filipe II, a requerimentos dos povos dentre Rio-Real e Itapicuru, que viviam inquietados pelos indígenas deste país, e piratas franceses, que freqüentavam a costa em busca de pau-brasil [...] Tem vinte e seis léguas de costa, desde Rio-Real, que a divide da Província da Bahia, até o de São Francisco, que a separa da de Pernambuco; e perto de quarenta para o centro do continente, onde termina quase em ângulo no riacho do Xingó, que fica perto de duas léguas abaixo da Cachoeira de Paulo Afonso (CASAL, 1976, p. 247).

Posteriormente, o autor passava à descrição de montes, rios e portos, fitologia e zoologia:⁵⁸

[São Paulo] Montes: Este país não é montuoso [sic], se excetuarmos a parte oriental, onde em todo seu comprimento, ao longo do mar, tem a cordilheira geral, a que às vezes dão o nome de *Cubatão* [...] Mineralogia: há minas de ouro, prata, cobre, ferro, enxofre, pedra hume, magnete, pederneiras, pedra calcárea, granitos, pedras de amolar, e afiar: tabatinga, rubis diamantes e diversidade de outras pedras preciosas. Rios e Portos: Nenhuma das províncias marítimas, à exceção da do Pará, tem tão grande número de rios navegáveis, posto que os maiores sejam geralmente incapazes para conduzir as produções do centro do país até os portos do mar [...] Fitologia: tem

⁵⁸ Na seção sobre zoologia, Aires de Casal trata dos povos indígenas presentes na província, descrevendo o nome dos povos, onde moravam, a descrição física de cada um deles etc.

bosques extensos, onde se acham diversidades de árvores de boa madeira para construção, e carpintaria: algumas dão excelente cinza para lixívia, outras casca para calafeto, ou cordas, ou curtumes [...] Zoologia: entre outras espécies de quadrúpedes selváticos há capivaras, onças, antas, tamanduás, guarás, preguiças, porcos, veados, pacas, macacos, coelhos, cães silvestres, aranhas: a irara é o papa-mel de outras províncias (CASAL, 1976, p. 98-104).

[Sergipe] Montes: a face do país é quase geralmente baixa, e desigual. Em toda a província não há uma só serra; nem também montanha de altura assaz considerável, ou que cause espectação [...] Rios e Lagos: Rio-Real, ao qual dão quarenta léguas de curso, tem várias cachoeiras, e só é navegável até a primeira, que fica nove léguas distante do mar [...] Mineralogia: pederneiras, tabatinga, pedra de cal, de amolar, uma pedra negra ferruginosa, que depois de moída fica excelente areia; ouro, sal marinho, cristais, lousas, e pedra azul. Zoologia: criam-se todos os animais domésticos, e selváticos das províncias vizinhas: as antas são raras; as onças já quase não aparecem na parte oriental. Os veados são inúmeros; as guaribas vermelhas; por toda a parte há grande quantidade de abelhas de várias castas [...] Fitologia: entre outras árvores, que dão madeira para a construção, e marcenaria, nota-se a sucupira, pau-ferro, cedro, sapucaia, jequitibá, uruçica, batinga branca, e vermelha [...] (CASAL, 1976, p. 247-248).

Por fim, Aires de Casal relata as vilas, lugarejos e paróquias existentes na província, com a composição social das mesmas – se havia mestiços, negros, índios, brancos. Definir fronteiras entre nações e estabelecer os limites entre as províncias foi, como dito, outra atribuição dos geógrafos e de seus estudos corográficos. Em estudo sobre a província de Mato Grosso publicado em 1865 pelo periódico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Augusto Leverger (RIHGB 1865, p. 130), futuro barão de Melgaço, faz ambos:

Mato Grosso ocupa no centro da America Meridional um espaço perto de 50,000 léguas quadradas [...] Não são exactamente conhecidas as latitudes e longitudes dos pontos externos [da província], a saber: a norte o lugar das tres barras, confluencia do rio de S. Manoel com o Jurema ou Tapajoz; a leste a margem do Araguaya, fronteira á ponta inferior da grande ilha do Bananal ou de Sant'Anna; a sul a foz do Iguatemy; e a oeste a foz de Abuná no Madeira.

Em outro estudo sobre Mato Grosso, o barão ainda via a necessidade de relacionar a latitude e longitude de várias localidades da província (LEVERGER, RIHGB 1884, p. 53-60).⁵⁹ D. Pedro também atuou como geógrafo, publicando, na *Revista* do Instituto em 1861 (p. 119), um trabalho acerca dos limites do Império. Motivado pelo “desejo de saber a verdade”, o imperador coteja fontes, aquilata relatos, elimina o que considera boatos, tudo no intuito de estabelecer os pontos demarcadores da pátria. De início, o monarca-geógrafo faz um histórico

⁵⁹ Na mesma revista, o barão publicou “Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Provincia do Mato-grosso” (RIHGB 1884, p. 307-504), no qual relata informações pontuais sobre a província, como localização de rios, vilas, descrição dos povos indígenas etc.

de todas as fronteiras que o Brasil já teve, a partir das bulas papais, passando pelos tratados de Tordesilhas e o firmado entre Portugal e Castela em 1750 até a emancipação da colônia de Sacramento. Em seguida, descreve as fronteiras do Brasil com especificação de latitudes e longitudes, bem como com os marcos que considerava adequados para a nação. Assim como Duarte da Ponte Ribeiro faria anos depois (RIBEIRO, D., RIHGB 1872), o imperador escreve que Portugal sempre demonstrou muita altivez diplomática, por ser um reino moralmente justo, preocupado apenas com a verdade – no caso, a acuidade na descrição de suas possessões. Os castelhanos, em contrapartida, eram dissimulados e seus cartógrafos e geógrafos mentiam e adulteravam mapas apenas para satisfazer a vontade de seu monarca. Os países latino-americanos, herdeiros desse passado castelhanos, tentavam hoje avançar para dentro do Brasil suas fronteiras (RIBEIRO, D., RIHGB 1872, p. 130-134), o que, na opinião de D. Pedro II (RIHGB 1861, p. 119), deveria ser impedido com a firme delimitação, por parte do Brasil, de seus limites territoriais.

Mostrando muitas semelhanças com a corografia, sobretudo na maneira de descrever o mundo a sua volta, a literatura de viagem era outro tipo de narrativa geográfica comum no século XIX. Talvez a maior diferença entre a literatura de viagem e os estudos corográficos seja o local onde foram feitos: enquanto as primeiras são frutos de uma ação específica, a viagem, as últimas, em geral, eram produzidas nos gabinetes dos estudiosos, com a análise de documentos, mapas cartográficos e mesmo relatos de viagens.

As memórias de viajantes não eram novidades oitocentistas. Desde o período das grandes navegações, pessoas das mais diversas formações viajam pelo mundo para conhecer, descrever, explorar e colonizar regiões desconhecidas, gerando inúmeros relatos de suas aventuras. Contudo pode-se falar com segurança que o recrudescimento da literatura de viagem ocorre nas três últimas décadas do século XVIII. Aliás, a característica do viajante destas últimas décadas do setecentos é bastante semelhante à de sua contraparte do século seguinte: financiados, seja por mecenas, seja pelo Estado, buscavam relatar aos seus pares a natureza indômita e a barbárie dos povos dos trópicos (SILVA, D. 1992, p. 56-62).

Produto de um tipo específico de ação, o relato era importante etapa do processo de viagem. Publicar o que fora visto no percurso era tão fundamental quanto o próprio ato de viajar. Nessa perspectiva, as experiências do viajante, juntamente com o seu posicionamento social no grupo de origem, suas crenças e ideologias moldavam a maneira como percebiam os indivíduos diferentes de si e a natureza (SILVA, D. 1992, p. 82). Quem se deslocava de e por diferentes localidades tinha percepções diversas. Por conseguinte, os viajantes estrangeiros são distintos dos viajantes brasileiros, que, por sua vez, também diferem dos viajantes dos

séculos anteriores. Para fins deste trabalho, os relatos dos viajantes luso-brasileiros do século XVIII serão considerados equivalentes aos do século seguinte, pois seus escritos foram apropriados pela *Revista do IHGB*, transformando-se em discursos tão válidos/úteis quanto os escritos nos oitocentos.

No entanto, algumas características da narrativa de viagem são comuns a estrangeiros e brasileiros, pois, como lembra Paulo César Gomes (1997, p. 21), o modelo de relato europeu foi exportado para diversas regiões do globo, sendo usado para descrever essas mesmas localidades. Os viajantes deveriam prestar atenção aos produtos do solo e aos costumes dos povos, enfim, a tudo que tivesse relação com a história natural e com a história dos homens. O importante era descrever o caminho trilhado e aquilo que foi visto e experimentado. A descrição em forma de relato, então, cobria quase sempre os mesmos tópicos: latitude e longitude, o relevo, o clima, a vegetação, a história local, a população e as atividades econômicas das regiões visitadas. Os relatos de viagens são interdisciplinares e multitemáticos.⁶⁰

Luiz D'Alincourt (1975, p. 46-47), português de origem, engenheiro e praça em artilharia pela Academia Militar, publicou diversas memórias das viagens que fez por terras brasileiras. Sua descrição seguia os moldes do gênero literário:

Jundiahy, pequena vila na Latitude de 23°6'40" e longitude de 46°57' a Oeste do Meridiano de Greenwich, menos de uma milha distante da margem esquerda do rio Jundiahy-Guaçú, que lhe passa ao norte, dez léguas ao Nor-noroeste desta cidade; o monte tem suave declive até ao vale, que lhe fica ao Sudoeste; para o lado oposto a inclinação é mais áspera [...] Foi Jundiahy no seu princípio uma Freguesia, erecta há perto de 180 anos; tira o nome do rio Jundiahy.

Agora sobre Franca:

O arraial da Franca está na latitude Austral de 20°28', e longitude 47°26' de Greenwich, foi fundada há treze para quatorze anos, por Hypolito Antonio Pinheiro, Capitão do Distrito [...] Deu-se a este Arraial o nome de Franca, por virem a ele estabelecer-se toda qualidade de pessoas de diversos lugares (D'ALINCOURT, 1975, p. 70).

As impressões pessoais dos locais visitados também estavam presentes nos relatos. Os percalços próprios de um longo deslocamento (doenças, clima adverso, dificuldade de locomoção e comunicação) eram fatores que influenciavam a percepção dos viajantes sobre a

⁶⁰ Lúcio Ferreira (2006) destaca com propriedade as imbricações de vários campos do saber nas viagens arqueológicas promovidas pelo IHGB. Não obstante, insiste em ver uma geografia como disciplina autônoma e consolidada no Brasil já em meados do século XIX, diferenciando-a da história natural e da geologia, embora ele mesmo reconheça, ao se referir a texto do visconde de São Leopoldo, que o ideal dos membros do IHGB era um conhecimento geográfico abrangente, tendo em seu arcabouço "a maior parte dos conhecimentos científicos" do período (FERREIRA, 2006, p. 279).

natureza, bem como elementos presentes no texto que produziam. O diário de Allan Cunningham e James Bowie (apud MARTINS, 2001, p. 108), em missão de herborização ao Brasil, patrocinados pelo Kew Gardens da Inglaterra, exemplifica bem esta dimensão dos relatos de viagem:

Esta manhã atravessamos o porto para Praia Grande querendo ver se havia alguma diferença entre a produção vegetal de suas colinas e aquela de São Sebastião, mas não achamos nada especialmente diferente do que temos visto em São Sebastião exceto uma *Amarylis* N. 1 que encontramos na Colina de Bragança. Praia Grande é basicamente de areia do mar, exceto as montanhas que são de granito duro, geralmente cobertas por árvores (numa terra ocre) dificilmente penetráveis. Como Praia Grande está a 4 ou 5 milhas de São Sebastião, nossa ânsia de penetrar o mais longe possível nos levou consideravelmente mais além do que pretendíamos, e o calor começou a tornar-se intolerável quando, ocasionalmente, saíamos da mata para os espaços abertos, que eram poucos, de modo que não deixamos Praia Grande até 8 horas da noite, quando ficamos completamente encharcados por um temporal. A chuva continuou, sem interrupção, durante toda a noite. Na nossa volta à casa estávamos tão exaustos que fomos obrigados a deitar-nos, doentes e fracos.

Auguste de Saint-Hilaire (1972, p. 282), sem dúvida um dos mais famosos viajantes a descrever o Brasil, também não se furtou em deixar seus sentimentos registrados em diários e nas obras que publicou na Europa:

Em meio de todos esses dissabores que sofria, um triste pensamento veio ainda preocupar-me – minhas provisões estavam se esgotando, e eu não sabia onde poderia renová-las. A fome campeava em toda a região de maneira terrível. Os agricultores não tinham mais farinha; colhiam o milho antes de completa maturação, assando-o, constituíam o milho assim preparado e o leite seus únicos alimentos.

Nas páginas da *RIHGB*, a publicação de memórias de viajantes obedecia a pressupostos estatutários: por ter como funções coletar e divulgar as fontes para a história e a geografia nacionais, o Instituto não fazia mais do que cumprir seu regimento ao editar os relatos de viagens. Tais narrativas eram encaradas como fontes para a geografia e para a história. Tanto que o Instituto, subsidiado pela Coroa, pagou diversas viagens a seus membros para que coligissem fontes, pesquisassem o sistema de ensino e evitasses os equívocos históricos e geográficos, pondo em exercício a metodologia defendida por Rodrigo de Souza da Silva Pontes (RIHGB 1841; PINHEIRO, RIHGB 1839a, 1839b; FERREIRA, 2006).

As viagens arqueológicas do Instituto tinham por objeto central descobrir as origens do povo brasileiro, de seu passado. Monumentos, rios, plantas, minerais, são objetos de análise pelo viajante-pesquisador. Seu interesse, todavia, não deveria parar aí. Assim como os corógrafos, os viajantes consideravam que as particularidades culturais das populações

encontradas eram tão dignas de registro quanto os fatores biogeográficos. Esta amplidão de interesse revela os objetivos das expedições científicas do IHGB: de início, as viagens tencionavam produzir um conhecimento prático sobre as regiões visitadas (para suprimir quaisquer conflitos que aparecessem em solo brasileiro); outro objetivo era ajudar na coleta de fontes para a escrita da história, da geografia e da etnografia; por último, quer-se-ia tornar conhecida aos demais brasileiros a vida social e biogeográfica das localidades visitadas (FERREIRA, 2006, p. 279). Somadas a isto, as viagens patrocinadas pelo governo imperial parecem sugerir uma tentativa da Coroa brasileira em ressuscitar, em certa medida, a rede de informações desenvolvida por Portugal em fins do século XVIII

Além disso, como bem destaca Lúcio Menezes Ferreira, as viagens arqueológicas, nos moldes pensados por Rodrigo de Souza Pontes, faziam parte de uma ferramenta colonizadora do Império. O autor cita como exemplo a viagem do Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha em busca das ruínas de uma cidade antiga nas matas de Sincorá, Bahia. Na *Revista* de 1841, Januário da Cunha Barbosa defende o projeto de seu colega de celibato. Uma petição, enviada a Dom Pedro II, asseverava que a viagem “contribuiria para a ‘interiorização da civilização’: tanto para a extensão do poder público do Estado e sua centralização, quanto para a marcação das fronteiras ocidentais do Império no intuito de melhor protegê-las dos avanços perpetrados pelas Repúblicas Latinas”, não esquecendo de mapear, em latitudes e longitudes, um pedaço do Império bem como os produtos do solo da região (minérios, produção agrícola etc) (FERREIRA, 2006, p. 273). Assim como os portugueses do século anterior, a Corte desejava conhecer melhor seus domínios.

Para a geografia, as memórias de viajantes e estudos corográficos ajudavam, dentre outras coisas, a demarcar as fronteiras e tornar familiar uma realidade ainda não explorada – ou, pelo menos, pouco conhecida. Para a história, eram registro de populações antigas (caso os relatos fossem de séculos passados), além das efemérides conterem informações úteis para a escrita da história no futuro – por exemplo, dados sobre as famílias importantes, produção agrícola, costumes etc.

Luiz D’Alincourt igualmente teve suas memórias de viagens nas páginas da *Revista* do Instituto. No Tomo VII, de 1846, foi publicada sua narrativa acerca do rio Doce, na província do Espírito Santo.⁶¹ Sua preocupação central é descrever o rio e seus afluentes, atentando para os trajetos percorridos pelo rio, seus leitos, sua vegetação ciliar. O Presidente da Armada Imperial, Camilo Lelis da Silva (RIHGB 1865, p. 5-31), publicou o diário de sua expedição

⁶¹ A memória foi oferecida à RIHGB pelo Coronel Machado de Oliveira, pois D’Alincourt falecera em 1841.

pelo interior do Brasil em maio de 1849. Sua descrição dos lugares visitados evidencia que o gênero de narrativa inaugurado pelos viajantes estava difundido também na academia de letrados:

Pelas duas horas e trinta minutos da tarde, com o tempo nublado, ameaçando chuva, parti do acampamento Chagú, situado em 25°19'28" latitude S (...) com dezesseis sertanistas providos de armas, pólvora e chumbo, cartuxame embalado, e dos viveres que cada um pôde conduzir, em demanda do rio Paranan, na direção O. Pelas 4 horas, principiando a chover, mandei fazer pouso pelo lado O. da serra de João Paulo, junto a pequeno córrego, 1.400 braças distantes do acampamento. Esta serra foi assim denominada pelo major de Beaurepaire em memória do general João Paulo dos Santos Barreto [...] O terreno até a serra é plano, e está bastante forte para animaes de carga. Do lado O. da serra se estende um immenso faxinal abundante em palmeiras (côcos, Sp.) aqui vulgarmente chamado jerivá (SILVA, C., RIHGB 1865, p. 6).

No “Relatorio da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos”, o engenheiro Pedro Victor Reinault (RIHGB 1846, p. 356-375) faz um relato da missão recebida do Presidente da Província de Minas Gerais, que era achar soluções para a navegabilidade dos dois rios citados no título de sua memória. Embora não deseje cansar os leitores com “detalhes supérfluos”, registra a latitude e longitude da vila de Minas Novas, tecendo comentários sobre o sistema de agricultura empregado na região e a condição social da população – que seria de extrema pobreza, sobretudo pela má utilização de recursos naturais.

Após a segunda metade do séc. XIX – e a propagação dos jornais e revistas que incorporaram várias das funções dos relatos de viagem – a literatura de viagem cai para uma posição secundária. No periódico do Instituto, isto ocorre aproximadamente na década de 1860, quando as memórias cedem espaço para os estudos corográficos. No entanto sua contribuição tanto para a história quanto para a geografia foram indelévels. Como afirma Miriam Leite (1997, p. 31), “os viajantes foram responsáveis por uma série de estereótipos que aderiram à historiografia do séc. XIX [...]”. Flora Medeiros Lahuerta (2006) reforça essa assertiva:

Ao estudarmos as viagens do século XIX e como essas visões formaram uma imagem de Brasil, no âmbito da construção do Estado emancipado e de um imaginário nacional, também estamos entrando num movimento de busca das origens do próprio pensamento geográfico, pois nestas descrições se encontra a gênese de várias diretrizes que nortearão a produção geográfica do século XIX, e mesmo depois.

Dessa forma, os viajantes exerceram papel fulcral na demarcação espacial dos territórios e da natureza imperial. A construção de imagens no e do Brasil possibilitou a elaboração de uma *geografia imaginativa* dos locais visitados, na concepção dada pelo

sociólogo Edward Said (1990).⁶² Ou seja, os relatos, mais do que meras descrições, foram discursos que tentaram passar uma idéia de espaço unificado, único e igual. O insucesso em criar um espaço brasileiro unificado na Europa – pois, como bem lembra Luciana Martins (2001, p. 27), “as geografias imaginativas dos trópicos estavam [...] longe de ser homogêneas” – reflete novamente a indefinição dos espaços no Brasil até pouco depois da primeira metade do século XIX que ainda não tinham sido plenamente demarcados, simbólica e politicamente – incluindo aqui a esfera militar e diplomática.

2.1 Separar e unir: as funções atribuídas aos rios nos oitocentos

Como foi visto, as atribuições dos geógrafos eram, de um lado, descrever a riqueza natural do país; e, de outro, demarcar os limites territoriais da nação. Neste sentido, rios, montanhas, serras e lagos se configuravam como formas seguras de separar uma região das outras – pelo menos eram marcos melhores do que “linhas imaginárias”⁶³. Este era o argumento de Augusto Fausto de Souza. Em texto sobre a divisão das províncias brasileiras, o autor defende a reorganização territorial do país devido a maneira caprichosa como as regiões foram divididas, pois certas províncias eram infinitamente maiores do que outras, embora fossem subpovoadas – caso do Amazonas, que era 49 vezes maior do que a província de Sergipe e tinha, concomitantemente, uma densidade demográfica bem menor do que Minas Gerais (SOUZA, A., RIHGB 1880, p. 27-28). Para o autor, isto era exemplo da irracionalidade na divisão territorial da nação:

Como já dissemos, os limites são em sua maior parte designados por linhas pouco importantes, com desprezo de outras excellentes, e citaremos para exemplo dois casos notáveis: o 1º, é uma linha imaginaria de 80 leguas de comprimento, que serve de limite entre as provincias do Pará e do

⁶² Na perspectiva empregada por Said, as entidades geográficas são historicamente elaboradas – e não coisas/fatos naturais e/ou eternas. O conceito diz respeito, igualmente, à alteridade, sendo utilizado para designar ‘o outro’, ‘o diferente’ por meio de estereótipos culturais, políticos, étnicos, naturais etc. para marcar a diferença e inferioridade de uma idéia geográfica sobre outra. Said, em seu livro, trabalha a questão como o ocidente elaborou uma idéia do oriente onde este é, concomitantemente, exótico e inferior em comparação com o ocidente (por tratar o ‘oriente’ como um local homogêneo, sem diferenças).

⁶³ É preciso esclarecer que, embora os rios, cordilheiras, serras, baías etc. fossem uma solução fácil para demarcação de territórios, sobretudo onde as técnicas de agrimensura não eram acessíveis a todas as regiões, as “fronteiras naturais” nada tem de naturais. Suas definições estavam sujeitas a fatores políticos, históricos, sociais, além do critério “científico”. Como assevera Pierre Bourdieu (1998, p. 110), “até mesmo as ‘paisagens’ ou os ‘solos’ tão caros aos geógrafos não passam de heranças, isto é, produtos históricos de determinantes sociais”.

Amazonas, quando o caudaloso rio Tapajoz, que corre proximo, seria uma optima divisa.⁶⁴

Para acabar com estas confusões, o autor apresenta uma sugestão para a divisão territorial do Brasil, cujos marcos delineadores entre uma província e outra eram os elementos naturais, particularmente os rios. Nesta proposta, o número de províncias sobe de 20 para 40, e todas elas têm, em uma parte ou outra de sua fronteira, um rio como demarcador. Tietê, Xingu, Solimões, Negro, Madeira, São Francisco, Paraná, todos estes rios são usados por Fausto de Souza como fronteiras provinciais.⁶⁵ “Divisas incontestaveis e de eterna duração” (SOUZA, A., 1880, p. 90), os rios eram o elemento natural mais prático para a divisão territorial. O Maranhão, por exemplo, “é de todas as Provincias a que melhor se separa de suas vizinhas, por meio dos caudalosos rios Gurupy (com a [província] do Pará), Tocantins e Manoel Alvez Grande (com a de Goyaz) e Parnahyba (com a do Piauhy)” (SOUZA, A., 1880, p. 58-59). A província de Tocantins teria como limites naturais “ao norte os rios Tocantins e Manoel Alves Grande, a oeste o Araguaia desde o Tocantins até o extremo sul da ilha do Bananal, ao sul a província de Goyaz, a leste a província de Urussuhy” (SOUZA, A., 1880, p. 83).

Augusto Leverger (RIHGB 1865), por sua vez, considerava como “distinctos limites naturaes [da província de Mato Grosso] os ditos rios Araguaya, Paranaiva, e Paraná a leste, e pelo lado occidental o Paraguay e o Guaporé que leva as suas aguas ao Mamoré e Madeira”. Além de fronteiras entre territórios, os rios, para Leverger, seriam uma boa maneira de dividir em regiões a província de Mato Grosso:

os immensos cursos de agua que regam o territorio, offerecem a divisão natural da provincia em duas grandes regiões: a do norte, cujas aguas entram no oceano pela foz do Amazonas, e a do sul, que verte para o Paraná e o Paraguay, tributários do Prata (LEVERGER, RIHGB 1865, p. 130).

Os rios não serviam somente de “divisão natural” entre províncias. Segundo Aires de Casal (1976, p. 20), os limites do reino do Brasil eram, ao norte, o rio Amazonas, ao sul, o rio da Prata, a oeste, os rios Paraguai e Madeira, e a leste, o oceano Atlântico. Para D. Pedro II (RIHGB 1861, p. 153-154), os limites do Brasil eram, ao norte, o rio Amazonas e, ao sul, o

⁶⁴ “O 2º, é a celebre rua da villa de Pedras de Fogo, d’onde os moradores de um lado são pernambucanos e paraybanos os do lado fronteiro”. Culpa desta arbitrariedade era a distância entre o Brasil e sua “longínqua metrópole” que tomava decisões com poucas informações e mapas. Contudo, em 1880, com o crescente volume de trabalhos sobre o país, esta situação era inadmissível para o autor. (SOUZA, A., RIHGB 1880, p. 31).

⁶⁵ Entre as vinte novas províncias sugeridas por Augusto Fausto de Souza, 65% delas, ou seja, treze, tem o nome de um rio que a separa das demais províncias: Japurá, Solimões, Rio-Negro, Madeira, Tapajós, Xingu, Turiassú, Uassuí, São Francisco, Tietê, Tocantins, Araguaia e Amambáí (SOUZA, A., RIHGB 1880, p. 77-84).

cabo de Santo Antonio da boca do Rio da Prata. Duarte da Ponte Ribeiro (RIHGB 1872, p. 493), como dito, considerava o rio Igurei a fronteira legítima entre o Brasil e o Paraguai, muito embora o governo brasileiro estivesse disposto a aceitar o salto de Sete Quedas, do lado do rio Paraná, como o novo limite entre os países, após a Guerra.

Por outro lado, os rios não eram vistos apenas como obstáculos ou elementos de separação. Em muitos estudos geográficos, os cursos d'água aproximavam cidades, facilitavam a comunicação entre litoral e interior, permitiam que as riquezas do Brasil (indústria, agricultura, comércio e mineração) florescessem nas diversas regiões do país. Eram, portanto, integradores da nação. O rio Amazonas era um destes casos. Reproduzindo texto do padre Cristóvão D'Acuña, escrito em 1641, o IHGB destaca como principal riqueza do Amazonas seu potencial para conectar diferentes regiões da América até o Atlântico:

O rio Amazonas recebe em si todas as vertentes das terras mais ricas da America, porquanto pela parte do sul n'elle desaguam caudalosos rios, que descem uns de perto de Potosi, outros de Guanuco, cordilheira proxima á cidade de Lima, outros de Cusco, e outros de Cuenca e Gibaros, que é a terra mais rica em ouro das que ha descobertas, de sorte que pela referida parte do sul, quantos rios quanto mananciaes, quanto regatos, quanto pequenas fontes desaguam no oceano no espaço de 600 leguas, que se encontram desde o Potosi a Quito, todos rendem vassallagem e pagam tributo a este rio, assim como tambem todos os que baixam do novo reino de Granada, não inferior em ouro aos outros. *Se este rio, pois, é a rua maior e o principal caminho por onde se sobe ás maiores riquezas do Perú, bem posso affirmar que é o principal senhor de todos* (D'ALCUÑA, RIHGB 1865, p. 201, grifos meus).

Ainda no norte do Brasil, o rio Madeira também era tido como elo de ligação entre localidades distantes. Segundo Francisco de Souza Coutinho (1865, p. 38-45), somente pelo rio Madeira havia comunicação entre as províncias de Mato Grosso e Pará. Já documento anônimo de 1781, publicado pelo Instituto em 1857, considerava estratégico o povoamento de Vila Bela, por esta ficar perto dos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaropé (DIÁRIO..., RIHGB 1857, p. 397-433), importantes rotas de contato entre o interior da América e o oceano Atlântico.

No sudeste, o rio Doce foi descrito por Luis D'Alincourt (RIHGB 1866, p. 118) como “um bem necessario aos povos, e mui proveitoso ao Estado”. De acordo com o viajante português, “a posição geográfica do Rio Doce o torna de um interesse reconhecido ás provincias de Minas-Gerais e do Espirito-Santo; a esta porque a sua prosperidade depende incontestavelmente de francas e livres relações comerciais com aquella, que a seu turno obtem por este canal comunicação fácil com o oceano” (D'ALINCOURT, RIHGB 1866, p. 117). Além disso, as províncias de Goiás e Mato Grosso se beneficiavam do rio Doce, utilizando-o

sobretudo como escoadouro para seus respectivos comércios (D'ALINCOURT, RIHGB 1866). O rio São Francisco também teve suas características integradoras destacadas nas páginas do Instituto Histórico. Em alguns artigos da *Revista* de 1846, o São Francisco aparece como berço de inúmeros povos indígenas, lar de fauna e flora exuberantes, enfim, o rio que singra Brasil adentro, possibilitando a comunicação entre o interior e a costa.

Outro rio apresentado freqüentemente como elemento de integração foi o Tietê. Seja para preação de índios, para exploração mineral ou para conectar uma cidade a outra, o Tietê era, desde o século XVIII, a forma de consecução destes objetivos. Sua navegabilidade permitia a viagem para o interior do Brasil sem o perigo de ataques dos povos indígenas, sendo, portanto, o rio principal, na capitania de São Paulo, para as monções (HOLANDA, 2000, p. 43).⁶⁶ Por sua vez, as fazendas próximas ao rio, de acordo com Loiva Canova (2006, p. 40-41), eram repletas de escravos indígenas. Os índios mais visados pelos sertanistas, nos setecentos, eram da etnia Paresi e, “para chegar ao território Paresi, seguiam o ‘Rio Tietê que é o primeiro que se navega’, em seguida percorriam o rio ‘Pernaíba’ e o rio ‘Tacoari’, cursavam o rio Paraguai, saindo do ‘Hycipotiba’ davam em ‘chapadas mui grandes e dilatadas’, nas quais estavam os Paresi”.

No entanto, para a mineração em Mato Grosso, especificamente nas minas de Coxipó Mirim, ou para viajar para Cuiabá de São Paulo, o trajeto mais comum, no século XVIII, era seguir pelo Tietê até desembocar no rio Paraná, navegando este até o rio Pardo, que levaria ao rio Paraguai para, em seguida, subir até o São Lourenço e, por fim, ao rio Cuiabá, atingindo-se a capital da capitania.⁶⁷ D. Antonio Rolim (RIHGB 1845, p. 469-497), em 1751, seguiu exatamente tal trajeto, em sua viagem para a vila de Cuiabá. Em 1727, João Cabral Camelo (RIHGB 1842, p. 487) viajou para as minas de Mato Grosso pelo grande e navegável rio “Theaté”, para depois seguir os rios Pardo, Paraguai e Cuiabá. No século XIX, o trajeto continuou a ser importante. Em viagem para Cuiabá em 1857, José de Miranda Reis e Joaquim da Gama Lobo (RIHGB 1863, p. 317-360) atravessam a província de São Paulo pelo Tietê.

Por sua vez, saindo da capital paulista, a viagem tinha início com o rio que regava a capital: o Tamanduateí, e, em alguns casos, no riacho do Ipiranga.⁶⁸

⁶⁶ Segundo Caio Prado Júnior (1966, p. 97), o rio Tietê, “depois de percorrer todo o território do Estado [de São Paulo], cortando-o em direção noroeste, lança-se no Paraná, que pelos seus afluentes abrem comunicação de Mato Grosso” (JORGE, 2006, p. 42).

⁶⁷ Este caminho apresentava algumas variações. Em uma delas, após a navegação pelo rio Pardo, os sertanistas subiam o rio Anhanduí-Guaçu, antes de navegar as águas do rio Paraguai (CANOVA, 2006, p. 40).

⁶⁸ De acordo com Saide Kahtouni (2004, p. 11), desde o século XVI, quem quisesse ir para o sul da capitania de São Paulo deveria procurar o riacho do Ipiranga.

2.2 O riacho do Ipiranga nas narrativas geográficas

Um exemplo é o relato de Luiz Soares Veiga (RIHGB 1863, p. 456). Em jornada à vila de Miranda em Mato Grosso, entre os anos de 1857 e 1858, Veiga percorreu, a mando do ministro dos Negócios da Guerra, as províncias de São Paulo e de Mato Grosso para cuidar das peças do arsenal de guerra do Império enviadas a São Paulo por vapor. Dali, ele levaria as peças para a vila de Miranda. Após sair de Santos, em dezembro de 1857, Veiga afirmou que, em 1º de janeiro de 1858, teve “notícia pelo [maquinista Luiz Gonçalves] Lima, que as peças se achavam em uma pouca distancia áquem do Ypiranga”. Do Ipiranga, ele levou as peças até o rio Tamanduateí, de onde seguiu para o Tietê pelo caminho já conhecido há séculos (VEIGA, 1863, p. 459). Hercules Florence, como veremos, também partiu do Ipiranga em seu trajeto pelos rios do interior do Brasil.

Não obstante, navegar as águas do riacho não era corriqueiro. A região onde se encontrava era assaz obscura mesmo para os paulistas. Ao contrário daquela que cercava o rio Tamanduateí, que foi local de colonização portuguesa, sobretudo pela ausência de população autóctone hostil,⁶⁹ a circunvizinhança do Ipiranga tinha vegetação rasteira, cujas terras eram freqüentemente inundadas tanto pelo riacho, quanto pelo Tamanduateí. Pequenas e escassas fazendas que produziam poucas frutas e hortaliças eram a tônica da região (BARRO, [s.d.], p. 14-28). À diminuta população ribeirinha contrapunham-se os tropeiros e viajantes, e mesmo outros transeuntes que palmilhavam a estrada do mar e usavam o riacho para lavar suas botas ou tomar um último gole d’água, seja antes de entrar na capital, seja para dar o necessário fôlego no longo caminho rumo ao porto de Santos.

Riacho lava-pés e fonte de água para a cidade foram alguns usos dados pelos paulistas e seus visitantes ao Ipiranga. De acordo com Affonso de Taunay (1951, p. 188), em 1773, a Câmara de São Paulo tentou canalizar o ribeiro para a cidade, no intuito de abastecer a população citadina, mas a idéia não saiu do papel. Conseguir água potável foi um problema para São Paulo, tanto nos tempos de colônia quanto na era imperial. A principal forma de consecução de água limpa e potável vinha dos chafarizes públicos, construídos especificamente para tal propósito, sendo boa parte deles associados a confrarias e irmandades. O abastecimento também levou ao desenvolvimento de aguadeiros, comerciantes

⁶⁹ As águas do Tamanduateí “banhavam o sopé do outeiro onde se erguia a vila [de São Paulo de Piratininga], e eram perfeitamente navegáveis por pequenas embarcações” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 96).

que abasteciam os domicílios que não tinham escravos para buscar água (KAHTOUNI, 2004, p. 118; JORGE, 2006, p. 69).

Para suprir a sede dos habitantes, foi criada, na segunda metade do século XIX, a Companhia Cantareira, que passou a captar águas na serra homônima por meio de tubulação que perfazia mais de 14,5 quilômetros até um reservatório na rua da Consolação, no centro da capital. Desta central, a água seguia para os vários chafarizes que a Companhia teve de construir, além de ir por tubulação para os edifícios que contrataram seus serviços. Não obstante, a maioria da população, mesmo com os chafarizes, bicas e aguadeiros, não recebia água em casa, sendo “obrigada a recorrer às águas impuras do Tamanduaté” e às igualmente insalubres do Ipiranga para matar a sede (KAHTOUNI, 2004, p. 19).⁷⁰

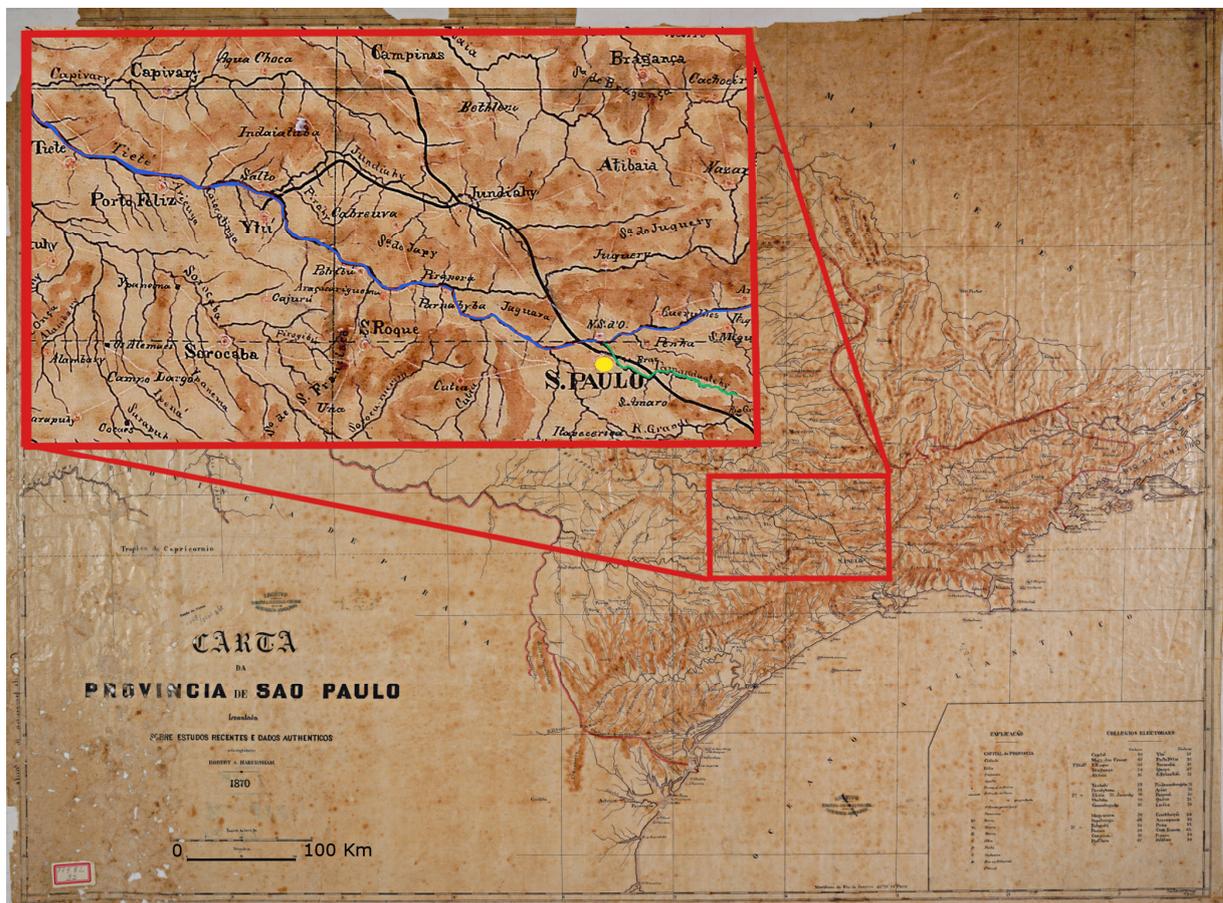


Ilustração 01: Robert A. Habersham. *Carta da Provincia de São Paulo levantada sobre estudos recentes e dados authenticos*. 1870, Arquivo Nacional. Modificado por Pablo E. Franco.

A partir da restrita utilização do Ipiranga, é possível afirmar que até a construção do monumento em homenagem à independência, na década de 1880, o riacho esteve ausente de

⁷⁰ Outros rios considerados insalubres cujas águas eram usadas para o consumo, no século XIX, eram o Tietê, o Cotia e o Cabuçu. (JORGE, 2006, p. 66-68).

boa parte das narrativas geográficas e cartográficas feitas até então. O mapa de relevo do engenheiro Robert A. Habersham (Ilustração 01) atesta isto. Feito em 1872, estão presentes o rio Tietê (no detalhe à esquerda, em azul) e o rio Tamanduateí (no detalhe, em verde), ambos cortando a cidade de São Paulo.

O mapa de Claudio L. de Carvalho (Ilustração 02), produzido em 1887, preocupado em descrever as vias de comunicação da província de São Paulo, por meio de navegação fluvial e por estradas de ferro, igualmente apresenta o Tietê (em verde, no detalhe à esquerda), bem como o rio Tamanduateí no destaque do canto superior direito (em azul), ao mostrar parte do centro da cidade de São Paulo, mas não o Ipiranga.

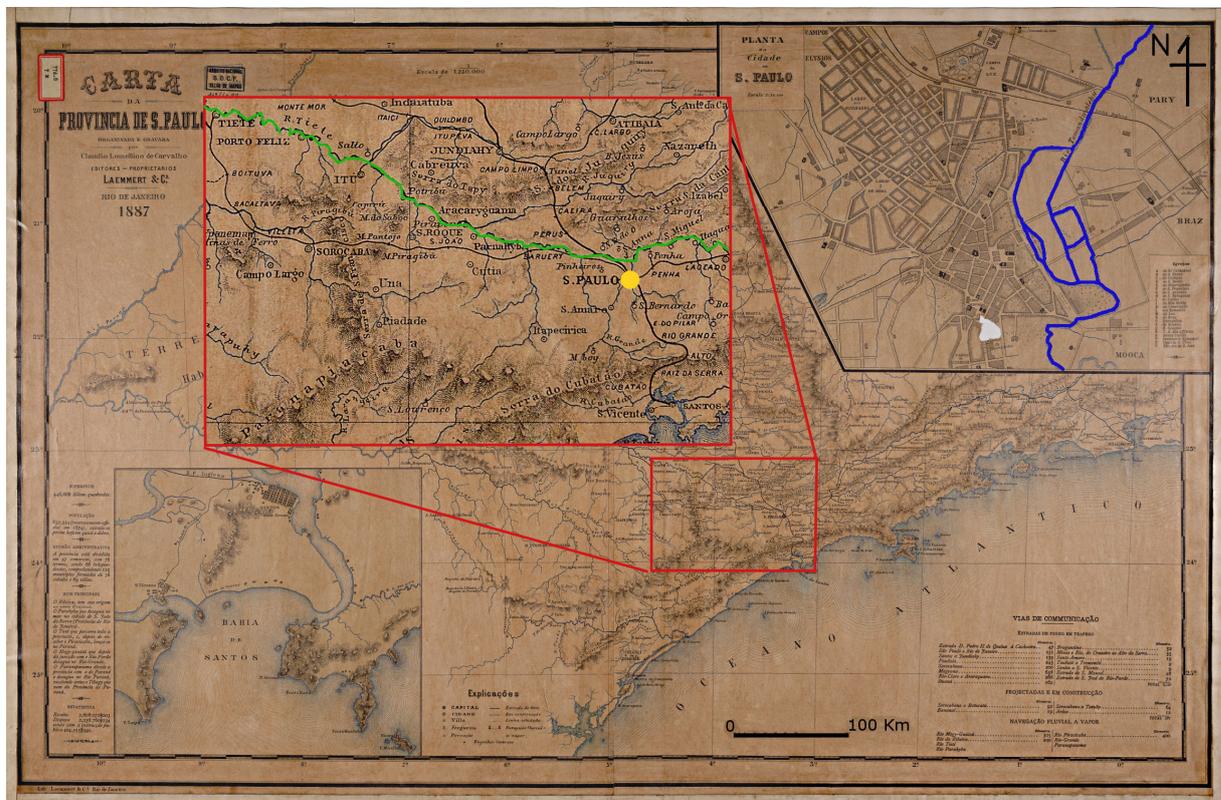


Ilustração 02: Claudio Lome Ilino de Carvalho. *Carta da Provincia de S. Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1887. Modificado por Pablo E. Franco.

Conforme dito, é apenas com a iniciativa concreta de erguer um monumento para D. Pedro e seu feito que a região do Ipiranga ganha notoriedade.⁷¹ Não obstante, há representações cartográficas da região do Ipiranga anterior a esta época, conforme o mapa a seguir (Ilustração 03):

⁷¹ Este aspecto será discutido no capítulo 3 desta dissertação.

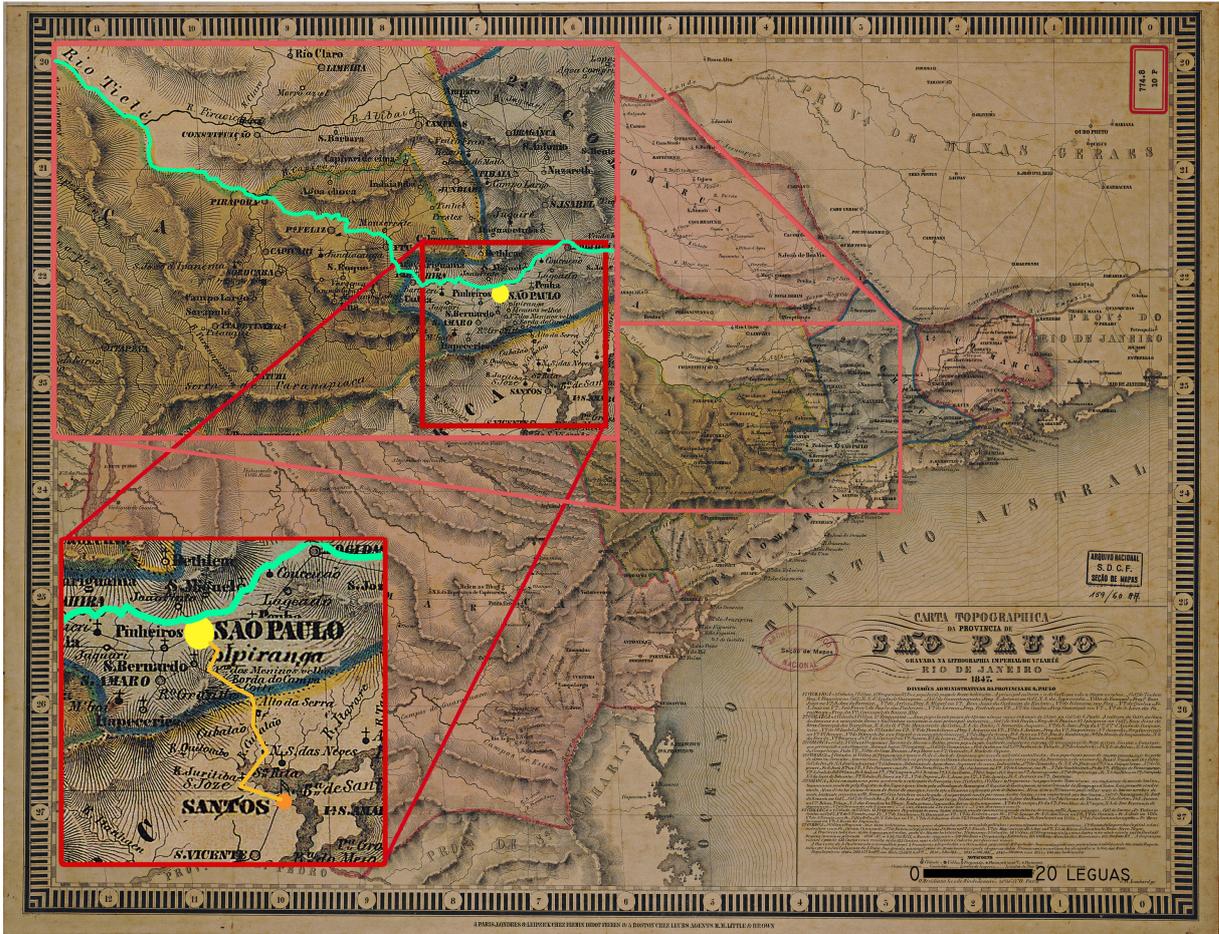


Ilustração 03: Firmin Didot Irmãos. *Carta Topographica da Provincia de São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1847. Modificado por Pablo E. Franco.

A Carta, diferentemente das outras, além de apresentar a topografia da província, traz a divisão administrativa de São Paulo, com informações sobre a o número populacional e as principais atividades econômicas de cada uma delas, sendo, dessa maneira, um trabalho corográfico, onde o riacho aparece não por sua representatividade física, mas antes por seu caráter histórico. No detalhe no canto superior esquerdo, está a extensão do rio Tietê. No detalhe logo abaixo, o Ipiranga aparece como a última estância da estrada do mar (em amarelo), caminho que ligava o litoral, no caso Santos, à capital da província (São Paulo) – ou a primeira, caso o trajeto fosse o oposto.

Em 1882, o Ipiranga aparece em uma planta (no detalhe à esquerda), feita por Francisco Lobo Leite Pereira (Ilustração 04), para construção de um parque na região. Interessante notar que o “rio Ypiranga” é, no mapa, um obstáculo à construção de uma rua que passaria perto do “signal historico existente e que consta somente de alicerces abaixo do solo”.



Ilustração 04: Projecto de uma alameda entre a cidade de S. Paulo e o ponto historico no Ypiranga. São Paulo, 1882. Arquivo Nacional. Modificado por Pablo E. Franco.

A título de comparação, o Ipiranga não aparece nos desenhos de prospecção feitos por Tommaso Gaudenzio Bezzi (Ilustração 05), arquiteto responsável pela ereção do monumento do Ipiranga na década de 1880 (no desenho, o Ipiranga estaria na área circulado em azul):

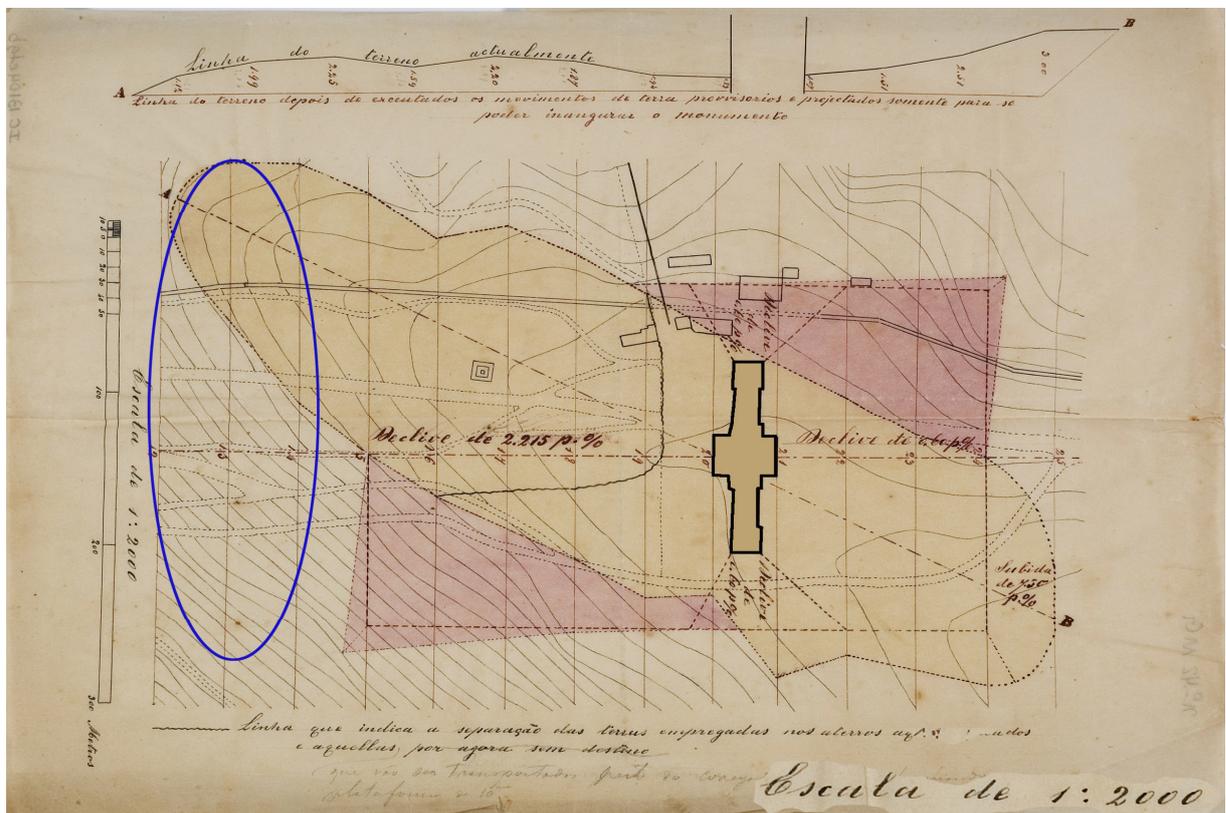


Ilustração 05: BEZZI, Tommaso G. Planta do terreno onde se situa o monumento do Ipiranga. São Paulo: Museu Paulista, [s.d.]. Modificado por Pablo E. Franco.

O riacho do Ipiranga também esteve presente nos registros dos viajantes oitocentistas. Assim como nas representações cartográficas, nos relatos de viagem o Ipiranga era notado sobretudo por seu papel histórico. Os viajantes que palmilharam a capitania e, posteriormente, a província de São Paulo, cuidaram apenas de registrar as águas do ribeiro em suas páginas quando mencionavam seu valor para a história/memória nacional. Tanto que Saint-Hilaire, que visitou por inúmeras vezes a província de São Paulo antes de 7 de setembro de 1822, não o registrou em seus escritos o ribeiro, sendo admoestado por Máximo Barro e Roney Bacelli.⁷²

O melhor exemplo disso é o relato de Luiz D'Alincourt (1975, p. 34), português radicado no Brasil, que passou pela região em 1818. No corpo principal de seu texto, escrito antes da proclamação da independência, D'Alincourt nada comenta sobre o ribeiro do Ipiranga ou a colina onde d. Pedro proferiu seu brado. Contudo, seu livro foi publicado apenas em 1823, o que lhe permitiu fazer um pequeno adendo ao texto original, em forma de nota de rodapé, e afirmar que:

não muito distante da Cidade [de São Paulo] existe o célebre lugar chamado Piranga, que sempre será decantado nos Anais Brasílicos por onde o Grande Imortal Pedro Primeiro proclamou pela primeira vez a nossa independência ditosa.⁷³

É possível perceber a fama súbita do riacho também é descrita por Hercules Florence (1977, p. 3). Membro integrante da expedição Langsdorff, viajou de São Paulo ao Amazonas por rios e ribeirões, entre 1825 e 1829, e descreveu da seguinte maneira os arredores da capital paulista:

A aridez assinala as proximidades de São Paulo. Uma légua antes de alcançarmos o centro urbano, topamos com o célebre campo do Ipiranga, onde o Príncipe Regente, depois D. Pedro I, proclamou a Independência do Brasil [...] O campo retirou o nome do riacho do Ipiranga, que o atravessa. Tal nome, incessantemente repetido pelo Brasil, ligou-se ao grande acontecimento da Independência. Tão insignificante, entretanto, é o riacho, que, se não estivéssemos prevenidos, por ele passaríamos sem percebê-lo.⁷⁴

⁷² “[...] de todos os viajantes que transitaram por São Paulo, o fato de Auguste de Saint Hilaire não nos legar uma descrição do Ipiranga, como temos, por exemplo, da região de Jaraguá e Freguesia do Ó, é realmente lamentável. Ninguém como ele soube chegar ao âmago da paisagem e do homem paulista. Ninguém foi tão sincero, imparcial, profético. E a situação é tanto mais lamentável porque ele precisou aqui estar por duas vezes [...]”. (BARRO, [s.d], p. 31).

⁷³ Além disso, D'Alincourt assevera que o riacho, em 1823, era mais famoso do que era em 1818.

⁷⁴ É importante frisar que Alfredo de Taunay, em sua tradução desta obra de Florence, omite este trecho no texto final do livro. Embora não seja possível afirmar porque o visconde de Taunay fez isto, é fácil supor porque Affonso de Taunay, filho do visconde, em prefácio nesta mesma obra, nada comente sobre a ausência do fragmento. Enquanto diretor do Museu Paulista, Affonso de Taunay esteve empenhado em consolidar a imagem do sítio do Ipiranga enquanto local de singularidade histórica – para ele, a “colina sagrada” foi importante para São Paulo, e para o Brasil, desde o século XVI. (BREFFÉ, 2005; TAUNAY, 1941, p. XV-XVIII; p. 2-3).

Ao virem para a América, os viajantes esperavam encontrar suas fantasias e tudo aquilo que fora escritos pelos outros viajantes. Como muito dificilmente isto acontecia, é comum encontrar, nos relatos, traços de decepção e de desapontamento. Um exemplo da força das imagens produzidas pelos viajantes, e, portanto, a construção de uma geografia imaginativa acerca dos locais visitados, são os escritos de Flora Tristán (apud PIERINI, 1994, p. 172). Em 1834 ela escreveu que “Lima, tão grandiosa, vista de longe, quando se penetra nela não mantém suas promessas, não responde à imagem que nós havíamos feito”. Saint-Hilaire ficou decepcionado com Debret por não encontrar as grutas descritas pelo pintor nas florestas dos Guaianás.⁷⁵

Outra expectativa dos viajantes era encontrar monumentos que celebrassem a nação. Oriundos da Europa, onde o Estado-nação já tomava corpo desde finais do século XVIII (HOBSBAWM, 2004, p. 27-32), os viajantes estrangeiros vinham de um mundo onde cada vez mais a nação se imiscuía no dia-a-dia dos habitantes de um país,⁷⁶ além de difundir os termos Estado e povo em uma mesma equação, onde falar de um era necessariamente dizer o outro (HOBSBAWM, 2004, p. 34). Juntamente com este equacionamento surgiram os lugares de memória, ambientes construídos pelo Estado onde o passado nacional seria apreendido, lembrado e transmitido (NORA, 1984).

Estas amarras culturais orientaram boa parte dos viajantes europeus que visitaram o Brasil no século XIX, sobretudo após 1822. Era comum para eles a existência destes locais (como museus, praças, obeliscos e monumentos) próprios para a revivificação de sentimentos, valores, idéias, enfim, locais onde se comemora a pátria. Destarte, ao passarem por um local histórico, onde a nação deu seus primeiros passos independentes, estranhavam a ausência de algum marco comemorativo. É por isso que James Fletcher (1941, p. 67), missionário inglês viajando por São Paulo na segunda metade do século XIX, afirmou, com grande decepção, que era lastimável a ausência de um monumento nas margens do Ipiranga.

Antes do por do sol avistei a cidade de São Paulo. Sua posição elevada num pequeno planalto que se vai alteando a partir da planície, suas numerosas torres e campanários e velhos edifícios conventuais, dão-lhe um aspecto muito mais imponente do que o de uma cidade de mais população. Antes de galgar a elevação, passei pelo pavilhão erigido à margem do Ipiranga, para comemorar a declaração da Independência Brasileira, solenemente levada a

⁷⁵ Dinair Silva (1992, p. 164-165) diz que “Saint-Hilaire criticou Debret quando o pintor francês mencionou a existência de um sem-número de grutas, formadas por blocos de granito, na região das florestas dos Guaianás. O viajante-naturalista diz ter percorrido a região, não as encontrando [...] Disse, ainda, que os habitantes da região não o souberam informar sobre a existência das ‘salas sepulcrais’ descritas por Debret”.

⁷⁶ Como afirma Benedict Anderson (1989, p. 10-15, 31), para surgir a nação, é preciso uma mudança na mentalidade da sociedade, especialmente nos modos como os indivíduos apreendem o mundo. Uma dessas mudanças foi a ‘aceitação’ da noção de comunhão (identificação) entre os indivíduos de um mesmo país.

efeito por D. Pedro I, quando (7 de setembro de 1822) neste local exclamou “Independência ou Morte!”.

Esse local deve ser reverenciado em pensamento por todo brasileiro, e também ser memorável em todo o mundo; não é, portanto, pouco lisonjeiro para os créditos do Brasil ou da província de São Paulo, fértil em patriotas, que nenhum monumento mais digno de “bronze ou mármore mais durável” até agora haja sido erigido em comemoração de um acontecimento de tão grande interesse para o país.

Da mesma sorte, Hercules Florence (1977, p. 3) critica a morosidade dos paulistas, que “alicerçaram uma pirâmide, que jamais pôde elevar-se a um decímetro do solo: uma cova quadrada, repleta de pedras sem cimento”, enfim, algo abaixo dos padrões para uma região tão importante para a história nacional.

Edmund Pink, comerciante inglês que percorreu a província de São Paulo entre 1823 e 1824, também citou o ribeiro em seus escritos. “Homem de negócios”, segundo a classificação de Nicolau Sevcenko (2000, p. 14), Pink veio ao Brasil para colher informações sobre as possibilidades de explorar economicamente o recém-emancipado Estado. Depois de visitar a Corte, Pink viajou para Santos e, posteriormente, para a capital da província. No trajeto, passou pelo campo do Ipiranga:



Ilustração 06: Edmund Pink. *Vista do Ipiranga, local onde o atual imperador, Dom Pedro, então Príncipe Regente, declarou a independência do Brasil.* 1823. Acervo BOVESPA.

Na imagem (Ilustração 06), o riacho estaria atrás do outeiro que se projeta à direita na tela. Importante notar que o campo de visão que Pink escolheu registrar era bastante semelhante ao retratado 65 anos depois por Pedro Américo que, em sua representação da independência, decidiu propositadamente pintar o ribeiro do Ipiranga. Voltando à aquarela de Edmund Pink: seu interesse em registrar o campo de “Peranza” e os feitos que lá ocorreram, ao que tudo leva a crer, nada tinha a ver com os negócios que o levaram a viajar pelo Brasil (o comércio), mas, antes, de situar historicamente o Brasil para seus leitores na Europa, mostrando-lhes que era uma nação cujos passos tiveram início há alguns anos. Por isso, seu diário narra o episódio de 7 de setembro:

cerca de 1 légua antes de atingir a cidade, passa-se pelo lugar chamado Piranga, uma casa desolada – a venda – onde o imperador, então apenas regente, encontrou o mensageiro com os despachos vindos do Rio (o imperador havia estado em Santos de onde estava retornando) que \aparentemente/ não foram recebidos por ele com prazer. E, sem expressar suas idéias para ninguém ao seu redor, arrancou a roseta constitucional portuguesa \azul e branca/ de seu chapéu, pisou nela e proclamou a Independência do Brasil, passando a usar depois a roseta verde e amarela (PINK, 2000, p. 85).

Mais uma vez, o riacho está associado à independência e aos feitos de D. Pedro I. Embora fato comum nos relatos dos viajantes, para os brasileiros a associação entre personagem, lugar e fato demorou para acontecer, por motivos que discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

“INDEPENDÊNCIA OU MORTE!”: ENTRE A LENDA E A HISTÓRIA

3.1 As fontes deságuam rumo à independência do Brasil

Grito do Ipiranga? Isso era bom antes de um nobre amigo, que veio reclamar pela Gazeta de Notícias contra essa lenda de meio século. Segundo o ilustrado paulista não houve nem grito nem Ipiranga. Houve algumas palavras, entre elas a Independência ou Morte, -as quais todas foram proferidas em lugar diferente das margens do Ipiranga. Pondera o meu amigo que não convém, a tão curta distância, desnaturar a verdade dos fatos. [...] O caso do Ipiranga data de ontem. Durante cinquenta e quatro anos temos vindo a repetir uma coisa que o dito meu amigo declara não ter existido. Houve resolução do Príncipe D. Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro. Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos. Emendam-se as futuras edições. Mas os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade. Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico.

Machado de Assis (1876)

Como foi dito anteriormente, a seleção e definição das fontes era crucial para qualquer trabalho que quisesse ser considerado historiográfico no século XIX. Os historiadores pautavam-se pelas fontes consideradas mais confiáveis, isto é, que relatassem, com veracidade, o fato estudado. Com a história da independência não foi diferente. Os diversos historiadores que se debruçaram sobre este acontecimento nos oitocentos elegeram, cada qual, os documentos que julgaram mais verídicos. Isto colaborou para tornar estas fontes sobre a emancipação brasileira em *narrativas privilegiadas* (VINTROVA, 2004, p. 2-3), isto é, em discursos que, através de reiteração e reforço por parte do governo ou instituições ligadas a ele, produzem e inscrevem significados em objetos e eventos, tornando-os ícones de significado restrito. Destarte, a ‘verdade’ e o ‘sentido’ destes textos estão sob o controle de alguns poucos indivíduos e de grupos de interesse. No caso da prática historiográfica no Brasil oitocentista, as narrativas privilegiadas visavam reforçar as idéias em voga na esfera política como o centralismo político, a unidade territorial e o monarquismo. Aqui serão analisadas algumas das fontes que os historiadores usaram, em seus estudos, para descrever o episódio de 7 de setembro.

A passagem de Machado de Assis que iniciou esta seção deixa claro que o brado do Ipiranga estava longe de ser um acontecimento livre de controvérsias. Na época em que escreveu este texto, começava-se a solidificar a associação entre a independência e os feitos de D. Pedro às margens do riacho. Não obstante, versões contraditórias do fato eram ainda comuns. Além de ser ainda um acontecimento relativamente desconhecido, outra razão para esta controvérsia acerca do brado era política: muitos ainda consideravam Pedro I um déspota, responsável pelas mazelas institucionais do Brasil. Para liberais e republicanos, a verdadeira data de independência do Brasil era o dia 7 de abril, data de sua abdicação do trono. O periódico paulista *O Polichinello* escreve, em 1876, que “o 7 de setembro é a página mais sombria que se pode escrever no livro de uma História Nacional; é a eterna condenação de um povo inteiro porque consentiu que no seio livre e democrático da América se assentasse um trono” (apud OLIVEIRA, C., 2002, p. 70).

Uma das fontes mais conhecidas acerca do brado do Ipiranga hoje, coincidentemente um dos primeiros relatos publicados sobre os acontecimentos do dia 7 de setembro, é do Padre Belchior Pinheiro Ferreira (apud SCHLICHTA, 2006, p. 195). Membro da comitiva de D. Pedro que se deslocava de Santos a caminho de São Paulo através da estrada do Mar, o seu testemunho aparece pela primeira vez em uma publicação anônima na cidade do Rio de Janeiro.

Diz o relato do Pe. Belchior:

D. Pedro mandou-me ler alto as cartas trazidas pelo Paulo Bregaro e Antonio Cordeiro... As Cortes exigiam o regresso imediato do Príncipe, e prisão e processo de José Bonifácio; a Princesa recomendava prudência e pedia que o Príncipe ouvisse os conselhos de seu Ministro; José Bonifácio dizia ao Príncipe que só havia dois caminhos a seguir: partir para Portugal imediatamente e entregar-se prisioneiro das Cortes... ou ficar e proclamar a independência do Brasil, ficando seu Imperador ou Rei... D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, abotoando-se e compondo a fardeta (pois vinha de quebrar o corpo à margem do Ipiranga, agoniado por uma desinteria...) virou-se para mim e disse; “E agora, Padre Belchior?!”. E eu respondi prontamente: “Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez deserddado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação”. D. Pedro caminhou alguns passos... De repente, estacou-se dizendo-me: “Padre Belchior, eles o querem, terão a sua conta... De hoje em diante, estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal!”... O Príncipe diante de sua guarda ... desembainhou a espada e disse: “Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil”. “Juramos”, respondemos todos. D. Pedro desembainhou a espada, no que foi imitado pela guarda, pôs-se à frente da comitiva, e voltou-se, ficando em pé nos estribos: “Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será Independência ou Morte!”. Firmou-se nos

arreios, esporeou sua bela besta baia, e galopou, seguido de seu séquito, em direção a São Paulo.

Ao contrário do que afirma Consuelo Schlichta (2006, p. 195-196), o relato do padre Belchior não era a referência dos historiadores oitocentistas que escreveram sobre o brado do Ipiranga. Também não há indícios para corroborar a tese de Cecília Helena de Oliveira de que a fama do relato de Belchior se consolidou com a publicação do livro de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (OLIVEIRA, C., 2002, p. 66-67), hajam vista as diferenças entre o relato do clérigo e a cena descrita por Cairu:

o Príncipe Regente achava-se na Província de São Paulo, prompto a partir para o Rio de Janeiro quando recebeu os referidos Decretos [que exigiam o seu retorno a Portugal] e carta [de José Bonifácio], em 7 de setembro no Campo da Piranga, proximo a Capital daquela provincia, acompanhado de grande comitiva. A impressão impetuosa (como era natural) da leitura de taes escriptos levou o Animo do Jovem Heróe no zenith da indignação; e Subindo a Montanha de *Paranapiaeaba*, proclamou aos Brasileiros – Independência ou Morte (LISBOA, 1830, p. 52).

Cairu descreve somente o auge da cena: o grito de Independência ou Morte. Todos os demais detalhes – a disenteria do príncipe regente, a besta gateada que este montava e os conselhos que ouviu do Pe. Belchior – não estão presentes na *História dos principais sucessos*. Como veremos a seguir, Silva Lisboa elegeu o dia 12 de outubro como o zênite da emancipação brasileira, o dia em que se encerra o processo de emancipação e nasce a nação brasileira separada de Portugal. Assim, embora o relato de Belchior fosse sem dúvida conhecido, estava longe de ser a referência final do episódio. Tanto é assim que a fama que hoje detém o relato provém de sua recuperação, por ocasião do centenário da independência, pelo historiador Assis Cintra (SANDES, 2000, p. 32). Sigo aqui a orientação de Noé Sandes, para quem o relato de Francisco de Castro Canto e Melo, escrito na década de 1864, “difundiu a versão clássica da independência: as cartas, o gesto, a espada, o grito, os festejos em São Paulo, o lema ‘independência ou morte’” (SANDES, 2000, p. 29).

A narrativa de Canto e Melo ficou conhecida, em parte, pelo trabalho do alagoano Alexandre José de Mello Moraes. Político, médico e historiador preocupado com as fontes e a veracidade, Mello Moraes se propõe a elucidar alguns fatos acerca da proclamação da independência. Segundo ele, a confusão dos relatos tornava imperativo o esclarecimento do episódio. “Sendo duvidosos alguns episódios da nossa história política, pelas diferentes versões, entendi dirigir-me aos contemporâneos, que ainda existiam, da fundação do Império, para colher notícias verídicas do que se passou” (MORAES, A. J., 1982, p. 433). Esta questão

Mello Moraes e sua *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império* se propõem a resolver, cotejando duas descrições do brado do Ipiranga, a de Francisco de Castro Canto e Melo, e de Manoel Marcondes de Oliveira Melo (o barão de Pindamonhangaba).

O texto de Canto e Melo tenciona ser um relato de toda a viagem do Príncipe Regente a São Paulo. São descritos o séqüito que acompanhava D. Pedro, as paradas que fez durante o trajeto e os moradores que acolheram o futuro imperador (apud MORAES, A. J., 1982, 428-432). Ele apresenta da seguinte maneira os dias que antecederam o 7 de setembro, e o brado em si:

Chegando ao Cubatão, ordenou-lhe Sua Alteza que voltasse [para Santos o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão], conduzindo ofícios que deveriam ser, quanto antes, remetidos ao ministro do reino; e como levasse eu, ao regressar no dia 7, a notícia de que o Major Antônio Ramos Cordeiro, vindo do Rio de Janeiro, se achava em São Paulo, sendo portador de despachos do governo de Portugal e ofícios importantes, e dando disso parte à Sua Alteza, em caminho, onde o encontrei, na tarde desse mesmo dia, já no lugar denominado – Moinhos, – resolveu apressar a marcha, em que vinha para a capital, e o fez adiantando-se algum tanto dos que o acompanhavam.

Ao chegar ao alto da colina próxima do Ipiranga a três quartos de légua da cidade, encontrou o Príncipe ao Major Cordeiro, de cujas mãos recebeu os ofícios e cartas que lhe eram enviados pela princesa real e por José Bonifácio, e, ao lê-los, tendo conhecimento das intenções das cortes portuguesas, e comunicando-as aos que o rodeavam, depois de um momento de reflexão, bradou. É tempo!... Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!...

Em ato contínuo, arrancando o laço português que trazia no chapéu, o arrojou para longe de si, e desembainhando a espada, ele e os mais presentes prestaram o juramento de honra, que para sempre os ligava à realização da idéia generosa de liberdade.

A esse tempo vinham ainda a alguma distância alguns companheiros de viagem, pelo que ordenou-me o Príncipe que os fosse encontrar, anunciando-lhes a resolução tomada naquele momento.

O que feito, e exclamando todos: – Independência ou morte! – dirigiram-se à capital com a maior velocidade.

Algumas coisas são nítidas neste trecho. Primeiramente, corrobora a versão mais comum da cena de que D. Pedro foi interceptado no meio de sua viagem para São Paulo por correspondências de sua esposa e de seu ministro do reino com notícias da situação das cortes portuguesas. Além disso, não há menção ao Pe. Belchior Pinheiro nem a qualquer diálogo que este (ou qualquer outro) tenha travado com o Príncipe no decorrer da cena – não tendo o pároco qualquer influência na decisão de D. Pedro. Por outro lado, o relato de Canto e Melo teve influência em pelo menos uma obra sobre o 7 de setembro. Na tela *O Brado da Independência*, Pedro Américo reproduz, em detalhes, a visão de Canto e Melo sobre as ações de D. Pedro. Para pintar o quadro, Américo conversou com historiadores, visitou o local do

brado e examinou arquivos em São Paulo e no Rio de Janeiro, procurando saber como transcorreram os eventos à beira do riacho do Ipiranga. Sua pesquisa resultou em um texto, chamado “O Fato”, no qual explica a emancipação brasileira. Acerca do episódio no Ipiranga, diz Américo:

[D. Pedro:] “Meus senhores, as cortes de Portugal querem escravizar o Brasil; por isso cumpre declarar desde já a sua independência”. Dito isto tirou o chapéu armado e acrescentou: “Laços Fora!”, referindo-se ao laço emblemático português que muitos dos soldados traziam ao braço esquerdo, e logo todos arrancaram e arrojaram para longe de si. “De hoje em diante traremos um laço verde e amarelo, e estas ficaram sendo as cores brasileiras”. Depois, elevando a espada, bradou solenemente: “*Independência ou Morte!*” Grito sublime, que foi muitas vezes repetido e entusiasticamente saudado assim pelos guardas de honra, que com as espadas desembainhadas reproduziam o gesto marcial do Augusto Afirmador da nossa independência [...] (AMÉRICO, 1999b, p. 18).

As semelhanças entre os relatos – a retirada da fita com as cores de Portugal no chapéu e a utilização dos mesmos termos para descrever esta ação do príncipe (*arrojar*); o desembainhe da espada; a emulação, por parte da Guarda de Honra, das ações de D. Pedro – mostram que a principal fonte de Pedro Américo foi a narrativa de Canto e Melo.⁷⁷

Por sua vez, a descrição de Manuel Marcondes de Oliveira Melo foi produzida a pedido de Mello Moraes, que encaminhou ao barão dez itens sobre a cena da emancipação. Para o objetivo deste trabalho, descreverei na íntegra as respostas do barão às três primeiras indagações e à nona pergunta de Mello Moraes:

Quanto ao 1º: A que horas foi o Príncipe em passeio ao Ipiranga, em cuja ocasião deu o brado – INDEPENDÊNCIA OU MORTE, – respondemos: Que indo o Príncipe em regresso de um passeio que tinha feito à Cidade de Santos depois que subiu a serra acompanhado somente por mim, recebeu nessa altura ofícios ou cartas por um próprio, parando e lendo-os disse-me que as cortes de Portugal queriam massacrar o Brasil, continuando logo depois em sua viagem para a Capital de São Paulo, foi alcançado logo pela sua guarda de honra que havia ficado um pouco atrás, a quem o Príncipe ordenou que passasse adiante, e fosse seguindo, e isso creio que em consequência de achar-se o mesmo Príncipe afetado de uma disenteria que o obrigava a todo o momento a aprear-se para prover-se; meia légua distante do Ipiranga, encontrou-se a guarda de honra com Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro, que perguntando à mesma pelo Príncipe, dirigiram-se ao seu encontro para entregar-lhe ofícios que traziam do Rio de Janeiro. A guarda de honra parou no Ipiranga, à espera do Príncipe que como já fica dito, ficou atrás e com quem foram encontrar-se Paulo Bregaro e Cordeiro. Após pouco tempo, chegou o Príncipe ao Ipiranga, onde o esperava sua guarda de honra, a quem disse e aos mais de sua comitiva que as cortes

⁷⁷ Em texto sobre a tela *O Brado do Ipiranga*, Américo (1999a, p. 21) lista “o coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, o capitão-mor Manoel Marcondes de Oliveira e Melo, depois barão de Pindamonhangaba, e o gentil-homem da Câmara Francisco de Castro Canto e Melo”, como suas fontes principais para a confecção do quadro.

portuguesas queriam massacrar o Brasil, pelo que se devia imediatamente declarar a sua independência, e arrancando o tope português que trazia no chapéu, e lançando-o por terra, soltou o brado de – INDEPENDÊNCIA OU MORTE: – o mesmo fez a sua guarda e comitiva, a quem o Príncipe ordenou que trouxessem uma legenda com a inscrição INDEPENDÊNCIA OU MORTE. Esta cena teve lugar, pouco mais ou menos, às 4 horas e meia da tarde.

2º Quesito. Se foi em consequência de uma carta de Antônio Carlos ou de Martim Francisco, que dizia – o que se tem de fazer tarde, que se faça logo – o que resolveu o Príncipe a dar o brado. Respondemos, que ignoramos quais os motivos a dar o brado do Ipiranga, e só sabemos que foi em consequência das cartas e ofícios que recebeu da corte, e que dizia-se serem da imperatriz e de seu Ministro José Bonifácio.

3º Quesito. Se o príncipe depois que acabou de ler a carta a deu ao Padre Belchior Pinheiro de Oliveira ou a outra pessoa, e consultou o que devia fazer. Respondemos ignoramos completamente o que se passou nesse ato, porque quando o Príncipe recebeu os ofícios de que foram portadores Paulo Bregaro e Cordeiro, nos achávamos como já fica dito, adiante do Príncipe, porém é de supor que este consultasse com o Padre Belchior a respeito, por isso que era o seu confidente e mentor. [...]

9º Quesito. Como ia vestido o Príncipe, e em que cavalgava. Respondemos que o Príncipe ia vestido com fardeta de polícia, e se a memória não nos é infiel, cremos que cavalgava em uma besta baia gateada (MELO apud MORAES, A. J., 1982, p. 433-435).

Logo de início, chama atenção o maior destaque que o barão deu à contingência (a disenteria do príncipe regente que, por isso, atrasou seu retorno a São Paulo) que levou a proclamação da independência a ocorrer às margens do Ipiranga. Em segundo lugar, o autor valida em partes o relato do Pe. Belchior. Em partes porque, como o autor não testemunhou ‘de fato’ o aconselhamento de Pedro I com o pároco, ‘supõe’ que isto ocorrera em virtude deste ser conselheiro do Príncipe. Esta pouca precisão em determinar alguns aspectos que lhe foi pedido (inclusive se o Pe. Belchior aconselhou ou não o príncipe regente) leva Mello Moraes a considerar o relato do barão como complemento do relato de Francisco de Canto e Melo.⁷⁸

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como lócus de preservação e publicação das fontes para a história do Brasil, também editou relatos sobre a independência do Brasil. No entanto, a maneira como o Instituto vê o fato difere bastante das preocupações de Mello Moraes. Em contrapartida, a interpretação do IHGB se assemelha bastante à feita por José da Silva Lisboa e por Adolfo Varnhagen.

⁷⁸ “As pequenas discordâncias desta carta a respeito de alguns fatos e datas, com a descrição do Sr. gentilhomem Castro Canto e Melo, serão facilmente desculpadas, em vista do lapso de tempo de que fala o venerando Sr. Barão de Pindamonhangaba”. (MORAES, A. J., 1982, p. 435, nota de rodapé 220). Apesar das diferenças entre os três relatos, é interessante notar que todos os autores se colocam em posição extremamente próxima a Dom Pedro, no intuito de ocuparem papel de destaque nos eventos que resultaram na independência.

Um que se destaca é “Considerações sobre o estado de Portugal e do Brasil desde a saída d’El-Rei de Lisboa em 1807 até o presente” (RIHGB 163, p. 145-184). Escrito em 4 de junho de 1822, portanto, anterior ao brado do Ipiranga, é um texto anônimo que relata as lutas políticas entre portugueses e brasileiros, sobretudo após a Revolução do Porto. Focado em descrever os bastidores da política luso-brasileira, o relato atribui a culpa de boa parte dos problemas entre brasileiros e portugueses nos ineptos ministros portugueses que aconselhavam D. João VI. Para o autor, após a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, o então príncipe regente deveria ter retornado a Portugal para de lá reger os negócios do Império luso-brasileiro. Ao ficar no Brasil, D. João VI agradou aos súditos brasileiros, enquanto que nos portugueses “uma nuvem negra de desgosto geral cobriu” seus corações (CONSIDERAÇÕES..., RIHGB 1863, p. 147). Esta fora a razão que levou à Revolução do Porto, considerada ilegal pelo autor por tentar destruir o poder real ao proclamar a soberania do povo. Esse “despotismo” ia contra direitos legalmente adquiridos dos nobres (CONSIDERAÇÕES..., RIHGB 1863, p. 154-159). Um caminho para salvaguardar a integridade e união do Império luso-brasileiro era que as Cortes de Lisboa perdessem seu poder e esquecessem as quimeras de uma constituição democráticas ou de um único congresso que legislaria para os dois países. Quanto ao local de residência do rei, não importava se seria o Brasil ou Portugal; o importante era que o príncipe real, d. Pedro, deveria residir no país oposto ao seu pai.

Com a publicação das *Considerações sobre o estado de Portugal e do Brasil* (RIHGB 1863), o Instituto restringia o processo da independência de 1808 até 1822. Assim, mesmo considerando existência de movimentos protonacionalistas antes de 1808,⁷⁹ o marco decisivo para a emancipação brasileira fora o traslado da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. A abertura dos portos às nações amigas, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, a Revolução do Porto, todas elas são etapas de uma mesma cadeia de eventos que resultaria no brado do Ipiranga e na aclamação e coroação de D. Pedro. Em segundo lugar, o texto traz uma versão da independência que seria muito cara a historiadores oitocentistas, como Francisco Adolfo de Varnhagen e o visconde de Cairu: a separação entre Brasil e Portugal era resultado das cortes em Portugal. A todo momento, o autor anônimo lembra que, por parte do Brasil e dos brasileiros, a tentativa de manter o Reino Unido sempre fora a opção primeira até às

⁷⁹ Sobre as revoltas consideradas pelo IHGB protonacionalistas, ver o artigo de Antonio Pereira Pinto, “A Confederação do Equador. Notícia histórica sobre a Revolução Pernambucana de 1824” (RIHGB 1866, p. 36-200), especificamente a página 38, quando o autor discute a Revolta de 1789, em Minas Gerais. Ver também o texto de Augusto Fausto de Sousa, “Fortificações no Brasil” (RIHGB 1885, p. 5-140), sobretudo quando registra a resistência no norte do Brasil às tentativas francesas de invasão.

vésperas da independência. Destaca-se também a defesa ferrenha ao regime monárquico. As Cortes, ao “ilegitimamente” transferirem o poder para o povo, tornavam o Brasil suscetível aos problemas que ocorreram em Santo Domingos: segundo o relato, o Haiti e a revolução francesa mostraram como contribuições representativas improvisadas tinham efeitos terríveis para o país (CONSIDERAÇÕES..., RIHGB 1863, p. 167, 176-184).

Esta noção da ‘culpa’ da independência brasileira ser das cortes lisboetas reverberava uma idéia presente na academia de letrados há algum tempo. Na Revista do Instituto, de 1846, há uma necrologia de José Bonifácio por Emílio Joaquim da Silva Maia (RIHGB 1846, p. 116-146). O artigo, parte da costumeira seção do periódico intitulada “Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes etc.”, foi uma das primeiras tentativas do IHGB em escrever a história da independência, ainda sem muitos estudos em virtude da proximidade que o fato estava da época, o que, pelas regras definidas pelo Instituto, não o tornava objeto histórico.⁸⁰ Nele, Silva Maia descreve, dentre outras coisas, o “papel importantíssimo” de Bonifácio nos eventos que levaram à emancipação brasileira. Segundo o autor, Pedro I viu que Bonifácio também discordava da má conduta das cortes portuguesas em relação ao Brasil e, por isso, convoca-o para ajudar a “salvar o Brasil”. Atendendo ao chamado do príncipe, vai ao Rio de Janeiro. Nesse ínterim, Pedro recebe mais uma ordem para sair do Brasil e prender parte de seu ministério. Tudo isto, segundo Emílio da Silva Maia, obrigou “quanto antes a administração a fazer do Brasil nação livre e independente; e recebendo o grande Pedro esta decisão no memorável campo do Ypiranga, solta no mesmo momento o electrico grito de Independencia ou Morte. É desde este celebre dia 7 de Setembro de 1822 que data a nossa independência” (MAIA, RIHGB 1846, p. 134-135).

Ainda mais relevante (ou tão relevante) do que a descrição da cena é a nota de rodapé ao final da descrição:

Este facto sendo ainda pouco conhecido, e de muito interesse para a historia do Brasil, precisa de mais algum desenvolvimento, o que vamos fazer, assegurando a sua veracidade, por nos ter sido referido por um membro d’essa administração que ainda hoje vive. Achando-se n’aquella época reunida em Conselho toda a administração pela princeza D. Leopoldina, o Sr. Martim Francisco, ministro então dos negocios da fazenda, propòz que o Brasil devia se declarar independente de Portugal, visto a má conduta das cortes portuguezas para com elle; esta idea foi energicamente defendida pelo Sr. José Bonifácio, ministro do imperio e dos negocios estrangeiros, e apoiada pelo resto do ministerio, ficando o dito Sr. Martim Francisco encarregado de mandar o officio declarando esta decisão ao principe, que então se achava em São Paulo. O que logo tudo teve lugar decidindo ao príncipe a praticar a heroica acção do campo do Ypiranga, pela qual os

⁸⁰ Sobre o distanciamento temporal como requisito do saber histórico no século XIX, ver capítulo 1 desta dissertação.

brasileiros lhe devem ser eternamente gratos (MAIA, RIHGB 1846, p. 134-135).

Segundo Iara Lis Souza (1999, p. 361-363), este tipo de interpretação histórica, que valoriza muito mais o mote da independência (o despotismo da Corte) do que o fato propriamente dito (o brado do Ipiranga), caiu em desuso na segunda metade do século XIX. De acordo com a autora, um dos últimos textos desse modelo a fazer sucesso foi um opúsculo de 1862 de uma pessoa que se identifica como um “comandante militar das lutas pela independência”. No opúsculo, assim como na fonte anônima editada pelo IHGB, no necrológio de José Bonifácio publicado pelo mesmo Instituto, e nas obras de José da Silva Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen, a independência tinha por palco central as Cortes em Portugal. O traslado da família real e os desdobramentos conseqüentes do estabelecimento da corte portuguesa no Brasil colaboraram, mas não consolidaram a independência. Foram os desmandos e absurdos das Cortes para evitar que Portugal ficasse dependente, política e economicamente do Brasil que levaram as províncias brasileiras a acolherem o grito do Ipiranga, mesmo que não soubessem o que acontecia com em regiões vizinhas.⁸¹

É importante ressaltar como, até o fim do período imperial, o brado do Ipiranga não contava com uma versão consolidada. Existiam sim relatos conhecidos e que eram utilizados, ora por um, ora por outro historiador. Não obstante, os detalhes do fato em si não eram muito conhecidos, o que motivou Emílio Maia a fazer seu adendo autoproclamado esclarecedor dos acontecimentos no Ipiranga, e, anos depois, Mello Moraes a buscar uma fonte fidedigna para os eventos de 7 de setembro.

⁸¹ A época colonial foi o período mais estudado no IGHGB durante o século XIX, sobretudo pelo distanciamento da época em que eram escritos os textos. Não obstante, o Instituto, com o decorrer do século XIX, ficou mais crítico em relação ao legado português. Muito embora nas páginas do periódico do Instituto “a colonização portuguesa [fosse] destacada como caminho para a propagação dos valores e hábitos ligados à tradição ocidental” (RODRIGUES, N., 2001, p. 138), muitas dessas revistas avaliaram negativamente “as distorções e abusos mais evidentes” dos colonizadores (WEHLING, 1999, p. 41; RODRIGUES, N., 2001, p. 93-95). Um exemplo disto é a publicação de correspondências entre um brasileiro chamado Vendek (identificado apenas como um estudante brasileiro em Montpellier) e Thomas Jefferson (CORRESPONDÊNCIAS..., 1884, p. 123-132). Segundo nota introdutória, as missivas foram escritas entre 1786 e 1787 em francês e se encontravam na biblioteca da Secretaria dos Negócios Estrangeiros de Washington. Em linhas gerais, as cartas trazem críticas ao modo colonizador de Portugal, descrito por Vendek como opressor. Jefferson, por sua vez, recrimina a prática escravocrata, classificando os portugueses de bárbaros. (CORRESPONDÊNCIAS..., 1884, p. 125).

3.2 Sete de setembro ou doze de outubro? As idéias de independência em Cairu e Varnhagen

A história era um braço forte dos governos para se legitimarem simbolicamente. No Brasil, esta tarefa coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todavia, a academia de letrados não concentrou toda a produção historiográfica do projeto nacional conservador. Exemplos disto são José da Silva Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen. Cada qual a sua maneira, os dois historiadores também produziram suas obras sob a égide estatal. A *História dos Principais Sucessos do Império Brasileiro* e a *História da Independência do Brasil* são livros que atendem ao chamado do governo imperial. Como veremos adiante, a primeira, escrita por Cairu, fornece uma narrativa que consolida como ator principal um imperador que, à época da publicação do livro, era extremamente impopular; por sua vez, Varnhagen lembra aos políticos e pensadores oitocentistas o que considera as conquistas do processo de emancipação brasileira – a unidade do Estado e o centralismo político, este último constantemente posto em cheque pelos liberais desde os primeiros momentos do governo de D. Pedro II.

José da Silva Lisboa é o exemplo de intelectual do grupo de Coimbra. Nascido na Bahia em 1756, filho de um arquiteto português e de uma brasileira, Silva Lisboa foi ainda jovem para a terra paterna, com o objetivo de estudar retórica. Em 1774, entrou na Universidade de Coimbra e se matriculou nos cursos de direito e filosofia. Antes mesmo de terminar seus cursos, foi nomeado professor substituto da cátedra de hebraico e grego. Depois de tentar uma vaga na magistratura em Portugal, retorna a Salvador, tornando-se professor das cadeiras de filosofia racional e moral, bem como de grego. Sua participação na vida pública toma forma apenas em 1797, ao ser nomeado deputado da Mesa de Inspeção da cidade de Salvador, órgão de aplicação da política econômica portuguesa na colônia (MONTEIRO, 2004). Seu contato com a família real na Bahia e, especialmente, a influência de seus conselhos junto ao Príncipe Regente,⁸² lhe possibilitou galgar mais rapidamente os postos de destaque dentro da máquina administrativa portuguesa e, posteriormente, brasileira. Foi censor régio, deputado da Mesa de Consciência e Ordem, deputado da Assembléia Constituinte e Senador a partir de 1826, além de ser desembargador do Supremo Tribunal de

⁸² De acordo com alguns de seus biógrafos deveu-se, em parte, às recomendações de José da Silva Lisboa o decreto de abertura dos portos às nações amigas (MONTEIRO, 2004; BELCHIOR, 2000; LISBOA, B., RIHGB 1839, p. 238-246).

Justiça. Como afiança Lúcia Bastos Neves, Silva Lisboa “representou um dos mais bem acabados modelos de burocrata do Império nascente”.⁸³

Seu amor às letras levou-o a também ser um prolífico acadêmico. De ensaios a tratados, publicou 27 livros acerca dos mais diferentes assuntos.⁸⁴ Todavia, três temas predominaram em sua obra: direito e política; economia; e estudos de filosofia moral. O foco no primeiro assunto provinha de sua formação em Coimbra e, claro, de sua atuação política, e resultou na produção de 9 livros. Por sua vez, seus estudos de economia foram influenciados pela leitura do livro *Riquezas das Nações* de Adam Smith. A partir daí, Silva Lisboa passa a defender o franqueamento da indústria, o fim dos privilégios monopolistas e sobretudo a liberdade do comércio entre os Estados. Por sua vez, a noção de moral, para o pensador baiano, igualmente derivava da obra de Smith, para quem, ao pensar no seu interesse, o indivíduo estaria contribuindo para o bem comum. Portanto, os interesses individuais conduziram a uma ordem pública harmoniosa.

Tal preocupação com a ordem pública levou Silva Lisboa à defesa ardorosa do controle social por parte do Estado. Para ele, era preciso muito cuidado com os movimentos populares, sobretudo aqueles que questionavam a subordinação à ordem social existente (MONTEIRO, 2004). Na sua visão, os movimentos de massa traziam apenas malefícios, entre os quais o pior era “soltar dos laços da subordinação [...] dando aos indivíduos ousadias insolentes para exorbitarem da própria esfera”, deixando-os “mais desvoltos e desorientados que os átomos de Epicuro na imensidade do espaço, ou das moléculas d’água do salitre reduzidas a vapor pela explosão da pólvora” (LISBOA apud MONTEIRO, 2008, p. 71).

Uma faceta menos conhecida do visconde de Cairu é seu lado historiador, posto a prova com a sua *História dos Principais sucessos políticos do Brasil* (1828-1830). A obra, feita a pedido do imperador em 1825, tinha por objetivo definido em Portaria o registro dos principais fatos da recente história do Império brasileiro.⁸⁵ Contudo, havia mais no convite de D. Pedro. O monarca, já neste ano, era extremamente impopular (BARMAN, 1999, p. 13-20). Responsável pela dissolução da Assembléia Constituinte e posterior outorga da Constituição, era igualmente visto como um déspota por ter enforcado, em tribunal de exceção, os principais líderes da Confederação do Equador. No campo militar, pesavam contra ele os

⁸³ “José da Silva Lisboa”, in: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, op. cit., p. 430.

⁸⁴ Tomo por base a listagem apresentada por Bento da Silva Lisboa. (RIHGB 1839, p. 245).

⁸⁵ O “Aviso de 12 de janeiro” e a “Portaria de 1º de fevereiro”, ambos de 1825, estabeleciam os termos do convite do imperador a Silva Lisboa (BELCHIOR, 2000, p. 121).

seguidos insucessos brasileiros na região do Prata, que resultaram na emancipação da província Cisplatina. A vida palaciana também estava sob o escrutínio das penas dos escritores e dos discursos dos políticos. Críticas à sua vida promíscua e aos maus tratos sofridos pela imperatriz Leopoldina reforçaram o desgaste da imagem do homem que apenas há alguns anos era tido como a solução dos problemas da nação brasileira (CARVALHO, 2007, p. 11-18). É nesta perspectiva que o imperador pede a José da Silva Lisboa que escreva a história do surgimento do Império brasileiro, situação nada fácil ao futuro visconde. Por um lado, Silva Lisboa era um defensor ardoroso da família Bragança, a quem devia muito da sua ‘vida funcional’. Do outro, enquanto um dos parlamentares da Assembléia de 1823, já tinha experimentado o peso do cetro imperial.

Conceitualmente, Silva Lisboa faz uso da definição de nação segundo Edmund Burke, para quem, ao se referir à lealdade dos franceses ao seu legítimo governante, “as nações não são superfícies geográficas, mas Essências moraes” (LISBOA, 1829, p. 20). Registrar a história nacional, neste sentido, era narrar a evolução administrativa, política e, especialmente, a evolução moral do povo brasileiro. Assim, as ações do artífice da nação, D. Pedro, e de todos aqueles que o ajudaram na “causa brasileira”, descritos por Cairu como “patriotas”, estão no escopo de Silva Lisboa e sua *História*. Resta a pergunta: quem seriam estes patriotas?

Com razão he dado dizer que os genuinos patriotas de qualquer nação, ou parte della, não são os facciosos locaes, mas os fiéis ao Governo legítimo, onde quer que se achem seos cordiaes votos [...] (LISBOA, 1829, p. 19).

A obediência ao governo e lealdade ao soberano aparecem como os traços fundamentais de um verdadeiro patriota. Por conseguinte, Silva Lisboa não considera patrióticos os indivíduos que se insurgiram ao poder de D. Pedro I, independentemente dos motivos. É por isso que a *História dos principais sucessos* não tem constrangimentos em descrever episódios de batalhas para consolidação de independência, como a “guerra civil” na Bahia e o perigo de guerra no Rio de Janeiro (LISBOA, 1829, p. 60). No livro, tais lutas refletiam tanto o valor dos atos de D. Pedro (defensor do Brasil contra os opositores da causa brasileira, resumidos no livro, de maneira difusa, como os partidários das cortes portuguesas) quanto o patriotismo de alguns brasileiros que puseram suas vidas em risco pelo imperador e pela nação. Nesse sentido, Cairu valoriza, além da figura do monarca, personagens que demonstraram amor à pátria como, por exemplo, José Bonifácio e seu grupo, incluídos aí seus irmãos. Por sinal, o autor não furta elogios a Bonifácio, destacando, em vários momentos, seu conhecimento de Direito, das ciências naturais e sua habilidade política (LISBOA, 1829, p.

49-50), lembrando também que, nos momentos de maiores dificuldades, José Bonifácio era a voz da razão, político comedido em atos e palavras (LISBOA, 1830, p. 66-67).⁸⁶ Para Silva Lisboa, os Andrada tinham tamanha preocupação com o Brasil que padeceram de um “patriotismo degenerado em absolutismo” (LISBOA, 1830, p. 69-69), o que explicaria suas críticas excessivas ao imperador e seu banimento da vida política brasileira.

A valorização do grupo de José Bonifácio contrasta com o destaque dado a outras personagens da independência. Para citar um caso específico, o grupo de Gonçalves Ledo, na *História* de Cairu, tem papel menor no desenrolar da independência, sobretudo quando comparado com outros trabalhos historiográficos oitocentistas. A *História do Brasil*, de John Armitage, publicada no Brasil pela primeira vez em 1836 (ou seja, seis anos após a publicação do último volume da obra de Cairu) apresenta uma versão para a independência diferente desta última. Para o historiador inglês, os portugueses eram bárbaros, marcados por práticas políticas atrasadas e absolutistas, e por constantemente impedir o progresso material do Brasil – proibindo a circulação de certo livros e o comércio de manufaturas (OLIVEIRA, C. 1999, p. 21). A independência configurava-se, dessa maneira, como passo essencial para o progresso nacional, tanto que o historiador inglês considera esta uma ‘revolução’, desencadeada pelos verdadeiros patriotas da independência – os “patriotas liberais” fluminenses (OLIVEIRA, C. 1999, p. 24). Em Varnhagen, apenas para adiantar futura discussão, os “patriotas liberais” também eram artífices do processo de emancipação. Escolhendo-os como atores centrais, Varnhagen conseqüentemente “minimizou a atuação de José Bonifácio, uma vez que, a seu ver, os promotores das ações decisivas foram d. Pedro e o grupo maçônico, composto, entre outros, por José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa” (OLIVEIRA, C. 1999, p. 30).⁸⁷

Muito embora personagens de destaque, os Andrada são coadjuvantes da *História dos principais sucessos*. A narrativa de Silva Lisboa, como dito, tem por figura chave o imperador. D. Pedro, sem maior relevo na vida política nos anos iniciais de sua vida adulta, aparece como herói nacional assim que a “prepotência das Cortes” lisboetas começaram a pôr em risco a união Brasil-Portugal (LISBOA, 1829, p. 12). Seguindo a cronologia do Padre Luiz Gonçalves dos Santos em suas *Memórias para servir á Historia do Reino do Brasil*, Cairu considera o dia 26 de fevereiro de 1821 como o marco de um novo período da história do “Reino do Brasil”. A partir do momento que os brasileiros juram a “Constituição Geral da

⁸⁶ Silva Lisboa lista algumas obras de José Bonifácio entre as páginas 23-26 do terceiro volume (1830).

⁸⁷ É preciso lembrar, porém, que Varnhagen ressalta a desenvoltura e liderança dos irmãos Andrada nas Cortes de Lisboa. (VARNHAGEN, 1917, p. 98).

Monarquia Portuguesa”,⁸⁸ tem início o processo de emancipação brasileira. A Revolução do Porto, com todos seus desdobramentos, é o ponto de inflexão na vida dos dois reinos.

Silva Lisboa guarda suas críticas às Cortes portuguesas, cujo intento principal seria recolonizar o Brasil e restaurar o autoritarismo da antiga relação colônia-metrópole. D. João VI, em contrapartida, estava isento de qualquer responsabilidade na situação brasileira, visto que ele mesmo era escravo de um ministério desorganizado pelas Cortes, constantemente vigiado e rodeado por espões, sendo quase um “puro phantasma do Rei”.⁸⁹ Não obstante, perpassa toda a obra de Cairu uma tendência a evitar censuras ao Estado português, a D. João VI e aos portugueses em geral. Prova disto é que até as cortes, em sua opinião, mereciam ressalvas por seus atos. Ao comentar o Decreto das Cortes ordenando o retorno de D. Pedro a Portugal, o autor lembra seus leitores da injustiça do pedido, muito embora fosse necessário dar

os devidos descontos ás naturaes predilecções e parcialidades, que os naturaes de Portugal tem á seio bello paiz (sempre venerado, e veneravel, pela inaufervel e privativa honra, e gloria de terem sido os Portuguezes os Primeiros a quem a Providencia inspirou as prodigiosas Expedições Maritimas, que mostrarão á Sociedade Civil incognitas e remotissimas partes do Mundo) (LISBOA, 1829, p. 8).

A exigência, por parte das cortes lisboetas, de recondução do príncipe regente a seu país de origem por intermédio da Carta de Lei de 1º de outubro de 1821, põe em evidência aos brasileiros o gênio de D. Pedro. Tal pedido, na visão de Cairu, deixava os brasileiros à mercê da sorte. Nesta situação, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, acompanhado de uma deputação de São Paulo encabeçada por José Bonifácio, pediu que D. Pedro ficasse no Brasil. Este “ato patriótico” fez com que no dia 9 de janeiro de 1822 despertasse “a aurora da independencia deste Reino. Até essa epocha, tudo se mostrava incerto e precario acerca da sorte do paiz” (LISBOA, 1829, p. 14). Com a coragem do príncipe regente, a emancipação brasileira iniciava sua trajetória, embora o autor não considerasse inevitável a independência. Muito pelo contrário. Em diversos momentos, Cairu procura demonstrar que eram as cortes portuguesas que não queriam um Reino Unido. O desejo brasileiro, em sua análise, era a conciliação do Governo português com a permanência do príncipe regente no Brasil.⁹⁰

⁸⁸ Segundo Silva Lisboa (1830, p. IV), de 7 de março de 1808 até finais de 1820, recorte temporal do livro do Pe. Luiz Gonçalves dos Santos, é a fase de estabelecimento e consolidação do Reino do Brasil.

⁸⁹ Neste trecho, Cairu transcreve uma carta do deputado paulista Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado. (LISBOA, 1830, p. 51).

⁹⁰ Aqui, Silva Lisboa (1829, p. 7-8) cita a Representação dos políticos fluminenses (liderados por Gonçalves Ledo), com o apoio do Senado da Câmara do Rio, ao príncipe regente pedindo a convocação de uma Assembléia Geral das Províncias do Brasil.

Todavia, a possibilidade de permanência do Reino Unido provou ser impossível quando as Cortes anularam a Convocação da Assembléia Constituinte no dia 3 de junho de 1822. Esta Convocação, que, de acordo com Cairu, seria uma Assembléia Luso-Brasileira, foi o último esforço brasileiro para manter a união com Portugal. Além de ser um sinal do retorno de D. Pedro para Lisboa.⁹¹ a revogação da Convocação representou ao mesmo tempo a faceta autoritária das Cortes (com seus desejos de recolonização do Brasil) e o “primeiro passo para a Emancipação do Brasil, e sua Separação de Portugal” (LISBOA, 1830, p. 1).

Todos esses fatos desgastaram gradativamente o príncipe. Depois dos “embates” com a tropa da Divisão Auxiliadora, comandadas pelo general Avillez (LISBOA, 1829, p. 36), D. Pedro passou a visitar as províncias no intuito de reimpor a ordem entre o povo. Escreve Silva Lisboa que o regente se dirigia, para São Paulo, em 7 de setembro, estando perto do “Campo da Piranga”, e acompanhando de grande comitiva, quando foi interceptado pelas missivas que traziam notícias das ordens das cortes que exigiam seu retorno a Portugal.

A impressão impetuosa (como era natural) da leitura de taes escriptos levou o Animo do Jovem Heróe no zenith da indignação; e Subindo a Montanha de *Paranapiaeaba*, proclamou aos Brasileiros – Independência ou Morte (LISBOA, 1830, p. 52).

“Finalmente exaurio-se a paciencia do Principe Regente”, afirma em outro momento de sua obra. Esta frase sintetiza o sentido da emancipação brasileira para Silva Lisboa: mais do que a expressão da vontade popular, foi um “Acto do Principe Regente [...] que deo herculeo golpe ás Cortes de Lisboa, Aniquilando a sua arrogada Soberania sobre o Brasil”. O brado do Ipiranga, por sua vez, declarou a “total Independencia da Nação Brasileira” (LISBOA, 1830, p. 54), fixando nos brasileiros a “1ª Maxima Epocha nos Annaes do Brasil” (LISBOA, 1830, p. 52). Entretanto, se o dia 7 de setembro iniciou nova era no Reino do Brasil, o destino da nação somente se completou em 12 de outubro, quando d. Pedro foi aclamado “Imperador Constitucional” no “campo de Santa Anna”. Como veremos adiante (na análise dos debates senatoriais para definição do calendário festivo brasileiro), Cairu considera esta data como a mais importante da história nacional, justamente por condensar a melhor forma de governo – a monarquia constitucional – com as ações do herói da independência. Somado a isto, tinha-se que a data ‘coincidentemente’ marcava o natalício do

⁹¹ Ao saberem da anulação, “os Fluminenses arderão em labaredas, vendo indeferida a sua Representação, e ludibriada por huma Revogação parcial e illusoria, que apenas concedia a prorrogação de mais algum tempo a residencia do Principe Regente” (LISBOA, 1830, p. 50).

Imperador e, em sua opinião, foi a primeira vez que um evento nacional foi comemorado fora do Rio de Janeiro.⁹²

A importância dada pelo autor à monarquia constitucionalista merece comentário. Juntamente com o Haiti, a quebra da ordem social, a democracia e o sistema republicano eram os grandes temores não apenas da elite oitocentista brasileira, como também dos Estados Europeus (SOUZA, I., 1999, p. 101-102). O ministro britânico no Brasil em 1824, Henry Chamberlain, tinha medo que as agitações de ruas e a Assembléia Constituinte acendessem

uma chama [...] que não será possível controlar, e que pode acabar, talvez, com a destruição do governo imperial e a divisão do país numa variedade de pequenos estados republicanos independentes, deploráveis em si e causadores da miséria de seus vizinhos, tal como temos testemunhado nas colônias da América espanhola em nossa vizinhança (CHAMBERLAIN apud MAXWELL, 2000, p. 186).

A fundação do “Primeiro Imperio Constitucional na America Austral”, visto como um sinal de civilidade, deveria servir de exemplo para todo o mundo, pois o modelo adotado pelo Brasil aliava “as vantagens de todas as fôrmas regulares de governo, prevenindo os excessos da Democracia, Aristocracia, e Monarchia” (LISBOA, 1829, p. 58). A monarquia constitucional brasileira parece ser a solução apresentada por Silva Lisboa aos problemas colocados por Aristóteles, para quem a Monarquia era a melhor forma de governo, embora pudesse degenerar e se tornar uma tirania. Isto não ocorreria no Brasil, em sua opinião, com um monarca limitado por uma Carta Magna. A “saudável” adoção da monarquia constitucionalista evitou ao mesmo tempo o perigo da anarquia e os riscos de tirania por parte do imperador.

Com tantos movimentos contrários ao poder de D. Pedro I, sem contar com os “idolatrás do sistema americano” (LISBOA, 1830, p. 94), é possível dizer que as idéias defendidas por Cairu não eram consenso entre todos os políticos e pensadores. Sua *História dos principais sucessos* é ilustrativa do caráter dos homens egressos das salas de Coimbra na última década do século XVIII. Opositor ferrenho dos princípios democráticos, o visconde apresenta uma independência heróica, feita à revelia das Cortes de Lisboa, em prol do povo brasileiro. Este, por sua feita, era herdeiro de uma tradição de honras e glórias, inspirados pela

⁹² Apesar do 9 de janeiro de 1822 ter sido “hum Dia de Função Civica e Procissão Nacional”, foi somente a aclamação que a maioria das províncias brasileiras comemoram simultaneamente. (LISBOA, 1829, p. 15; 1830, p. 53-57). Silva Lisboa (1830, p. 93) ainda menciona, com menor ênfase, a coroação e sagração de D. Pedro como 1º imperador do Brasil, no dia 1º de dezembro de 1822. Nestes eventos, o “Imperador procurou dar mais huma prova de se identificar com os Brasileiros, para attrahir á civilização milhões de Indios, que ainda se achão no estado selvagem”.

providência divina. Para o autor, não fossem os desmandos das Cortes, os Estados pai e filho poderiam ter se mantido unidos, tamanha a afinidade entre as duas nações.

Seguindo parcialmente as linhas traçadas por Cairu, Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, apresenta sua própria interpretação para os fatos que resultaram no brado do Ipiranga. A obra do historiador brasileiro, formado no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, filho de mãe portuguesa e pai alemão, procura salientar em diversos momentos as boaventuras do legado português. Como bem assevera José Carlos Reis, Varnhagen faz parte de um conjunto de autores que fazem um elogio à colonização portuguesa. Para estes autores – incluindo Cairu, Oliveira Lima e Gilberto Freyre – a nação que surgira em 1822 estava assentada na civilização portuguesa, sendo a ruptura entre os dois Estados apenas política (REIS, J. C., 2006, p. 31).

Embora cada um desses autores tenha razões próprias para valorizar o legado lusitano, podemos falar que, em Varnhagen, este motivo devia-se a sua afinidade com o projeto político conservador. As principais bandeiras políticas deste projeto, nomeadamente o centralismo político, o monarquismo e legitimação do poder do imperador, necessitavam, na esfera simbólica, da “afirmação de uma cultura nacional por meio [...] do culto e da criação de uma memória nacional” (WEHLING, 1999, p. 33). A escrita de uma história nacional, ao lado da literatura e das instituições próprias para a ‘preservação’ e divulgação do passado (como o Arquivo Público Imperial, o Colégio Pedro II e o IHGB), era uma das facetas fundamentais para a tessitura de uma memória nacional brasileira. A identificação de Varnhagen com o projeto conservador ou projeto regressista, como afirma Arno Wehling,⁹³ vinha desde seu tempo em Portugal. Lá, lutou contra D. Miguel como voluntário nas tropas de D. Pedro. Neste momento, o jovem militar já manifestava sua lealdade à família real portuguesa.

De fato, “seu amor pelo Brasil se confundia com à fidelidade à família real” (REIS, J. C., 2006, p. 25), tanto que seu retorno ao Brasil fora motivado pela antecipação da coroação de D. Pedro II. Logo após retornar ao Brasil, ingressou nas fileiras do corpo de engenheiros do Exército Brasileiro em 1840, depois ocupando cargos na carreira diplomática. Seu objetivo, contudo, era assessorar o monarca na construção de uma identidade para a nação, o

⁹³ Para Wehling, entre 1839-1854, prevaleceu no cenário político brasileiro o projeto político regressista ou a “ação política do liberalismo doutrinário”, concebido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, que pretendia, dentre outras coisas, o retorno de D. Pedro ao trono brasileiro. Embora este aspecto específico tenha sido deixado de lado com a morte de D. Pedro em 1834, o centralismo político e o regime monárquico continuaram como estandartes da luta política dos conservadores, sobretudo com as agitações do período regencial. (WEHLING, 1999, p. 32-34).

que, em sua visão, garantiria unidade e longevidade ao Império.⁹⁴ Por isso, passou a fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico ainda em 1840, sendo eleito, em 1851, Primeiro Secretário do Instituto, cargo que ocupou por um semestre (ver RIHGB, 1851, p. 467; SCHWARCZ, 1989, p. 14). Aí, o conservador/monarquista/cortesão Varnhagen⁹⁵ empreendeu o *Índice Geral Alfabético* e ajudou a desenvolver a Seção de *Biografias dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes etc.* (SCHWARCZ, 1989, p. 14-15), onde ele próprio traçou a vida de personagens históricos brasileiros.⁹⁶

Sua ligação com o projeto nacional conservador fica mais evidente ao analisarmos sua perspectiva em relação ao relacionamento províncias-governo imperial. Varnhagen era crítico severo do provincialismo, ou seja, do predomínio de interesses locais em detrimento dos ganhos nacionais. Para ele, as demandas provinciais eram legítimas apenas quando não feriam os princípios fundamentais do Estado brasileiro – a legalidade do poder imperial, o centralismo administrativo e a monarquia. Por conseguinte, reformas políticas como o Ato Adicional ou quaisquer propostas federalistas eram uma afronta à nação. No *Memorial Orgânico*, escrito em 1849, ele defende uma modificação na divisão territorial do Brasil para dar algum equilíbrio às províncias (tarefa esta que deveria ser empreendida pelo governo imperial) (VARNHAGEN apud SOUZA, RIHGB 1880, p. 54). Com isso, seria evitada, no Brasil independente, a repetição dos erros dos tempos de colônia, sobretudo os excessos de liberdade dos governos locais, transformados em feudos onde cada senhor aplicava sua própria lei, à revelia do Estado central.⁹⁷

A valorização da herança portuguesa era conseqüência do desejo de um Brasil unitário e monarquista. Seus estudos históricos, então, eram bastante voltados para a construção do passado nacional “como suporte de um Brasil branco e europeu” (REIS, J. C., 2006, p. 31). Por isso, recusa o nativismo indianista, presente no IHGB, para enaltecer a colonização e os colonizadores.⁹⁸ Os índios, descritos por Varnhagen “com interesse, mas sem afeição” (REIS, J. C., 2006, p. 35), contrastavam visivelmente com os portugueses. Enquanto os primeiros eram um povo violento, de laços familiares frouxos, sem sentimento de patriotismo, os portugueses são apresentados como os representantes das luzes, do progresso, da civilização e

⁹⁴ Mais do que instituir uma memória nacional, o discurso varnhageniano “pretendia motivar uma ação e uma prática política entre os seus contemporâneos, que tinha como pressuposto a fidelidade e o respeito à instituição monárquica” (VIEIRA, p. 6; REIS, J. C., 2006, p. 25).

⁹⁵ Conforme definição de José Honório Rodrigues (1967).

⁹⁶ Como a de Felipe Camarão (VARNHAGEN, RIHGB 1867, p. 591).

⁹⁷ Argumento presente em outra obra de Varnhagen, *História Geral do Brasil*. (REIS, J. C., 2006, p. 44).

⁹⁸ A colonização portuguesa, na questão indígena, foi alvo tanto de críticas quanto de elogios dos letrados do Instituto, dependendo da valorização dada pelo historiador ao papel do índio na construção da nação. Sobre isto, ver: RODRIGUES, N., 2001, p. 93-95; WEHLING, 1999, p. 41, 114-115; POPPINO, 1953, p. 307-323.

da razão na América (REIS, J. C., 2006, p. 31).⁹⁹ Este binômio civilização-barbárie era estruturado por Varnhagen de forma a considerar os ‘vícios’ da barbárie (o índio) como características compartilhadas por toda a população; já os vícios da civilização seriam culpa de indivíduos específicos, não fazendo parte do caráter de um povo civilizado (WEHLING, 1999, p. 125). Inversamente, as virtudes indígenas limitavam-se a personagens específicas, enquanto que, nos portugueses, era algo compartilhado.¹⁰⁰

As diferenças com os historiadores do Instituto Histórico continuavam quando o assunto era o saber histórico. Já foi discutido no primeiro capítulo desta dissertação a concepção de história dos membros do IHGB, qual seja, a mistura entre um sentido pré-determinado para a história brasileira, o forte apego a fontes oficiais e a “aproximação íntima” do historiador e sua fonte. Embora compartilhasse com seus companheiros da academia parte das diretrizes epistemológicas da história (em especial a noção da história como mestra da vida), Varnhagen divergia em outros. A razão para isto talvez resida na especificidade da formação intelectual de Varnhagen em comparação com o visconde de São Leopoldo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, por exemplos. Homens do século XVIII, influenciados por Montesquieu e Voltaire (WEHLING, 1999, p. 44), os pais fundadores do Instituto praticavam uma história que pautava boa parte de suas conclusões a partir de “deduções filosóficas” (BARBOSA, 1839, p. 12). Já Varnhagen, historiador profissional,¹⁰¹ era contra generalizações filosóficas. Em sua perspectiva, a preocupação fulcral da história deveria ser a distinção entre fatos e boatos.

O instrumento para separar acontecimento e especulação eram os documentos. Para provar este argumento, Varnhagen afirma que a existência de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, fora comprovada graças ao relato de Pero Lopes de Sousa, fato que “depois se elucidou melhor por novas provas”.¹⁰² O que deveria guiar o historiador na crítica aos documentos era a procura incessante da verdade (VARNHAGEN, 18561, p. 8). A verdade,

⁹⁹ Não obstante, na RIHGB, 1841, Varnhagen escreve um artigo sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil.

¹⁰⁰ Como destaca Arno Wehling, para Varnhagen, os portugueses eram o povo de muitas virtudes, a começar que se impuseram “heroicamente a uma natureza hostil. Sua vitória, diz Varnhagen, que foi obra da colonização, é exemplo ímpar na região tropical” (WEHLING, 1999, p. 159).

¹⁰¹ Varnhagen é considerado para muitos o “Heródoto brasileiro” por ser o “iniciador da pesquisa metódica nos arquivos estrangeiros, onde encontrou e elaborou inúmeros documentos relativos ao Brasil” (REIS, J. C., 2006, p. 24; WEHLING, 1999, p. 45).

¹⁰² O Diário de Pero Lopes era um escrito “importantíssimo para a historia dos descobrimentos em geral e mesmo para a historia patria em alguns respeitos”. (Varnhagen, RIHGB 1861, p. 7-8). Este privilégio aos documentos marcou sua atuação no IHGB. Varnhagen foi responsável pela publicação de algumas fontes na Revista Trimestral. Ver também SOARES, RIHGB 1842; ROLIM, RIHGB 1845. No artigo “Roteiro do Brasil”, escrito aproximadamente em 1750 por Gabriel Soares, Varnhagen faz 270 observações ao texto, em suas palavras, “corrigindo os erros” cometidos por Gabriel Soares, ao mesmo tempo adaptando-o ao século XIX – por exemplo, o rio Grande era chamado agora de rio Parnaíba. (RIHGB 1851).

sempre única, triunfaria à luz das fontes (REIS, J. C., 2006, p. 48).¹⁰³ O imbricamento entre fato, documento e verdade fez com que nosso Heródoto considerasse que “os fatos históricos estabelecidos pela pesquisa documental só poderiam ser interpretados a partir [de] base fática” (WEHLING, 1999, p. 131), ou seja, a partir dos dados empíricos contidos na documentação. Destarte, um livro de histórias seria mais verídico e mais confiável quanto mais documentos corroborarem os fatos descritos.

Afastado de sistemas explicativos com base nas ciências naturais ou em leis universais que regiam o comportamento humano, Varnhagen fez da hermenêutica e interpretações à luz de evidências empíricas tomadas a partir de rigorosa análise documental a base de seu *metier* histórico. Ao tomar como fios condutores do saber histórico a pesquisa documental (com sua crítica) e a interpretação sob o foco do Estado nacional,¹⁰⁴ Varnhagen fazia uma história nos moldes da escola metódica de Ranke.

Todos estes elementos estão presentes na *História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. Publicado postumamente, este é o livro de Francisco Adolfo de Varnhagen que trata especificamente da proclamação da independência do Brasil. Embora seja difícil discutir seu impacto durante o século XIX, uma vez que a obra ficou praticamente desconhecida até sua publicação pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1916,¹⁰⁵ a *História da Independência* sem dúvida permite a análise de suas idéias sobre seu entendimento acerca do processo histórico que desaguou na emancipação.

Para começar, o visconde de Porto Seguro delimita os acontecimentos fundadores da nação brasileira.¹⁰⁶ Primeiramente, a vinda da família real para o Brasil em 1808, considerado por Varnhagen como um momento que muda a vida da colônia, sobretudo porque os colonos puderam travar contato com um povo civilizado, adquirindo seus hábitos. Outro momento de grande importância, em sua opinião, foi a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido com Portugal. A partir deste momento, o Brasil passou a comandar um Império com ramificações

¹⁰³ Verdade histórica, para Varnhagen, era “a reconstituição integral do fato passado, a partir da mais absoluta fidelidade ao acontecido” (WEHLING, 1999, p. 132).

¹⁰⁴ De acordo com Arno Wehling (1999, p. 111-113), Varnhagen seguia a tradição francesa acerca do nacionalismo. Nesta tradição, o nacionalismo se baseava em uma consciência, ou vontade, nacional que estava presente na sociedade, cabendo aos intelectuais (como historiadores) desenvolvê-la.

¹⁰⁵ O manuscrito dessa que foi a última obra de Varnhagen estava sob a posse do barão de Rio Branco, e só foi publicada após o governo brasileiro adquirir o seu arquivo pessoal (VARNHAGEN, 1917, introdução).

¹⁰⁶ Na concepção de François Dosse, com base em Paul Ricoeur, acontecimento fundador (ou acontecimento supersignificado) é aquele que é “parte integrante de uma construção narrativa constitutiva de identidade fundadora utilizado para constituir uma identidade nacional”, como, por exemplo, a tomada da Bastilha para os franceses e o desembarque do Mayflower para os estadunidenses. Assim, são fatos que geram o próprio sentido (DOSSE, , 2004, p. 162-163).

na Ásia, África e Europa, além de garantir a unidade territorial brasileira. Por fim, a história nacional ficou marcada pelo retorno de D. João VI para Portugal a mando das Cortes, deixando como regente do Brasil o príncipe d. Pedro (VARNHAGEN, 1917, p. 31-39, 70).

Dos três, contudo, é o último o qual ele considera como o mais fundamental para o surgimento da nação brasileira, por ser o momento que sela a sorte do país. O retorno de D. João e sua comitiva, decorrente das ações despóticas das Cortes oriundas da Revolução do Porto para dotar Portugal de uma constituição, deixou o Brasil numa difícil situação: aderir à Revolução significava indelevelmente o retorno à condição de colônia, estado do qual o Brasil “já se libertara com a vinda da Corte” (VARNHAGEN, 1917, p. 39); repeli-la, por sua vez, não deixava ao Brasil outra alternativa a não ser a separação e constituição de um Estado independente (VARNHAGEN, 1917, p. 40). O Brasil, ou pelo menos os brasileiros,¹⁰⁷ queriam manter a união com Portugal. Veio das hostilidades dos deputados portugueses nas cortes em relação do Brasil o passo para que nações irmãs se separassem (VARNHAGEN, 1917, p. 90-108).

Não obstante, bem como Silva Lisboa, o visconde de Porto Seguro também atenua a culpa dos portugueses partidários das cortes. Segundo ele,

era já toda esta região [do Amazonas ao Prata] a sede de um Imperio maior que dous romanos, o qual extendia o seu poderio pelas cinco partes do globo terrestre, tendo no Portugal hispanico uma simples regencia subordinada á influencia do chefe do exército, o ingles marechal Beresford, marquez de Campo-maior. Esta situação da heroica metropole, convertida pela fôrça das circunstancias em humilhada colonia, quase despotizada e obrigada a receber ordens de uma distancia proximadamente de duas mil leguas [...] foi suportada enquanto durou a guerra que se seguio á invsão (VARNHAGEN, 1917, p. 32).

O maior problema das Cortes fora tentar minar a autoridade de D. Pedro no Brasil. Os deputados portugueses queriam que as províncias brasileiras não obedecessem ao príncipe regente no intuito que ele se visse forçado a retornar a Lisboa (VARNHAGEN, 1917, p. 90). Aqui se desenha o heroísmo do primeiro imperador do Brasil. Membro da família real, D. Pedro, após o retorno de seu pai, portou-se como verdadeiro brasileiro e colocou o Brasil antes de si, mesmo sob o risco de sofrer punições da pátria mãe. Sua primeira ação de heroísmo foi contrariar o Decreto das Cortes que exigiam sua recondução, decidindo ficar no Brasil. A partir desse momento, escreve Varnhagen, o príncipe regente passa a visitar diversas províncias para apaziguar os ânimos entre brasileiros e portugueses e garantir a unidade

¹⁰⁷ Varnhagen (1917, p. 74) define como brasileiros, antes da independência, todos aqueles que eram a favor da “causa brasileira”, isto é, que desejavam manter os ganhos políticos e sociais advindos da presença da família real no Brasil.

territorial do Brasil, ressaltando que o desejo geral dos brasileiros era a continuidade do Reino Unido. Ao mesmo tempo, estas viagens serviram para incitar nas províncias um sentimento de identificação que ia além do âmbito regional, pois D. Pedro, enquanto representante do poder monárquico, era capaz de despertar nos habitantes um sentimento de fidelidade ao soberano muito maior do que as ambições bairristas (VARNHAGEN, 1917, p. 89-110).¹⁰⁸

O auge dos desmandos das Cortes, para Varnhagen, aconteceu em 7 de setembro. Enquanto D. Pedro viajava por São Paulo, a Corte recebeu papéis com novos decretos de Lisboa. Imediatamente, José Bonifácio enviou-os por Paulo Bregaro, mais uma carta sua e da princesa Leopoldina, para D. Pedro. Bregaro chegou a São Paulo no sábado, 7 de setembro, e como não encontrou o príncipe, seguiu o caminho da estrada do mar, “e vindo a encontra-lo, nessa mesma tarde, perto do ribeiro do Ipiranga, deteve-se o príncipe nesta paragem” (VARNHAGEN, 1917, p. 184). Ao receber as correspondências, procurou por uma missiva do pai, que não encontrou; depois de ler as notícias sobre as ações “ímpolíticas” e “desumanas” das Cortes, afirma Varnhagen que ao jovem príncipe restava apenas um de duas resoluções: “ou proclamar de todo a independencia, para ser heróe, ou submetter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Côrtes”. D. Pedro,

inspirado pelo genio da gloria, que annos depois, no proprio Portugal, lhe havia de ser outras vezes tão propicio, não tardou nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma provincia que depois conceituava de “agradavel e encantadora”, dalli mesmo, do meio daquelas virgens campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resolutivo de “Independencia ou Morte!” (VARNHAGEN, 1917, p. 185-186).

Não obstante a determinação de D. Pedro, para Varnhagen, a independência desenhou-se no Rio de Janeiro, especificamente na loja maçônica de Gonçalves Ledo. Saíram do Grande Oriente as principais ações que levaram à emancipação do Brasil sob os auspícios de D. Pedro. Foi lá, por exemplo, que se decidiu criar uma Assembléia Constituinte no Brasil, idéia acatada pelo príncipe regente em junho de 1822; ali também foi decidido quais seriam os símbolos nacionais, se D. Pedro seria rei ou imperador e até a data de aclamação de D. Pedro como imperador, momento no qual surge, de efeito, a nação brasileira (VARNHAGEN, 1917, p. 180-181, 190-193).

Tanto para Varnhagen quanto para Silva Lisboa, a chegada da família real foi um catalisador do progresso e da civilização no Brasil. Para Varnhagen, o Brasil era uma colônia

¹⁰⁸ Varnhagen critica os políticos pernambucanos que pensavam, nas reuniões em Portugal, apenas no bem de sua província. Sobre as discussões nas Cortes, VARNHAGEN, 1917, p. 89-110.

sem indústria, povoada por índios e escravos, enfim, um país atrasado que, da noite para o dia, tornou-se o lar de um vasto império ultramarino. Podemos perceber também em Cairu admiração com os avanços conseguidos pela corte joanina. É por isso que ambos defendiam a presença portuguesa no Brasil, sendo, com isso, críticos severos da atuação das cortes lisboetas. Para estes historiadores oitocentistas, não fosse o despotismo vindo de Lisboa, e que estava ausente da figura de D. João, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves poderia ter prosseguido. Entretanto, a sorte estava do lado brasileiro. Sob o risco de todos os avanços conseguidos serem perdidos – ou com a recolonização do Brasil, ou com a radicalização das opiniões da população, o que, por sua vez, poderia resultar na adoção do republicanismo ou da democracia – a Providência fez com que a solução deste impasse saísse do seio da própria realeza: o príncipe regente tomou à frente das ações e conduziu o Brasil a uma terceira alternativa: uma ruptura continuada.

Visto por esta ótica, mais do que malefícios, as Cortes foram o fio que costurou as províncias em torno da unidade territorial e da monarquia. Foram elas que fizeram germinar a atuação política de D. Pedro, encarado por ambos como o único capaz de combater os projetos de recondução do Brasil ao estatuto colonial, mantendo as “virtudes” experimentadas pelos brasileiros durante os anos joaninos: o progresso material, a civilização dos hábitos sociais, a monarquia e a unidade territorial.

As páginas dos historiadores não foram os únicos espaços de representação da independência e do riacho do Ipiranga. A arena política, os espaços públicos e o mundo das artes, todos eles interpretaram ao seu modo a emancipação brasileira.

3.3 A independência e o riacho do Ipiranga em cores, magnitude e perenidade

Os antigos, para eternizarem estes dias [de grande importância para a nação], levantavam monumento, e até os gravavam em bronze, para não esquecerem.
Visconde de Caravelas (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 126)

Já ficou evidente na análise do debate senatorial (capítulo 1) que 12 de outubro era considerada a data epítome dentro do processo da independência brasileira. Também ficou claro que, para a maioria dos senadores, o dia 9 de janeiro era o primeiro passo rumo à nossa emancipação. Foi o “primeiro dia, que anunciou a felicidade do Brazil, e apoz elle seguiram-se os outros” dia em que “a requerimento dos povos, o imperador se dignou de ficar no

Brazil”, segundo o visconde de Nazaré (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 14). Para o visconde de Inhambupe, este ato de Pedro pôs termo à “horrorosa anarchia” e os desastres que se aproximavam do Rio de Janeiro e do Brasil (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 101). Caravelas afirma que a ação do então príncipe neste dia libertou o Brasil da tutela de Portugal, “e o colocou a par das nações livres” (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 122).

Em comparação, o grito do Ipiranga teve, de início, poucos adeptos dentre os senadores, sendo constantemente relegado a segundo plano em comparação às duas datas descritas acima. Embora o visconde de Nazaré tentasse convencer seus pares que, em 7 de setembro “Sua Magestade o Imperador declarou a independencia no Ypiranga”, dia da separação tácita entre Brasil e Portugal, do qual o Brasil saiu como “nação livre” (DISCUSSÃO..., 1826, v. III, p. 15), para a maioria dos que tomaram parte nas duas primeiras discussões da matéria, a nação somente tomava corpo definido quando o Império fosse fundado, e o Império só fora fundado com a aclamação do imperador.¹⁰⁹

Não obstante, Nazaré não desistiu de manter o dia em seu projeto:

não pode deixar de ser memoravel este dia [13 de maio], bem como aquelle, em que achando-se nos campos de Ypiranga, apenas rodeado de alguns poucos brasileiros, com espirito invicto, e gigantesco, ao qual não se pode igualar o de outro algum monarca, nem mesmo o de Alexandre Magno, proclamou a independencia. Há de escurecer-se um dia destes? Um dia e quem vimos a maior acção praticada por aquelle genio sublime, por aquelle anjo tutelar do Brasil? Eu estou em que este glorioso dia tem igual direito à nossa memória (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 126-127).

A partir disto, o visconde de Nazaré ganha adeptos para o 7 de setembro. De acordo com o visconde de Caravelas, “foi o dia 7 de setembro que viu o augusto príncipe, que ainda então o era, alçar o brado da independencia no sitio do Ipiranga, e sobre as alturas da Paulicéia; o qual foi repercutido por todo o Brazil com enthusiasmo incrível” (DISCUSSÃO..., 1826, v. II p. 122). Para José Inácio Borges, o brado do Ipiranga

é a declaração manifesta da nossa emancipação e independencia, enunciada nas margens do Ypiranga por aquelle mesmo príncipe, que tomava o oneroso encargo de criar uma nação; que se compromettia aos perigos de que depois nos vimos ameaçados; e, em uma palavra, é o dia em que aquelle grito da independencia, sendo ouvido desde o Prata até o Amazonas, foi repetido por todos os brasileiros, com excepção de um ou outro degenerado.

Temos, por conseguinte, ao mesmo tempo ato de grandeza e uma obra de heroísmo, condições necessárias para uma data nacional (DISCUSSÃO..., v. II, p. 100).

¹⁰⁹ Especificamente, ver os argumentos do barão de Cairu, do visconde de Barbacena e do visconde de Maricá. (DISCUSSÃO..., v. III, 1826).

A principal crítica à inclusão do 7 de setembro foi do barão de Cairu. Assim como fizera com os dias 9 de janeiro e 13 de maio, Cairu recorre novamente aos que chama de fatos históricos:

Quanto ao dia 7 de Setembro, faço a devida justiça aos valorosos paulistas, bem como em muito sua honra fez o ilustre senador presidente da provincia de São Paulo [o barão de Congonhas]; mas do relatório que fez da proclamação da independencia, manifesta-se que o acto não foi de *proprio motu*. E quem ignora o quanto custou por negociações aplinar as difficuldades politicas para ter-se o feliz resultado do reconhecimento do Império? (DISCUSSÃO..., 1826, v. II, p. 127).

Para Cairu, a data, embora de muito valor, era mais uma etapa do processo de emancipação do Brasil e constituição da nação brasileira, processo coroado com a aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil. E mais: Cairu lembra que nem o brado do Ipiranga, nem a aclamação, muito menos a coroação e unção de D. Pedro I, por si só, foram suficientes para consolidar a independência. Ao contrário, o eminente intelectual oitocentista lembra, tanto em seus discursos no Senado, quanto na sua obra *História dos Principais Sucessos*, que houve embates, militares e políticos, para garantir nossa emancipação (LISBOA, 1829, p. 36).

Cairu deixa evidente a atuação de outro grupo na luta pela legitimação do 7 de setembro: os senadores paulistas. Composta por José Caetano da Silva Coutinho (Capelão-Mor), Francisco de Assis Mascarenhas (marquês de São João de Palma) Lucas Antonio Monteiro de Barros (barão de Congonhas) e José Feliciano Fernandes Pinheiro (futuro visconde de São Leopoldo), a bancada paulista procurou garantir que o dia não fosse excluído do projeto de lei. Fernandes Pinheiro considera a data como “o dia em que nascemos, e nos tornamos em nação; e enquanto durar o imperio, o primeiro será nos fatos do Brazil” (LISBOA, 1829, p. 125). A insistência do visconde e da bancada paulista foi responsável não apenas pela inclusão do brado do Ipiranga nas festividades do Império; foram responsáveis por garantir que o 7 de setembro não se tornasse mais uma data de popularidade efêmera.¹¹⁰

No entanto, antes mesmo do grupo paulista fazer pressão no Senado, outros habitantes da Paulicéia já se articulavam em prol de um monumento no Ipiranga. Em 1823, Antônio da Silva Prado sugere a construção de uma obra “que faça memorável o dia 7 de setembro do anno passado, em que foi por Sua Majestade Imperial proclamada a Independencia deste Império” (BONIFÁCIO, 1823, manuscrito). Encabeçados pelo mesmo Antônio da Silva

¹¹⁰ Por exemplo, no biênio 1821-1822, uma data bastante celebrada no Rio de Janeiro fora o 26 de fevereiro, dia no qual D. João VI jurou fidelidades as Cortes de Portugal, sendo igualmente considerado por muitos o dia que D. Pedro pela primeira vez aparece na cena política nacional fora das festividades próprias da realeza (SOUZA, I., 1999, p.96-97).

Prado, futuro barão de Iguape, vários cidadãos da região de Piratininga pedem uma licença ao governo imperial para construir no lugar do brado um monumento (BONIFÁCIO, 1823, manuscrito; BARRO, s/d). Em fevereiro de 1823, d. Pedro I concede a Silva Prado a licença para construção de um edifício, que “deveria ser colocado no proprio Sitio do Piranga, em que teve lugar tão extraordinario e feliz acontecimento” (OFÍCIO..., 1825, manuscrito). No aniversário de 27 anos do Imperador são lançadas as bases da edificação, compostos “por 2 alicerces quadrangulares de pedras concentricos”. Esta fonte anônima (RELATO ANÔNIMO..., s/d, manuscrito) relata o posicionamento do monumento:

Partindo-se da capital [São Paulo] pela estrada velha para Santos, encontrava-se um marco ali existente, e que assignalava a primeira legua; e sendo a legua brasileira de 6.600 metros, o campo do Ypiranga ficava 600 metros aquem do dito marco. Este era o local onde se projectava levantar o monumento á Independencia do Império e que se achava á esquerda da estrada velha (de quem vae para Santos) a uma distância de 8 metros.

Contudo, o gesto mostrou ser puramente simbólico. A província de São Paulo só conseguiu arrecadar, através de subscrição voluntária, 1:877\$76 réis dos 21:475\$760 réis previstos no orçamento inicial, dos quais restavam, em 1829, 656\$060 réis, pois o restante fora gasto nos alicerces da obra. (TOLEDO, 1829, manuscrito). Sem dinheiro, a edificação do monumento fora interrompida. Indubitavelmente, outro fator que contribuiu para a interrupção das obras foi o já referido desgaste político de D. Pedro I. É nesse momento que, para despertar algum consenso, D. Pedro encomenda ao visconde de Cairu uma obra sobre o nascimento do Império que tem por personagem central ninguém menos do que o imperador.

Cogita-se novamente erguer um monumento no Ipiranga apenas em 1845, às vésperas da visita de D. Pedro II à província. Neste período, D. Pedro II fazia sua primeira grande viagem pelo território brasileiro, estratégia política para mostrar às diversas regiões do país, em especial àquelas que há pouco tempo tinham se rebelado, que a ordem monárquica fora restabelecida (ALENCASTRO, 1997, p. 50-65). Sua visita a São Paulo, nesta perspectiva, era estratégica. Lar político da maioria dos liberais que aturam em prol de uma maior federalização do Império durante o período regencial (DOLHNIKOFF, 2005), São Paulo (juntamente com Minas Gerais) também fora palco de uma das últimas revoltas internas do Brasil, a Revolta Liberal de 1842, que pretendia barrar a ascensão e reformas dos conservadores após o golpe da maioria, e garantir a permanência dos dispositivos do Ato Adicional de 1834. Embora não pretendesse derrubar o governo de d. Pedro II, a Revolta causou muita instabilidade política ao contrapor de maneira incisiva liberais e conservadores (ENGEL, 2002, p. 58-75; BARMAN, 1999, p. 58-75).

Neste clima, Pedro II chega a São Paulo em 18 de janeiro de 1846. Antes, a Assembléia e o Presidente da província já haviam tomado algumas providências para embelezar a cidade: caíram-se as fachadas das casas da capital, consertou-se a parte exterior da cadeia, limpou-se o rio Tamanduateí, construíram-se arcos cobertos com flores e ramagens para a passagem de S.M.I. Outra determinação da Assembléia é que “no Ipiranga se edificasse um pavilhão de descanso, onde SS.MM.II. pudessem estar algum tempo, receber as primeiras saudações do povo da capital. Que se enfeitasse toda a estrada até o Ipiranga com arcos de murta, flores, palmeiras [...]” (apud TAUNAY, 1977, p. 172). O pavilhão, semelhante a um coreto, foi construído pelo carpinteiro José Vicente Cavalheiro ao preço de 546\$000 réis e era a última parada do imperador antes de entrar na cidade de São Paulo (Ilustrações 07 e 08). Um correspondente do *Jornal do Comércio* narrou o episódio da seguinte maneira:

Logo que o séqüito imperial foi do Ipiranga avistado, partiu a salva de 21 tiros do parque de artilharia ali postado. Nesse sítio de tão gloriosa recordações para os brasileiros, por ser aquele em que dos lábios do fundador do Império saíram as palavras de nossa regeneração política, está levantado um pavilhão onde SS.MM. foram recebidos pelo grande corpo acadêmico, muitos cidadãos distintos da Província e grande quantidade de povo sôfrego de gozar da presença dos soberanos. Ali houve somente a demora necessária para se vestirem SS.MM. e as pessoas de sua corte; depois do que desfilou o préstito para a Capital, vindo na frente os cavaleiros; em seguida as seges com o corpo acadêmico, criados de honra, etc., e, em último lugar, o coche imperial com a guarda da cavalaria, que o acompanhava de Santos, reforçada pela que o esperava no Ipiranga (apud TAUNAY, 1977, p. 183).

A intenção dos mandatários da província era simples: em sua primeira visita a São Paulo, Pedro II iria reconstituir, literalmente, os passos do pai – desde de sua saída de Santos, o trajeto pela estrada do mar até a entrada triunfal em São Paulo. Para os políticos oposicionistas paulistas, mais do que celebrar a independência e seu autor, a recriação dos passos de D. Pedro I era uma oportunidade de cair nas graças do Imperador. O brado do Ipiranga funciona, neste momento, como artifício de barganha política. Nicolau de Campos Vergueiro, oposicionista de D. Pedro I e considerado um dos líderes da revolta liberal de 1842, na qual chegou a ser preso, disse, na oportunidade, que:

os paulistas suprirão esta falta [de linguagem para exprimir o entusiasmo popular pela visita régia] na sua crônica tradicional, ligando ao dia Sete de Setembro o dia 18 de Fevereiro. Naquela, o Augusto Pai de V.A.I. franqueou nas margens do Ipiranga o caminho da liberdade; neste V.M.I. assegura com provas de amor (apud TAUNAY, 1977, p. 187).

Às margens do riacho desenrola-se o teatro político, onde súdito e imperador desempenhavam suas respectivas partes. Vergueiro enalteceu a memória do antigo monarca.

Um ano depois, Pedro II faria a sua: em 1847, Campos Vergueiro voltou a compor o ministério, desta vez na pasta da Justiça.¹¹¹

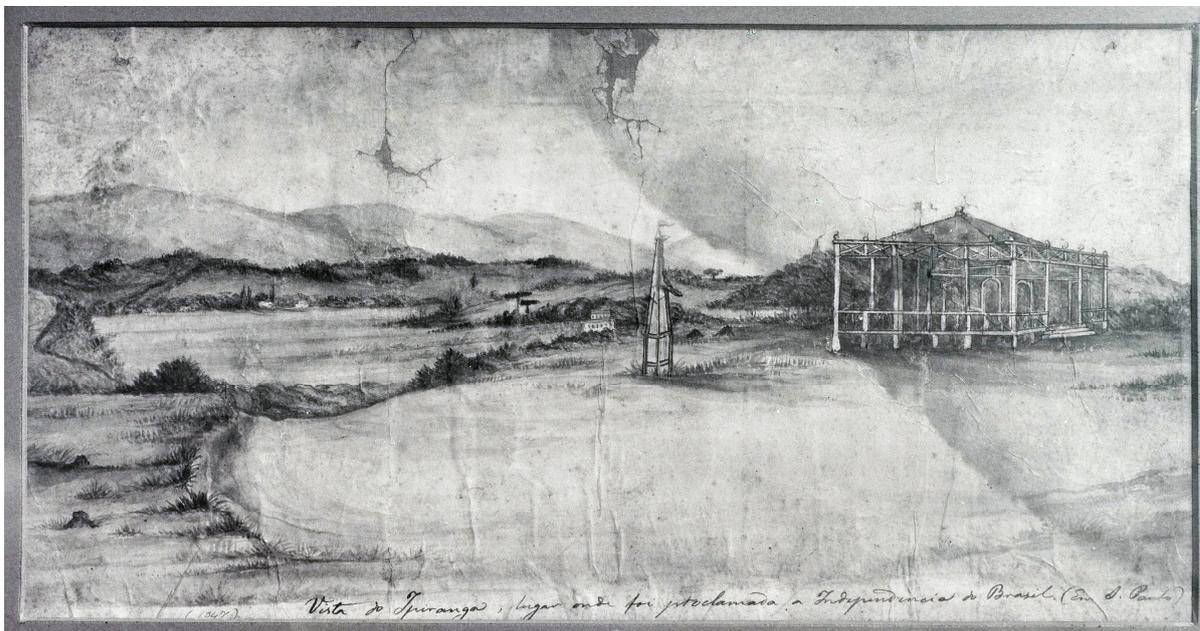


Ilustração 07: DUTRA, Miguel Arcanjo Benício. *São Paulo: vista do Ipiranga*. São Paulo: Museu Paulista, 1846.

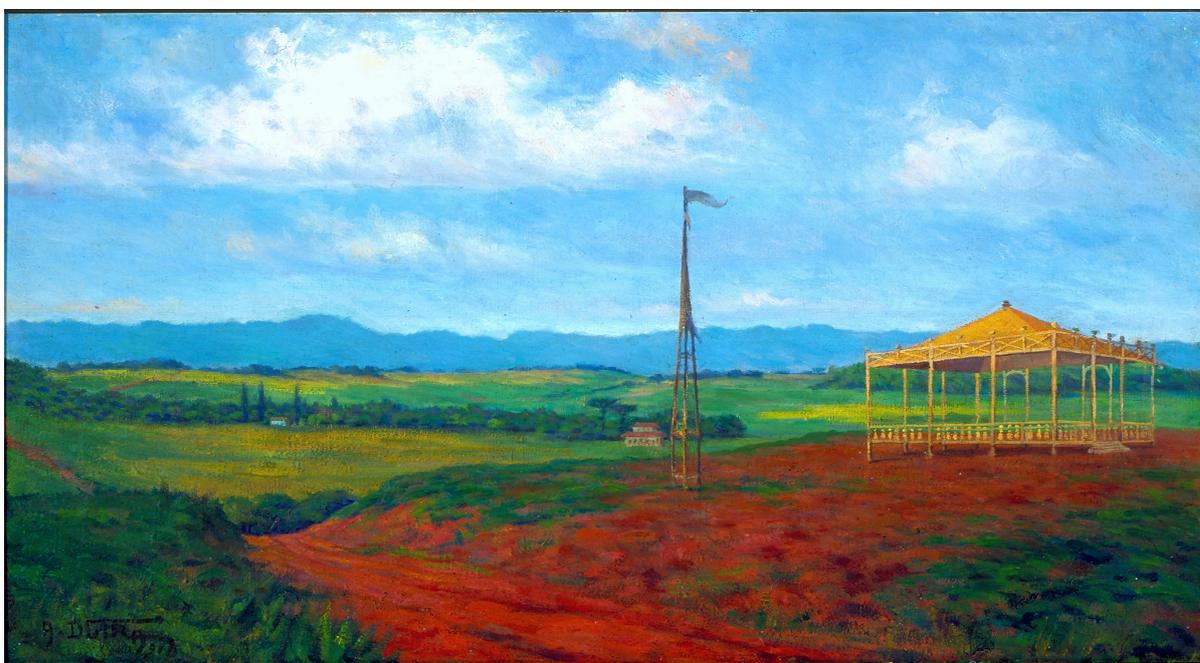


Ilustração 08: DUTRA, Alípio. *O Ipiranga em 1854* (reprodução da gravura de Miguel Arcanjo Dutra). São Paulo: Museu Paulista, [s.d.].

O singelo coreto para receber D. Pedro II é, por 57 anos – desde a subscrição de Silva Prado até o início das obras do Museu em 1880 –, a única obra realmente erguida nas margens

¹¹¹ Durante a Regência, foi ministro do Império. (FARIA, p. 551).

do Ipiranga. A comissão de Obras Públicas da província de São Paulo não prossegue com os planos por esperar uma manifestação do governo imperial (KAREPOVS, 2005, p. 104). Até 1869, tentou-se algumas vezes retomar a construção do monumento, todas sem sucesso.

A edificação do monumento no Ipiranga começa a deixar de ser uma questão paulista para ganhar força na corte já em meados da década de 1850. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enquanto protetor da memória nacional, era defensor da construção de monumentos¹¹². Em 1854, por sugestão de Joaquim Norberto de Souza e Silva (RIHGB 1854), o Instituto envia para a Assembléia uma representação solicitando “a conclusão do monumento à independência nacional no campo Ipiranga”, a construção de uma estátua eqüestre na Praça da Constituição e uma cruz colossal no Rio de Janeiro. Contudo, a Assembléia provincial do Rio de Janeiro, com o apoio da Academia Imperial de Belas Artes, da Corte e, claro, do IHGB, encampa apenas a segunda proposição de Joaquim Norberto, e, no mesmo ano, dá andamento ao monumento.

De início, tratou-se de definir qual o melhor modelo para representar D. Pedro I. Para Miguel José de Araújo Porto-Alegre, uma estátua eqüestre seria a única capaz de passar o simbolismo necessário¹¹³. Neste tipo de imagem, homem e cavalo são cúmplices por enfrentarem e compartilharem, juntos, os desafios, as fadigas e as glórias das guerras. Além disso, tinha de se respeitar o ato e a estirpe da personagem: tanto para ilustrar ou uma ação heróica ou um imperador, a estátua eqüestre era a maneira mais tradicional (SOUZA, I., 1999, p. 353-354)¹¹⁴. Além disso, a estátua, enquanto representação artística, encerra em si características estéticas, didáticas e políticas (RIBEIRO, 1999, p. 23). Estéticas pelo embelezamento de um local público; didático porque ensina a população sobre o fato representado (no caso, a independência e a outorga da Constituição de 1824); e política, uma vez que a mensagem transmitida é bastante específica e determinada por um grupo político definido.

Decidida a maneira de representar o primeiro imperador, foi aberto um concurso para escolha de um modelo para o monumento. A comissão julgadora dos projetos, formada pelo mesmo Porto-Alegre, por Joaquim Norberto de Souza e Silva e por Euzébio de Queirós, escolheu o projeto de João Maximiano Mafra, professor e secretário da Academia Imperial de Belas-Artes. Todavia, coube ao terceiro colocado, o francês Luiz Rochet, experiente em

¹¹² Sobre a defesa do IHGB à construção de monumentos, ver capítulo 1.

¹¹³ Para Porto-Alegre, “a estátua eqüestre do fundador do imperio vai ser o primeiro exemplo do reconhecimento publico, a primeira página solemne que a cidade e província do Rio de Janeiro offerecem para a edificação do futuro, e testemunho de gratidão nacional” (PORTO-ALEGRE, 1856, p. 352).

¹¹⁴ Como bem ressalta Maria Eurydice Ribeiro (1999, p. 18), “apenas reis, imperadores ou personagens de grande destaque histórico são apresentados em estátua eqüestre”.

estátuas de bronze, a construção do monumento de acordo com o modelo vencedor. É importante destacar aqui a banca avaliadora. Sua composição – com representantes de instituições do mundo das artes, da política e da história – evidencia que o projeto de um monumento para D. Pedro I, mais do que uma proposta setorizada, seja do IHGB ou da assembléia provincial do Rio de Janeiro, mostrou ser um projeto articulado pela elite cortesã, conjugando políticos, historiadores e artistas em prol da memória nacional, ou, melhor dizendo, em prol de uma *determinada* memória nacional.

O monumento, na maneira como fora concebido – unindo a independência e a Constituição de 1824 sob a forma de estátua equestre –, consagrava d. Pedro I como um monarca constitucionalista, fundador do Império nacional, silenciando, ao mesmo tempo, quaisquer visões contrárias a esse respeito. Com a farda militar e com a constituição em suas mãos, a efígie de Pedro I ficava longe da figura de um déspota. Na estátua equestre, D. Pedro I era o hábil libertador do Brasil, o herói que se opôs à virulência das cortes de Lisboa, o homem responsável por uma independência incruenta e pelo pacto social resultante na Constituição. Enfim, pai da nação brasileira.

Todos os elementos que compõem a estátua projetam esta imagem. “Cada elemento [...] cada pormenor [da estátua] deveria ser justificado por um pertencimento histórico ao Brasil, concorrendo para elucidar seu passado e dar-lhe densidade histórica” (SOUZA, I., 1999, p. 357). A escolha do material da estátua, mármore e bronze,¹¹⁵ assegurava a perenidade da obra; a carta magna nas mãos de d. Pedro I era o símbolo da tradição brasileira, o regime constitucionalista; as estátuas alegóricas que compunham o monumento, retratando os rios Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco com indígenas e animais da fauna regional de cada rio, representavam o Império fundado por D. Pedro e o que de mais característico havia nele; os brasões das 20 províncias brasileiras, entre o pedestal e a estátua, eram as letras do alfabeto civil, os símbolos da civilidade do Brasil (SOUZA, I., 1999, p. 357). Até a data de inauguração, 25 de agosto de 1862, tinha sua função: coincidir os 40 anos da independência com o aniversário de 38 anos da outorga da Constituição por D. Pedro I.

Para D. Pedro II, a inauguração do monumento na Praça da República era uma forma de emudecer seus críticos. Na estátua, Pedro II estava indiretamente representado. Ligado ao pai, o atual imperador era o legítimo continuador do legado paterno. Silenciando-se sobre os confrontos pela emancipação, sobre a dissolução da Assembléia Constituinte em 1823, no caráter autoritário da outorga da constituição no ano seguinte e demais polêmicas que

¹¹⁵ Apesar de estar previsto em mármore, o pedestal foi construído em granito (RIBEIRO, 1999 ,p. 16).

envolveram seu pai, a estátua inseria Pedro II em uma tradição monárquica constitucionalista, de governo pelo consenso e com legitimação popular. Na inauguração da estátua, adiada para o dia 30 de março devido às fortes chuvas na capital, ficaram unidos na varanda do Teatro São Pedro de Alcântara família real, cortesãos, políticos e clero, (RIBEIRO, 1999, p. 16; SOUZA, I., 1999, p. 355) todos sob os olhares da população, reforçando o caráter constitucionalista da imagem, ao recriar, até certo ponto, a maneira como a constituição fora outorgada – por aclamação dos Senados da Câmara, com a participação popular e da nobreza.

Isto não significa que o monumento tivesse ficado alheio às críticas. Ao contrário, a estátua aparece como mais um local de batalha pela memória nacional, ao contrapor duas percepções de um mesmo personagem – D. Pedro I, o herói nacional, e D. Pedro I, o monarca autoritário. Em texto publicado na data prevista da inauguração da estátua, Teófilo Otoni confronta a proclamação da independência (e a Constituição) com o que considera atos despóticos de D. Pedro I, articulando seu discurso em três eixos: primeiro, que a independência não era fruto somente do voluntarismo do imperador; em segundo lugar, aponta para o autoritarismo, tanto da dissolução da Assembléia Constituinte quanto da própria Constituição outorgada; por fim, considera a abdicação de Pedro, em 7 de abril de 1831, como uma expressão da vontade popular. Por isso, nomeia a estátua de “mentira de bronze” (SOUZA, I., 1999, p. 359-360; SANDES, 2000, p. 35). No ano seguinte, Homem de Melo (apud SOUZA, I., 1999, p. 358) publica um texto negando o caráter constitucionalista de Pedro I, reforçando a tese da mentira de bronze: “Raça degenerada somos nós, que renegamos as glórias tão vividas de nosso passado, rasgamos as páginas mais brilhantes de nossa história, e cobrimos de insultos uma geração inteira para sobre as ruínas de sua reputação erguer o vulto dos ídolos do dia”.¹¹⁶

As investidas contra a figura de D. Pedro I seguem até o ocaso do Império. Em 1888, Raul Pompeu (apud SANDES, 2000, p. 38) escreve uma crônica contra a figura do primeiro imperador e a mística de seus atos. Para ele, “o encanto do Ipiranga foi feito pelo desenho de Pedro Américo”. Pompeu investia contra o enaltecimento de figuras históricas sem o respaldo factual da história. Assim, Pedro I era o “Príncipe estrangeiro que roubava à nação a iniciativa da independência”, era o déspota que “dissolveu a mais legítima Assembléia de representantes que o Brasil tem tido”.

No saldo final das discussões, a independência ganha um espaço que antes não tinha. Lembrado até então por celebrações religiosas e por ser a data quando se realizavam as

¹¹⁶ Não obstante, seis anos após escrever estas linhas, Homem de Melo integrou a comissão responsável por erigir um monumento em homenagem à independência em São Paulo.

eleições provinciais (OLIVEIRA, C., 2005), o 7 de setembro, a partir de agora, ganhava o espaço e as pompas de outras festividades, como a aclamação de d. Pedro I. Assim, a estátua marca um momento de inflexão na maneira como a independência era retratada. Todavia, esta valorização do brado do Ipiranga não foi seguida pela valorização do local onde ela ocorreu. Na estátua equestre, a farda militar e a pose de Pedro eram as referências ao episódio de 7 de setembro de 1822, visto agora como *o momento* de ruptura entre Brasil e Portugal, o auge do processo de emancipação nacional. Para os artífices da estátua, não havia lugar para o riacho. Sua ausência, portanto, e, mais especificamente, a presença dos rios Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco, reflete a escolha por uma mensagem maior, nacional.

Somente em 1869 o governo imperial, com o apoio da assembléia de São Paulo, define uma comissão, presidida pelo senador visconde de Bom Retiro, que ficaria responsável pela construção de um monumento em São Paulo.¹¹⁷ Para arrecadar verbas, a Comissão nomeou comissões provinciais e municipais, dando poder a esta de colher doações para as obras do monumento. Antes disso, a assembléia provincial de São Paulo, pela lei nº 26 de 1855, já havia determinado “a construção de um monumento na colina do Ipiranga, devendo a Província [de São Paulo] ceder gratuitamente os terrenos necessários e desapropriando os dos particulares” (KAREPOVS, 2005, p. 105). Em São Paulo, instalou-se uma comissão, composta por Joaquim Inácio Ramalho, Francisco Ribeiro de Andrade, Antonio de Aguiar Barros (marquês de Itu), Joaquim Mendes Guimarães, entre outros, responsável por todos os detalhes do monumento – desde a escolha do modelo, passando pela finalidade da obra (se seria um museu, um liceu ou mesmo uma estátua) até a questão da arrecadação de fundos.¹¹⁸

Mesmo com esta mobilização inicial, as obras do monumento continuaram paradas. Um panfleto de 1875, escrito pelo presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga, Ernesto M. da Silva Ramos, critica a ausência de um monumento em São Paulo comemorativo da independência, destacando, ao mesmo tempo, a morosidade do governo imperial para a consecução da obra. Enquanto a Corte já contava, há treze anos, com uma estátua do ínclito fundador do Império, e há dois com a do patriarca da independência, São Paulo e a nação ainda aguardavam um “monumento commemorativo de sua emancipação política, e irrefragável testemunho de imorredoura gratidão da Pátria aos heróis da liberdade, que no Ypiranga, a alguns passos apenas da cidade de São Paulo”, irrompeu

¹¹⁷ Faziam parte da Comissão: barão de Pirapama, Custódio Leite de Abreu, Francisco Marcondes Homem de Mello, Isidro Borges Monteiro, Jacinto Alves Barbosa, Jerônimo Jose Mesquita, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, José Pedro Dias de Carvalho, Manuel José de Araújo Porto-Alegre

¹¹⁸ Em 1867, Luis Rochet, o escultor responsável pela estátua equestre, propôs à assembléia provincial de São Paulo fazer uma reprodução em bronze da estátua por 40 contos

ingente brado. Como após mais de meio século o governo imperial nada fez, “a Câmara Municipal da capital de São Paulo avocou a si a grandiosa obra” (PROCLAMAÇÃO..., 1875, manuscrito).

Até sua inauguração, em 1890 – já, portanto, no governo republicano de Deodoro da Fonseca –, o monumento passou por 2 concursos para escolha do design do prédio e que resultou na contratação do arquiteto italiano Tommaso Bezzi, amigo do Imperador; três “Loterias do Ipiranga” para arrecadação de fundos, discussões sobre a funcionalidade da obra – se deveria ser educativa, comemorativa etc.¹¹⁹ Mais importante do que os detalhes da construção do monumento é perceber que, pela primeira vez, a Corte e a província de São Paulo estavam unidas pela construção de um monumento às margens do riacho do Ipiranga. Seja por motivos de afinidade política (alguns políticos do lado paulista, como Joaquim Inácio Ramalho e Antonio de Aguiar Barros, conheciam bem a vida política cortesã), por coincidência de interesses (agora não apenas os paulistas desejavam um monumento que celebrasse a emancipação), ou pelo peso econômico que a Província de São Paulo ganhara a partir de 1850, a articulação entre elite cortesã e elite paulista em prol do monumento é mostra significativa também que a independência passa a ser encarada com outros olhos a partir de então. Com a comemoração do dia 12 de outubro relegada a papel secundário, o brado do Ipiranga é ressignificado, e passa a ser o momento fundador da nação.

Portanto, é seguro afirmar que, entre 1873 (quando são criadas as comissões no Rio e em SP) e 1890 (data de inauguração do Museu), começa a tomar forma o processo metonímico de associação entre fato, lugar e personagem, processo no qual Pedro Américo colaborou. Isto nos leva a outro aspecto das representações da independência e do riacho do Ipiranga: as pinturas históricas no Brasil.

Neste ponto, a Academia Imperial de Belas-Artes ocupou o papel que coube ao IHGB com relação à escrita da história nacional. Às duas instituições coube pôr em prática o projeto nacional da elite cortesã, construindo, em conjunto, uma memória nacional – um, em tinta impressa, o outro a pinceladas. Sem contar com os membros que dividiam seu tempo entre os dois órgãos,¹²⁰ a Academia se estruturou de maneira semelhante ao Instituto. Sob a tutela imperial, sobretudo no segundo reinado, a Academia desenvolveu uma rede de membros correspondentes com diversas instituições e artistas da Europa.¹²¹

¹¹⁹ Sobre os detalhes, ver KAREPOVS, 2005; OLIVEIRA, C.2002; MATTOS, C., 1999.

¹²⁰ O caso mais notório é do barão de Santo Ângelo, Manuel de Araújo Porto-Alegre.

¹²¹ Entre as instituições com as quais a Academia Imperial de Belas-Artes mantinha contato estavam os Museus Imperiais da França, o Museu do Louvre, o museu egípcio, a Academia de Roma, a Academia de Belas Artes de Madri, e outros (DAZZI, s/d.).

A origem da Academia situa-se na chegada, em 1816, da Missão Artística Francesa. Custeada por D. João VI, a Missão Artística pretendia dotar o Brasil de uma arte própria e ficou responsável por estruturar a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios que, em 1820, passou a se chamar Academia Imperial de Belas-Artes. É apenas no segundo reinado que a instituição adquire maior vulto na vida artística nacional. Com o apoio de D. Pedro II, a Academia pôde expandir sua atuação (MATTOS, C., 1999, p. 81). O monarca bancou viagens de jovens artistas da instituição para que os mesmos aperfeiçoassem seus estudos em Roma e Paris.¹²² Também patrocinou os Salões de Belas Artes, conhecidos como Exposições Gerais, onde os artistas competiam por prêmios e medalhas. O imperador investiu igualmente seu capital simbólico, participando das diversas atividades da Academia (CAVALCANTI, 2005, p. 30). Além do amor pelas artes, o interesse de Pedro II era ligar sua figura à da nação.¹²³ Como lembra Cláudia Mattos, as iconografias, depois o golpe da maioridade, preocupam-se em retratar o jovem monarca associado a elementos tipicamente brasileiros, como o café, o abacaxi, o fumo, com símbolos tradicionais da monarquia, com o intuito de construir uma imagem da nação. Após a Guerra do Paraguai, a iconografia do Império passa a ficar mais ampla, com o retrato de diversos momentos heróicos do país – a começar com as batalhas do conflito no Prata (MATTOS, C., 1999, p. 87-88).¹²⁴

Com respeito aos estilos artísticos, predominaram na Academia três grandes correntes: da sua criação até aproximadamente 1850, predominaram os traços do neoclassicismo francês, em consonância com um de seus fundadores, Jean Baptiste Debret, e um dos seus primeiros diretores, Félix-Émile Taunay;¹²⁵ em seguida, sob influência de Manuel de Araújo Porto-Alegre, diretor da Academia entre 1854-1857, distinguiu-se o romantismo;¹²⁶ por último, a partir da década de 1870, foi a época auge da pintura histórica, também guiada pela

¹²² A partir destas viagens, a Academia pôde tecer sua rede de contatos. Ao deixar o cargo de Diretor em 1857 e assumir cargos diplomáticos no exterior, Porto-Alegre igualmente trabalhou para estreitar estes laços.

¹²³ “O novo monarca havia recebido uma educação cunhada em moldes europeus e ocupava-se seriamente com a questão do papel que as artes deveriam assumir na construção do imaginário da nação, refletindo, nesse contexto, também sobre a importância fundamental de seu mecenato” (MATTOS, C., 1999, p. 81). Sobre a formação de D. Pedro II e seu amor às letras e às artes, ver BARMAN, 1999; CARVALHO, 2007. p. 26-33.

¹²⁴ Segundo Lilia Schwarcz (1998, p. 113-139), as iconografias de D. Pedro II podem ser divididas em cinco representações básicas: o órfão da nação (até 1835); o pequeno imperador (fase que perdura até sua coroação e sagração); o grande imperador (entre 1841-1865); o monarca-cidadão (1870-1885); e a monarquia cai ou não cai (1886-1889, período no qual predominam as caricaturas e outras imagens que debocham do imperador).

¹²⁵ A pintura neoclássica tinha por desígnio “manifestar a simplicidade, sobriedade e dignidade, pois, no Clássico, o valor fundamental está situado na própria obra. O pintor, conseqüentemente, busca, em especial, a forma, dá ênfase à linha contínua, à precisão do desenho, à pureza do traço. A composição é sólida, pois a fonte maior de inspiração é a escultura antiga” (SCHLICHTA, 2006, p. 88).

¹²⁶ O Romantismo foi marcado pela valorização da expressão do artista, que tenta “justificar e explicar a nacionalidade [...] por meio da celebração da natureza tropical e do indígena como dono da terra e identificado em suas belezas” (SCHLICHTA, 2006, p. 90).

perspectiva nacional, cujos expoentes mais notórios foram Pedro Américo Figueiredo e Melo e Victor Meirelles de Lima (SCHLICHTA, 2006, p. 118; MATTOS, C., 1999, p. 83-84).

Os quadros históricos já estavam sob o foco da Academia desde seu início, pois, em 1826, foi criada uma Seção de Pintura Histórica, cuja diretriz central era fazer a síntese visual dos acontecimentos mais importantes (SCHLICHTA, 2006, p. 118). Contudo, é apenas sob a direção de Porto-Alegre que a Seção passa a ser responsável pela biografia visual da nação. O projeto de Porto-Alegre tratava a pintura histórica como um complemento dos estudos históricos. Enquanto as “estátuas individualizam as grandes virtudes”, os “escritos as generalizam e perpetuam” (PORTO-ALEGRE, RIHGB 1856, p. 353). Uma nação que cultivasse as duas modalidades daria exemplo inegável de civilidade, bem como moldaria as gerações futuras pelos exemplos dos atos heróicos e dos momentos decisivos do país. Por isso, a utilização de temas nacionais em obras de arte era um dever dos artistas brasileiros, pois o Brasil carecia de trabalhos destinados ao culto nacional (PORTO-ALEGRE, RIHGB 1856, p. 350; 1935, p. 605).

Contudo, para tanto, era necessário um aprimoramento no ensino das artes no Brasil. Porto-Alegre sugere a criação da disciplina de história da arte nos colégios, para que os estudantes adquirissem o gosto pelas artes, e defendia o aprendizado dos jovens artistas na Europa, para aperfeiçoarem seus estudos (PORTO-ALEGRE, RIHGB 1935, p. 606-607). Sua gestão na Academia conseguiu implementar este último aspecto e, com isso, muitos dos grandes nomes da pintura artística brasileira do século XIX tiveram algum tipo de formação no exterior, onde aprenderam as técnicas e os modelos desse estilo artístico. Pedro Américo, por exemplo, foi um destes. Com 15 anos, já conhecido pelo imperador, recebeu uma pensão para estudar em Paris.¹²⁷ Em sua estada na Europa, travou contato com inúmeros mestres e obras históricas. Não é à toa que muitos de seus famosos quadros são inspirados em obras européias.¹²⁸

Tal semelhança entre suas telas e as dos mestres da Europa rendeu a Américo, em 1879, a pecha de plagiário. Em discurso na Associação dos Dramaturgos de Lyon, no ano seguinte, Pedro Américo (apud SCHLICHTA, 2006, p. 234) defende-se das acusações, assegurando que

¹²⁷ O visconde do Bom Retiro era o protetor de Pedro Américo. Foi ele quem o tirou de Areia, interior da Paraíba, matriculando-o no Colégio Pedro II. De tanto se destacar nas disciplinas, Américo chamou atenção até do Imperador, que em visita ao Colégio viu muitos de seus desenhos (CAVALCANTI, 2005, p. 31).

¹²⁸ Consuelo Schlichta (2006, p. 221-222), em sua tese de doutorado, faz um estudo das obras de Pedro Américo e os artistas que o influenciaram. Por exemplo, na *Batalha de Campo Grande*, o artista brasileiro se serve das composições de Luigi Bechi (*Il marchese fadini salva a Montebello il colonello De Sonnaz*), e de Raphael (*Constantino contra Maxencio*).

o progresso da sciencia não é mais do que a continuidade e a expansão da idéa através dos tempos [...] Mas se da historia da sciencia passarmos á da arte, encontraremos logo os maiores mestres a se plagiarem reciprocamente para attingirem a perfeição que buscavam [...] Nas Camaras do Vaticano encontram-se figuras de Raphael, que, no todo, reproduzem outras com que Masaccio decorou a igreja e o claustro do Carmo em Florença. Por qual razão nenhum critico viu nisso um furto, um mero plagio? Porque a pintura do chefe da eschola romana é mais sábia e mais expressiva, completando pela evidencia do desenho e do clar'escuro a intenção revelada nas bonitas composições do illustre percusor [...] A originalidade não reside tanto na absoluta independencia da concepção quanto na fórmula peculiar a cada auctor [...] A inferioridade relativa, a ausencia de engenho e de progresso manifestada no proprio fructo da imitação, eis, Senhores, o caracter distintivo do delicto litterario ou artístico, que muitos de proposito confundem com as coincidencias de idéas ou de fórmulas resultante do facto de collaborarem, casual ou intencionalmente, diversos auctores summos no aperfeiçoamento e na immortalização do mesmo ideal.

Longe de ser um copista, Américo se equiparava aos maiores artistas da história da pintura histórica exatamente por fazer uso de uma prática corrente, a seu ver, no mundo das artes. Todo artista teria a obrigação de acrescentar à obra do anterior, fosse em estilo, fosse na forma. Sem embargo, mais do que plágio, as obras de Pedro Américo e de outros artistas históricos faziam uso de um instrumental comum a muitos artistas de sua época. Dialogar com a tradição das grandes pinturas históricas era comum no mundo artístico oitocentista e uma prática bem vista pela Academia Imperial de Belas-Artes (PORTO-ALEGRE, RIHGB 1856; SCHLICHTA, 2006, p. 235).

Para fins de definição, considero os artistas discutidos adiante como historiadores, pois a pintura histórica interpreta e cria uma narrativa sobre o passado, selecionando o que merece destaque e silenciando aquilo que não lhe interessa. Como ensina Peter Burke (2005, p. 198):

esses pintores [de cenas históricas] podem ser vistos como historiadores de pleno direito. Eles aprenderam a partir do trabalho dos historiadores profissionais que eram encontrados em número cada vez maior nas universidades do século 19, mas fizeram também contribuições para a interpretação do passado. A história que eles, freqüentemente, representavam era a história nacional, movida pelo nacionalismo.

Noé Sandes (2000, p. 70), da mesma sorte, lembra que

o pintor de cenas históricas registra em sua tela os elementos que compõem a imagem que se quer guardar. Pinta por encomenda, atendendo a pedidos de particulares e do Estado. Certamente, essa situação não difere muito do trabalho do historiador no século XIX [...].¹²⁹

¹²⁹ Neste mesmo raciocínio, diz Francis Haskell que, dentro do contexto do século XIX, a pintura histórica “é um dos primeiros indícios mostrando que uma nova aurora se levantava e que o próprio pintor se esforçava em seguir o princípio de Ranke: ‘ver as coisas tal como elas realmente se passaram’” (apud BREFFE, 2005, p. 42).

Destarte, ao contrário do que afirma Consuelo Schlichta (2006, p. 203), os artistas não ocuparam papel de coadjuvantes na construção da memória nacional, e sim foram atores centrais, juntamente com historiadores e geógrafos, para a tessitura do passado brasileiro. Como afirma a mesma autora, o

repertório de monumentos em espaços públicos, de paisagens emblemáticas ou pitorescas, cenas históricas, relíquias em museus, amarrado a um calendário de festas e datas memoráveis, projetou uma memória nacional para o devir a fim de ser cultuada.

Curiosamente, algumas das primeiras iniciativas de registrar o brado do Ipiranga em tintas fora feita por artistas estrangeiros. Como visto no capítulo passado, Edmund Pink, francês, retrata a região onde Pedro I proclamou a independência do Brasil não porque passava por ali, e sim pois via no ato uma pujança muito maior do que até então davam os brasileiros – e mesmo os habitantes de São Paulo.¹³⁰ O quadro de François-René Moreaux (Ilustração 09), francês de passagem pelo Brasil, tenciona reproduzir o mesmo evento.



Ilustração 09: MOREAUX, François René. *Proclamação da Independência*. Rio de Janeiro: Museu Imperial de Petrópolis, 1844.

¹³⁰ Como visto no capítulo 2, Pink era um viajante, mas também homem de negócios, e seu registro do campo do Ipiranga, pela pouca importância econômica do lugar, fora, portanto, produzido com uma intenção de registrar o fato e preservar sua memória, colocando-o, assim, também como um historiador.

Na obra, feita em 1844 sob encomenda do Senado imperial para retratar o momento da emancipação brasileira, D. Pedro é o destaque: é para ele que converge o olhar do espectador, bem como de muitas das personagens da tela. Sobre um cavalo, Pedro I segura com uma mão seu chapéu, como a dar vivas. Ao seu redor estão crianças, mulheres, tropeiros, soldados; a sua esquerda está um senhor acompanhado de uma menina e uma senhora ajoelhada que, pelos trajés, aparentam ser de boas condições financeiras. Bem mais perto de D. Pedro, olhando para o espectador, há um mulato livre (porque calça botas) caminhando firmemente adiante; à frente do imperador, no primeiro plano da tela, segue, junto com algumas crianças, um camponês, descalço e de chapéu de palha, apontando para os céus; por todos os lados há pessoas celebrando a boaventura da ação do então príncipe regente e agora imperador. Um feixe de luz, que segue da parte superior à inferior, situado no centro do quadro, cerca D. Pedro e as pessoas diretamente ao seu redor, ficando no escuro as pessoas mais distantes do monarca. Iluminados, olham para os céus, em sinal de agradecimento.

Com brasileiros de distintas origens sociais, a composição de Moreaux, apresenta ao público a independência e a ordem monárquica – ambos representados pela figura do imperador – como uma vontade popular. Com isso, o pintor francês definia D. Pedro I como o ator principal da independência.. Por sua vez, o júbilo no qual estão imersos povo e imperador transmite ao espectador duas mensagens: primeiramente, a independência fora fruto do consenso, da percepção comum de que aquele era o melhor caminho para o Brasil; em segundo lugar, como a cena pintada por Moreaux não traz nenhum elemento que evoque um ato heróico – como gestos incisivos ou dramáticos, nem tampouco há personagens voluntariosos, passa a idéia de uma emancipação incruenta. Na imagem, a nação surge pacificamente pela comunhão entre monarca e seu povo, sob a benção dos céus.

O quadro de Moreaux mostra que, conforme dito anteriormente, a figura de D. Pedro e o brado do Ipiranga começam, na década de 1840, a ganhar espaço nas representações que pretendiam retratar a nação brasileira. Nesta linha, iniciada nas artes por Moreaux, há a xilogravura de Harzal (Ilustração 10), intitulada *Grito do Ypiranga*, produzido na França em 1872.



Ilustração 10: HARZAL. *O grito do Ypiranga*. 1870. Xilogravura. São Paulo: Museu Paulista, 1870.

O destaque central da imagem é também o imperador. Novamente retratado sobre um cavalo, D. Pedro é apresentado como o artífice da emancipação e, apesar de trajar uniforme militar, não está a praticar nenhum gesto heróico. Igualmente cercado pelo povo, desta vez segura em sua mão não seu chapéu, mas a carta magna brasileira. Portanto, mais do que fato próprio, a independência, na xilogravura de Harzal, assim como na estátua eqüestre, é associada à ordem monárquica constitucionalista.

Contudo, enquanto na tela de Moreaux a composição social é diversa, aqui há a predominância de cavalheiros e militares graduados. O cavalo, aqui, funciona como elemento de clivagem social e como indicativo dos atores da independência: apesar de presentes, outros estamentos sociais, como o indígena, o negro, o camponês e até mesmo o soldado (que, embora à cavalo, está na borda direita da imagem) margeiam a tela, sendo espectadores do surgimento do Império-nação. A presença de diferentes 'brasileiros' autoriza/legitima o fato. Apesar de observadores, o índio, o negro, o camponês e o soldado passam a idéia da independência como um alvitre popular sob a égide do príncipe regente. Se, na imagem de Moreaux Pedro I é o pai da nação sob o auspício divino, em Harzal, D. Pedro é o artífice de uma emancipação primordialmente pacífica, consensual e, sobretudo, ordeira.

Não obstante, até o último decênio do regime imperial, estas iconografias sobre a independência tiveram difusão bastante restrita, sendo conhecida por poucas pessoas. Possivelmente, tal fato tenha ocorrido por terem sido produzidas fora do padrão definido pela Academia Imperial de Belas-Artes. Nesse sentido, não parece ser coincidência que a escultura da independência na Praça da Constituição, bastante conhecida pelo público da corte e fora desta (e cujo impacto pôde ser percebido pela discussão que políticos e escritores de outras províncias travaram acerca de sua construção e de seu simbolismo), tivesse o apoio explícito da Academia, do Instituto Histórico e da Assembléia provincial do Rio de Janeiro.

Sem dúvida, é somente a partir de Pedro Américo que a independência e o local onde ocorrera ganha notoriedade no imaginário nacional. O quadro *Independência ou Morte!*, pintado entre 1886 e 1888, e inaugurado em Florença neste ano, com a presença do imperador e da Rainha Vitória da Inglaterra, talvez seja hoje a representação mais conhecida da independência. Parte considerável de sua fama deveu-se à gestão de Affonso de Taunay no Museu Paulista e sua busca de colocar São Paulo como palco central dos principais eventos da história brasileira.¹³¹ As condições de produção da tela mostram uma faceta da memória nacional que apenas a composição da tela não é capaz de ilustrar.

A relação de apadrinhamento de D. Pedro II, adiantada acima, foi sem dúvida uma das razões que o levaram a ser escolhido para pintar o painel da independência. O visconde do Bom Retiro, que descobriu os talentos de Pedro Américo ainda na juventude deste e o trouxe para a Corte, era o encarregado, no Rio de Janeiro, da comissão responsável pela ereção do monumento do Ipiranga. Junto ao seu já estabelecido costado político, Américo também contava com o aval das instituições memoriais oitocentistas, marcadamente o IGHB e a Academia de Belas-Artes. Seu relacionamento com Manuel de Araújo Porto-Alegre foi igualmente responsável por abrir as portas de seu futuro sucesso. Pedro Américo estudou na Academia na mesma época em que Porto-Alegre foi o diretor. Os laços entre os dois começam a se estreitar quando Américo, então com 15 anos, pede ao imperador, com o apoio de Porto-Alegre, uma pensão para estudar em Paris. Impressionado com as habilidades do pintor quando este ainda estudava no Colégio Pedro II, D. Pedro, o filho, concede mesada de 400 francos (SCHLICHTA, 2006, p. 152-154).

¹³¹ Segundo Ana Cláudia Breffe (2005), o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo foi o responsável por desenvolver e consolidar um “nacionalismo paulista”, isto é, a noção e o sentimento que a história nacional teve por pedra de toque a cidade de São Paulo e seus habitantes. Exemplo disto seria o bandeirantismo, responsável, segundo o nativismo paulistano, pela expansão das fronteiras nacionais e mesmo por evitar a desagregação territorial. Se, de um lado, o IGHSP forneceu o modelo interpretativo, o Museu Paulista deu os recursos para que a idéia florescesse. Taunay, membro ativo do Instituto e ele mesmo difusor do papel civilizador e heróico do bandeirante, patrocinou obras de vários pintores, entre eles Benedito Calixto e José Wash Rodrigues, que serviriam para ilustrar a contribuição paulista para a história nacional.

Uma vez na França, portando uma carta de recomendação de Porto-Alegre, travou contato com diversos pintores históricos, como Horace Vernet, conhecido por ser pintor de panoramas de batalhas – em especial as de Napoleão (MELLO JR., 1983, p. 19-21). Ao retornar ao Brasil, indicado por Porto-Alegre, passa a fazer parte da Academia como professor de Desenho Figurado e, posteriormente, de História da Arte, Estética e Arqueologia. Américo devia não apenas seu emprego ao seu mentor, mas também sua fama inicial. Porto-Alegre recomendou que *A Batalha de Campo Grande*, uma das primeiras telas históricas de Américo, fosse para a Exposição de Viena de 1871 (PORTO-ALEGRE, 1871, manuscrito).

A despeito de seu protetorado e de sua notoriedade nacional, Américo sofreu oposição para consecução de seu painel. Em missiva ao barão Homem de Melo, Américo diz que viera, em 1885, para São Paulo, em companhia do visconde do Bom Retiro, conhecer pessoalmente os principais integrantes da “comissão dos trabalhos do Ipiranga” (AMÉRICO, 1885, manuscrito). Com o rápido retorno do visconde para o Rio de Janeiro, encontrara-se na difícil posição de ficar sem apoio para circular no meio político – apoio por ele considerado fundamental pelo fato do engenheiro do edifício do Ipiranga, Tommazzo Bezzi, ter ido se queixar ao imperador sobre a despesa de pouco mais de 30 contos de réis pedido por Américo para pintar o quadro. Afiançando que Bezzi conseguira o apoio do monarca e temendo a oposição do conde de Itu, o artista pede a Homem de Melo que escreva uma carta a seu favor ao conde de Itu e aos demais membros da Comissão. Para conseguir o apoio do barão Homem de Melo, Américo (1885, manuscrito) justificou-se da seguinte maneira:

no meu entender o quadro é um monumento mais diretamente expressivo do que o edifício de pedra, principalmente ezeutado por um filho do país cuja independencia lhe é mais grata, do que ao estrangeiro.

A questão de seu pagamento foi outro entrevero na produção do quadro. De acordo com Cecília Oliveira, no início de 1886 lançou-se a idéia que Américo estava a cobrar centenas de contos de réis para a consecução do painel. Segundo o periódico *A Província de São Paulo*, o barão de Ramalho e o presidente da província de São Paulo haviam, primeiro, encorajado o pintor e, depois, dispensado o seu serviço usando como justificativa o preço abusivo cobrado pelo artista. O jornal defende Américo, afirmando que no máximo o pintor cobraria trinta contos de réis, e que tinha dotes artísticos suficientes para um trabalho de elevada qualidade (OLIVEIRA, C., 1999, p. 71-73). O apoio do barão Homem de Melo,

somado à boa repercussão que sua iniciativa teve na imprensa paulista, asseguraram a consecução da obra.¹³²

Mais do que uma querela por dinheiro ou do que entre um artista nacional e outro estrangeiro – embora este fato tenha repercutido na Paulicéia¹³³ –, a escolha de Pedro Américo sofreu resistência pelo fato dele ser visto como um pintor monarquista. Vários membros da Comissão do Ipiranga, como o visconde de Itu, o barão de Ramalho¹³⁴ e o presidente da província de São Paulo (Francisco de Paula Rodrigues Alves – o quinto presidente do Brasil),¹³⁵ temiam que a tela de Américo fosse uma homenagem ao poder monárquico. Com Tommaso Bezzi, a Comissão do Ipiranga queria, por um lado, autonomia da Corte e, por outro, assegurar a perpetuação de sua própria versão da emancipação brasileira, vista sobretudo como um acontecimento apoiado pelos paulistas em terras paulistas. Contudo, Américo enfrentou resistência na Corte. Segundo ele, em duas cartas diferentes encaminhadas ao barão Homem de Melo (AMÉRICO, s/d, manuscrito; AMÉRICO, 1885, manuscrito), o imperador Pedro II fazia oposição ao seu quadro sem, contudo, explicar o caso. Além disso, como lembra Cecília Oliveira (1999, p. 74), a relação entre Américo e o barão de Ramalho pode ter sido mais cordial do que evidenciam as correspondências do primeiro. Com base nos Relatórios da Comissão, a autora afirma que “a descrição do 7 de setembro elaborada pelo artista constitui a reiteração quase literal das considerações que Joaquim Inácio de Ramalho formulou acerca do ‘fato’ e que teriam servido de inspiração para a concepção do palácio-monumento”, especificamente, o desígnio de transformar a independência no momento singular da história brasileira (OLIVEIRA, C., 1999, p. 74).

Superados os problemas, Pedro Américo pôde voltar seus esforços para a tela, preparando-se diligentemente para executá-la. Como um geógrafo-viajante, visitou o riacho e a colina do Ipiranga, para conhecer as formas do relevo do lugar. Nos primeiros meses de 1886, visitou, em companhia de Homem de Melo, o “formoso domínio do Ipiranga” (AMÉRICO, s/d, manuscrito; AMÉRICO, 1885, manuscrito).

Minucioso até o escrúpulo, fui duas vezes a São Paulo [...] visitei a gloriosa colina do Ipiranga em companhia do Sr. Barão de Ramalho, presidente da Comissão do Monumento que ali se está erigindo, sob cujos olhos desenhei

¹³² Em 1887, o conde de Parnaíba, Antonio de Queirós Teles, autoriza o barão de Ramalho à “entrega, por adiantamento, da quantia de doze contos de réis (12:000\$000), ao artista Nacional Dr. Pedro Americo de Figueiredo, encarregado de pintar o grande quadro comemorativo da proclamação da Independencia do Imperio na collina do Ypiranga”. (VISCONDE DE PARNAÍBA, 1887, manuscrito).

¹³³ Para o periódico *A Província de São Paulo* a questão era primordialmente a defesa “de trabalhos originais de artistas brasileiros” (apud OLIVEIRA, C1999, p.72).

¹³⁴ Não é demais lembrar que Joaquim Inácio Ramalho, futuro barão de Ramalho, fora o advogado dos conspiradores paulistas da Revolta Liberal de 1842.

¹³⁵ Até meados de 1887, o presidente da província foi o conde de Parnaíba.

diversos pontos o sítio que serviu de cenário ao segundo e mais grandioso canto da rápida epopéia, assim como já dias antes, e acompanhado do arquiteto Dr. Tommazzo Bezzi e de diversos outros distintos diretores dos trabalhos do referido monumento, o havia feito em relação aos horizontes do lugar em que se passou o fato inicial, antes de reunir-se d. Pedro à guarda (AMÉRICO, 1999a, p. 21-22).

Como um historiador, procurou saber em fontes todos os detalhes do brado do Ipiranga. Em carta escrita provavelmente entre fins de 1885 e início de 1886, confia ao seu amigo, barão Homem de Melo, que suas “pesquisas historicas [...] vão-se coroando de feliz ezito” (AMÉRICO, 1886, manuscrito). Para uma precisa reprodução do acontecimento, inquiriu diversas pessoas sobre, dentre outras coisas, as vestimentas usadas pelos participantes do brado do Ipiranga, pois, diz ele, a esse respeito “só pude colher informações, e às vezes contraditórias” (AMÉRICO, s/d, manuscrito). Procurou também por um retrato do coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, Comandante da Guarda de Honra de d. Pedro I. Frustrado, afirma que até então só obteve “informações acerca dos traços gerais daquele companheiro do Príncipe no Ipiranga” (AMÉRICO, s/d, manuscrito). Para garantir uma pintura “rigorosamente inspirada na realidade”,¹³⁶ Américo, “depois de compulsar na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e nas coleções particulares as obras nas quais alguma passagem me podia auxiliar” (AMÉRICO, 1999a, p. 21-22), fez uso

do insuspeito testemunho de diversos presenciadores do fato, entre os quais o 1º comandante da Guarda de Honra coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, o 2º comandante capitão-mor Manoel Marcondes de Oliveira e Melo, depois barão de Pindamonhangaba, e o gentil-homem da Câmara Francisco de Castro Canto e Melo, então alferes do Exército; de venerandos anciãos de São Paulo, quais os Ex.^{mos} Sr.s. barão de Ramalho e doutor Manoel José Chaves, que ainda se recordam daquela memorável tarde, e me narraram minuciosamente, em espécie este último, tudo quando os impressionou; e finalmente de ilustrados historiógrafos e outros escritores, os quais, além de me ofertarem seus escritos especiais acerca do assunto, comunicaram-me [...] os documentos originais em que se basearam (AMÉRICO, 1999a, p. 21).

Tamanho esforço permitiu ao pintor fazer sua própria interpretação do 7 de setembro, o qual, além de sua tela, foi exposto em pequeno texto intitulado “O Fato”. No opúsculo, Américo apresenta primeiro as razões que trouxeram D. João VI para o Brasil para, em

¹³⁶ Embora guiado pela tradição da pintura histórica, cujo objetivo era chegar a imagem que melhor retratasse o fato, Américo lembra ao leitor-espectador que “a realidade *inspira*, e não *escraviza* o pintor. Inspira-o naquilo que ela encerra digno de ser oferecido à contemplação pública, mas não o escraviza o quanto encobre, contrário aos desígnios da artes, os quais muitas vezes coincidem com os desígnios da história. E se o historiador afasta dos seus quadros todos os incidentes perturbadores da clareza das suas lições e da magnitude dos seus fins, com muito mais razão faz o artista, que procede dominado pela idéia da impressão estética que deverá produzir no espectador a sua obra” (AMÉRICO, 1999a, p. 19, 21 (grifos do autor); SCHLICHTA, 2006, p. 230).

seguida, dizer o motivo que levou ao retorno do rei para Portugal e explicar as conseqüências dessa volta. O retorno de D. João libertou o Brasil “de uma corte que perpetuava a um tempo as crenças absolutistas e a exclusiva influência européia, causas perenes do estiolamento nacional, e importuno obstáculo à expansão do gênio e do caráter original da nação infante” (AMÉRICO, 1999b, p. 15). Esta mesma corte queria agora travar o progresso brasileiro. A interpretação de Américo, tributária dos historiadores oitocentistas, não deixa de atribuir a ‘culpa’ da emancipação brasileira aos desmandos das Cortes portuguesas, embora fosse ele mais crítico do legado português do que, por exemplo, Cairu e Varnhagen. Diz Pedro Américo que, apesar de hesitar em romper os laços que o unia ao seu próprio país, d. Pedro percebeu que

a eloqüência dos fatos era, entretanto, superior à vontade humana. A nação maior, mais pujante, mais esperançosa e mais rica não podia curvar-se aos decretos e ainda menos aos caprichos da menor, e mais dependente de alheias perturbações e mais pejada de preconceitos medievais, e mais fraca, finalmente, em todos os sentidos. O cabo interoceânico que as unia estava gasto no ponto em que a decrepidez pretendia absorver a juventude. Para o quebrar bastaria o impulso desta (AMÉRICO, 1999b, p. 15).

Explicado os motivos do fato, Américo passa à descrição do episódio em si. Em viagem a São Paulo “para restabelecer a ordem pública”, D. Pedro, depois da missão cumprida, viaja para Santos, lá ficando por dois dias. Depois, voltou a São Paulo “sobre os próprios passos na madrugada de 7 [de setembro], chegando pelas 4 horas da tarde ao alto da colina do Ipiranga, junto à qual desliza-se o riacho deste nome. Ali – talvez para melhor compor seu traje, mudar de montaria e conceder um momento de liberdade à Guarda de Honra – ordenou que esta o precedesse, indo-o esperar às portas da cidade, que já pouco distava” (AMÉRICO, 1999b, p. 16). Enquanto a Guarda de Honra desmontava à margem do ribeiro Ipiranga, recebe as cartas vindas do Rio de Janeiro com as ordens das Cortes de Lisboa “que chamavam D. Pedro à Europa para viajar incógnito sob a tutela de seu preceptor, e declaravam irritas e nulas as providências por ele tomadas em prol da nossa pátria”. D. Pedro leu os decretos, e

depois olhou para seus companheiros de viagem, e disse comovido: “Tanto sacrifícios pelo Brasil... e entretanto não cessam de cavar a nossa ruína!”. Então expande a fisionomia, acende o brilho dos olhos, e, como se houvera descoberto o talismã da futura grandeza da sua pátria adotiva, puxa pela espada e grita resolutamente: “*Independência ou Morte!*” (AMÉRICO, 1999b, p. 17).

Não obstante, não é esta a cena pintada por Américo em sua tela. Ele registra em tintas a cena posterior a este primeiro momento, narrada pelo próprio da seguinte maneira:

Acompanhado pelos poucos que o cercam, animados de uma curiosidade mesclada de admiração, e porventura da inevitável perplexidade do espírito em tão solenes momentos, continua rápido na direção de sua Guarda de Honra, luzida esquadrilha de cavaleiros pela maior parte da magnífica milícia de São Paulo, à qual se haviam reunido diversas pessoas que ambicionavam acompanhar ou desejavam contemplar de perto o príncipe regente. O guarda de honra Miguel de Godoy Moreira e Costa, que estava de sentinela à porta da casa rústica, vendo assomar d. Pedro no alto da colina, alerta os camaradas, “aos quais escasseia o tempo de montarem todos a cavalo”, pois Sua Alteza Real, sofrendo o animal que cavalgava, apressa-se em chamar pelo 1º comandante da sua guarda coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, e exclamar aos cavalheiros que o rodeiam, podo-se em forma quanto lhes permitiam a rapidez do fato e a impropriedade do terreno: “Meus senhores, as cortes de Portugal querem escravizar o Brasil; por isso cumpre declarar desde já a sua independência”. Dito isto tirou o chapéu armado e acrescentou: “Laços Fora!”, referindo-se ao laço emblemático português que muitos dos soldados traziam ao braço esquerdo, e logo todos arrancaram e arrojaram para longe de si. “De hoje em diante traremos um laço verde e amarelo, e estas ficaram sendo as cores brasileiras”. Depois, elevando a espada, bradou solenemente: “*Independência ou Morte!*” Grito sublime, que foi muitas vezes repetido e entusiasticamente saudado assim pelos guardas de honra, que com as espadas desembainhadas reproduziam o gesto marcial do Augusto Afirmador da nossa independência ... (AMÉRICO, 1999b, p. 17-18).

Antevendo a pouca representatividade na maneira como se procedeu a independência – pois fora um acontecimento testemunhado apenas pelos poucos que o cercavam e fruto de seu ímpeto –, D. Pedro repete seu gesto, agora com um pouco mais de ordem, com a presença de sua Guarda Real e de alguns cidadãos curiosos, todos bem cômicos do significado daquele momento. O primeiro *Independência ou Morte!*, para Américo, aconteceu distante do riacho do Ipiranga, testemunhado apenas por um punhado de pessoas. Era o “segundo e mais grandioso canto da rápida epopéia” a exclamação mais importante – e o evento conhecido como o brado do Ipiranga. Sem dúvida, a descrição que Américo acerca do episódio procura explicar algumas das escolhas que fez na composição do quadro, sobretudo, como, por exemplo, a disposição de sua Guarda de Honra e até a montaria e a farda de D. Pedro.¹³⁷

Passemos à composição de Américo. Na tela (Ilustração 11), D. Pedro, situado mais ao topo de uma pequena colina, faz-se acompanhado de alguns dos membros civis de sua comitiva. A sua esquerda (à direita do espectador), estão os membros de sua Guarda de Honra, em um movimento circular. Mais ao fundo, neste mesmo lado, está um soldado a subir em sua montaria e, junto à casa, duas crianças observam, apoiados em uma cerca, o desenrolar da cena. No plano inferior, perto do riacho do Ipiranga, estão mais soldados da Guarda. O

¹³⁷ Com base nos relatos do barão de Pindamonhangaba e de Francisco Canto e Melo, os quais diz ter tomado como fonte para sua pintura, Américo sabia que o príncipe regente montava uma “besta gateada” e usava uma fardeta comum. Ver, neste capítulo, a seção **As fontes deságuam rumo à independência do Brasil**.

soldado que se encontra logo abaixo de D. Pedro lança ao chão a fita vermelha e azul, símbolos de Portugal, gesto imitado por seus camaradas ao lado. À direita do Imperador, um carreiro assiste a tudo com espanto; mais acima, um tropeiro também observa o desenrolar dos fatos. Bem ao fundo, quase imperceptível ao espectador, um camponês guia seu cavalo, alheio à cena.



Ilustração 11: AMÉRICO, Pedro. *Independência Ou Morte!*. São Paulo: Museu Paulista, 1888.

Já foi destacado por alguns autores que a obra de Américo é semelhante ao painel *Batalha de Friedland, 1807*, pintado em 1875 por Jean-Louis-Ernest Meissonier (Ilustração 12). As semelhanças não são poucas. Na tela, Napoleão, sobre um outeiro, está cercado por seus soldados. Ao seu lado está o que se poderia chamar de 'Estado-maior', seus generais, conselheiros e estrategistas. D. Pedro se equivale a Napoleão, isto é, ambos são as personagens centrais de suas respectivas obras, exacerbados pela adoração militar (CARVALHO, J., 1999).



Ilustração 12: Jean-Louis Ernest Meissonier. *Batalha de Friedland, 1807*. 1875, Metropolitan Museum of Art.

Como dito anteriormente, Pedro Américo não enxergava como plágio o ato de se inspirar nas obras dos grandes mestres da pintura história, sendo, em sua concepção, um dever do pintor fazer uso dos modelos dos passado, melhorando-os. Acusá-lo de plágio, portanto, é equivocado, pois primeiramente, o conceito de plágio no século XIX é distinto do atual. De acordo com o *Grand dictionnaire universel du XIX Siècle*, “são coisas diferentes – repetimos – uma imitação fecunda e uma cópia servil ou materialmente disfarçada, como é o caso mais freqüente dos plagiários” (apud SCHLICHTA, 2006, p. 235). Em segundo lugar, as duas telas apresentam diferenças significativas. O caráter puramente militar da tela de Meissonier é, em Américo, substituído pela presença de civis. E, enquanto o *Friedland* tem por tema o heroísmo de Napoleão, o *Brado do Ipiranga*, embora procure destacar o lado heróico de D. Pedro, tem como intenção registrar o nascimento da nação brasileira. Se o Monumento do Ipiranga une fato e local, o quadro de Pedro Américo procura fixar na população um determinado sentido para o episódio dentro da memória nacional.

A distância entre D. Pedro e os soldados da Guarda de Honra é uma diferença não apenas com a obra de Jean-Louis Ernest Meissonier, como também com a *Proclamação da Independência* de François-René Moreaux. A menor separação entre Napoleão e seu Exército, que indica uma proximidade entre Comandante e seus comandados, inexistente na pintura de Américo. No *Independência ou Morte!* podemos afirmar que a distância entre o imperador e sua comitiva de conselheiros é uma metáfora do ordenamento social, classificando e hierarquizando as personagens do quadro. Todos são espectadores da ação/determinação de

um homem. Ao contrário do que ocorre na tela de Moreaux, onde a população está junto do monarca celebrando a independência, no *Brado*, o único papel que cabe à população é de observador – espantado, no caso do carreiro; ou feliz, na pessoa de fraque, no lado direito da tela e ao fundo junto com outros soldados. Isto diz bastante sobre a visão da nação brasileira e da figura do imperador que a tela queria transmitir. A nação surge pelo voluntarismo do príncipe regente que foi a São Paulo apaziguar os ânimos. E, enquanto em Moreaux D. Pedro é o pai que celebra com os filhos o nascimento do Império, em Pedro Américo o Imperador é o tutor da nação, aquele que age resolutamente pelos interesses de seus discípulos.

Apesar de estar em plano secundário, a figura de D. Pedro rege a tela: a movimentação da tropa ao seu redor leva o olhar do espectador para sua figura. Sem ele, a imagem perderia seu referencial; assim, em posição superior a todos, o Imperador demonstra calma e determinação/resolução. Seus gestos, do corte das fitas simbolizando Portugal ao brandimento da espada, são imitados por todos os presentes (exceção feita aos ‘espectadores oficiais’ da cena: o tropeiro, o carreiro, a pessoa de fraque e as crianças junto à cerca, na direita da tela). Ao colocar D. Pedro como personagem principal da independência, Américo reforça uma determinada narrativa sobre a emancipação que se consolidou com o transcorrer do século XIX, silenciando, por conseguinte, interpretações diferentes acerca do episódio.

A pata do cavalo de um dos soldados do primeiro plano esguicha um pouco d’água, chamando a atenção do observador para aquele filete de água que se delineia na parte inferior do quadro. O riacho do Ipiranga, apesar de ser uma barreira estética, isto é, delimitar o limite inferior da tela (MATTOS, C., 1999, p. 92), é aspecto fundamental do quadro, sobretudo porque o artista deliberadamente registrou o riacho. Pedro Américo (1999a, p. 26-27) justifica-se da seguinte maneira:

Para satisfazer o geral desejo de ver representado o célebre riacho do Ipiranga – o qual na realidade passaria à distância de alguns metros atrás de quem observa o painel –, forcei a perspectiva pintando um simulacro de corrente aos pés dos cavaleiros do primeiro plano. Desculpe-me o público por essa quase insignificante violência à topografia, considerando a necessidade de consagrar na pintura a idéia do ribeiro cujo nome tão intimamente ligou-se ao glorioso fato da nossa emancipação política.

Pedro Américo propositadamente registra o riacho, dando ao Ipiranga um papel dentro de sua interpretação de nossa independência. Resta, então, a pergunta: quem desejava ver o Ipiranga no quadro? Não é demais lembrar mais uma vez que, durante o período imperial, o riacho esteve ausente de brasões, esculturas e outras pinturas.

Os patrocinadores da obra foram, como visto, os políticos de São Paulo. Apesar das intervenções dos políticos cortesãos – sobretudo na figura do visconde do Bom Retiro – coube aos paulistas as tarefas de escolha do projeto arquitetônico para o Monumento, arrecadação de verba para consecução da obra e definição do fim do Edifício – se seria uma escola ou um Monumento-Museu. A preocupação da Comissão do Monumento ia além dos critérios arquitetônicos, e voltava-se também para a simbologia que intentavam transmitir com o Monumento. O quadro de Pedro Américo estava submetido, como todos os demais aspectos da obra, à Comissão, em específico, ao barão de Ramalho e ao Presidente da Província de São Paulo. Já foi comentado sobre a preocupação do pintor com a interferência do barão, este preocupado com a versão da independência a ser imortalizada. Alerta Cecilia Oliveira (1999, p. 73), com base nos diários do barão, que ele e Américo discordavam acerca da “concepção artística” do quadro. Segundo a autora, nos últimos dias de dezembro de 1885, o barão escreveu em seu diário que chegara a termos com Pedro Américo (OLIVEIRA, C., 1999, p. 73; DIÁRIO DO BARÃO..., dezembro de 1885). O artista, em carta ao barão Homem de Melo de janeiro de 1886, assegura que ele e a “patriótica Comissão dos Trabalhos do Ipiranga” chegaram a um acordo acerca da concepção estética da obra. (AMÉRICO, 1886, manuscrito).

A ingerência da Comissão na confecção do quadro se faz presente justamente na figura do riacho do Ipiranga. Ao cometer “insignificante violência à topografia”, o pintor consagra o riacho, dentro da narrativa da independência brasileira, como o local onde D. Pedro proferiu seu brado. O fato, agora, tinha um lar, São Paulo. Com isso, Américo conseguiu, fosse sua intenção ou não, atingir um duplo feito: por um lado, propositadamente, delimitou espacialmente a emancipação, tornando-a, ao contrário das demais representações da independência que não davam indícios do local do fato, em um acontecimento que se desenrolou nas terras paulistas. O riacho, nesta representação, aparece como o berço da nação, cujas águas embalarão os primeiros passos do Estado brasileiro. Portanto, e de outro lado, o quadro faz o que a estátua equestre não conseguiu, unir fato, local e personagem em um único processo metonímico. Falar da independência era falar de d. Pedro I e falar do Ipiranga, cada parte remetendo e substituindo a outra.

Independência ou Morte! fora uma das últimas tentativas de comemorar o Império, agora resistindo por um fiapo, sobretudo após a abolição da escravatura. Em um mundo iconográfico cercado por charges do imperador dormindo nas sessões do Instituto Histórico ou que destacavam sua velhice e, em alguns casos, até a senilidade (SCHWARCZ, 1998, p. 130-132), o governo imperial tinha, na tela de Américo, uma das últimas tentativas de manter

o respeito diante de seus súditos. D. Pedro I, visto por muitos e por bastante tempo como um monarca despótico de hábitos questionáveis (ou mesmo, como na estátua equestre e na xilogravura de Harzal, o pai da monarquia constitucional) era o herói que tirou o Brasil do jugo português.

O brado do Ipiranga transforma-se, nestes últimos anos imperiais, no clímax do nosso processo de emancipação. Sem mais estar associado à promulgação da Constituição ou à influência divina, a independência é fato relevante por si só. A delimitação espacial da independência, presente nos registros historiográficos mas ausente (ou pelo menos não evidente) nas diversas representações iconográficas do momento, é, com Pedro Américo, sedimentado. O “pequeno desvio geográfico” feito pelo pintor limita a independência a um local específico. O riacho, retratado pelo artista, é mais do que um observador, junto com o carreiro, o tropeiro, as crianças, os civis da comitiva, e o espectador atual. É um sítio venerado, heróico, por ser o palco onde se desvelou momento singular da história brasileira. No final, possivelmente a obra mais famosa de Pedro Américo passou a posteridade como uma elegia ao decadente Império.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação abordou as representações construídas ao longo do século XIX sobre o riacho do Ipiranga e a independência nas artes, na história e na geografia. Ribeiro da cidade de São Paulo, o Ipiranga deve sua notoriedade, a partir das últimas décadas do século XIX, aos acontecimentos que se desenrolaram em suas margens. Circunscrito a um local pouco povoado, o regato teve, nos primeiros séculos de colonização, usos bastante restritos, servindo basicamente para saciar a sede dos transeuntes que se deslocavam pela estrada do mar, indo ou vindo da capital, ou como filete de água útil para lavar botas e pés dos tropeiros, como outros córregos também foram. Em virtude disso, somado a seu diminuto tamanho, não recebeu muitos registros nos mapas, nos trabalhos corográficos e nas memórias de viagens sobre a capitania e depois província de São Paulo.

Com o brado de D. Pedro, em 1822, a situação do ribeiro se modificou um pouco. O Ipiranga, sobretudo para os viajantes estrangeiros, já era, a partir deste momento, um local digno de nota e atenção. Oriundos de países onde a construção simbólica da nação já estava em andamento, os europeus que visitaram a província de São Paulo após 7 de setembro enxergavam naquele local o nascedouro do Brasil e que, por esta condição, merecia algum tipo de marco (um monumento, uma estátua, um obelisco etc.) que indicasse, para todos, a importância do lugar.

Não obstante, o riacho demorou mais de 66 anos para estar presente nas representações nacionais, estando, durante este período, ausente da memória nacional construída. As instituições criadas com o propósito de definir o passado do Brasil – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes, o Arquivo Público do Império, o Colégio Pedro II – procuravam salvar da voragem do tempo os fatos que ilustrassem a constituição da nação brasileira e o feitio de seu povo. Dessa forma, estas academias de memória, ao mesmo tempo em que selecionavam alguns acontecimentos, silenciavam outros ou, prática mais comum, mitigavam a importância de eventos que possuíssem características contraditórias ao seu ideal. Por isso, em parte, a não-valorização da proclamação da independência e o conseqüente ‘esquecimento’ do riacho do Ipiranga nos anos posteriores aos eventos de 1822. A historiografia oitocentista – incluindo aí as obras do visconde de Cairu e Francisco Adolfo de Varnhagen – julga com maior apreço o período anterior, que abarca a chegada da comitiva imperial ao Rio de Janeiro até às inquietações suscitadas pelas cortes lisboetas em 1820. Logo, em uma historiografia interessada em destacar as ressonâncias entre o Brasil e Portugal, a Independência aparece como um

momento constrangedor, onde os últimos laços que uniam institucionalmente os dois povos são definitivamente cortados. A maneira como os historiadores transformaram um momento possivelmente traumático em momentâneo sobressalto nas relações entre os dois povos foi indicar que o esfacelamento do Reino Unido fora culpa das cortes de Lisboa, que queriam reconduzir o Brasil ao patamar que ocupava antes, isto é, submeter-nos novamente ao estatuto colonial.

Fica mais fácil entender o porquê de tanto Cairu quanto Varnhagen transformarem 1808 no ponto de inflexão da nossa história: a chegada da família Real (na concepção dos dois historiadores, ressalvadas as diferenças entre eles, e para muitos membros do IHGB) desencadeou a sucessão de eventos que resultaria na Independência – de tal modo, a emancipação foi um desdobramento natural da vinda da Corte. Assim sendo, tanto para Cairu quanto para Varnhagen, era o dia 12 de outubro, não o 7 de setembro, que marcava o fim do processo de emancipação. Dois historiadores bastante ligados a um projeto político que se queria branco, europeu e monarquista, o momento exato de ruptura com Portugal mostrava-se um problema. Esta situação foi ‘remediada’ por ambos, ao considerarem a aclamação de D. Pedro como o momento de surgimento da nação. Nesta data, acontecia uma ruptura com continuação. Não mais parte do Reino Unido sob a tutela de D. João, o novo Estado nacional garantiu a permanência da unidade territorial, da monarquia constitucionalista e do cristianismo.

Todavia, no transcorrer do século XIX, o brado do Ipiranga ganhou espaço nos registros acadêmicos e no espaço público. O crescente esforço da Corte para valorizar o dia 7 de setembro pode ser encarado, de certa maneira, como um modo de transformar em história um acontecimento que ainda era motivo de disputas políticas entre oposicionistas e governo imperial. Ao reelaborar o sentido do brado do Ipiranga, esperava-se que o fato deixasse de ser usado para atingir o imperador, e fosse visto como parte constituinte do passado brasileiro e, assim, elemento de referência para a nação.

Muito ilustrativo dessa prática foram, como visto no último capítulo, a construção da estátua equestre no Rio de Janeiro e a ereção do Monumento do Ipiranga, em São Paulo. Nos dois casos, a emancipação saía dos livros de história e passava a ocupar o espaço público. Fora das disputas meramente políticas, a independência, com estes dois monumentos, faz parte do cotidiano de inúmeros indivíduos.

A construção do museu do Ipiranga é a metáfora de como foi encarada a independência no transcorrer do império. Visto como uma necessidade para os paulistas, o monumento passou pela indiferença do governo imperial e pela pouca importância dada ao

dia pelas demais províncias, à desconfiança dos opositores do imperial a qualquer monumento que celebrasse a nação. Destarte, mais do que uma proposta nacional, a edificação de um monumento comemorativo da independência às margens do Ipiranga provou ser uma idéia da elite paulista. É apenas com o recrudescimento das críticas a D. Pedro II após o término da Guerra do Paraguai que a Corte passou a seriamente encampar a criação de uma obra comemorativa do dia 7 de setembro no local onde transcorreu o fato. Face a movimentos como os abolicionistas, republicanos e separatistas, que colocavam em cheque a legitimidade imperial, o ‘resgate’ da emancipação trazia à tona o feitiço do Brasil para o governo imperial: um país monarquista, centralista e constitucionalista.

É igualmente neste sentido que deve ser entendida a tela de Pedro Américo. Embora outros artistas tenham, pintado o brado do Ipiranga, cada qual valorizando uma determinada faceta do evento, Américo foi o único a registrar o riacho em tintas. Ao pintar o Ipiranga em sua tela, Américo delimita espacialmente a independência a São Paulo. Com isso, o pintor áulico, sob influência da comissão responsável pela construção do monumento, conseguiu o que nenhuma outra representação artística fizera nos oitocentos: unir indelevelmente local, fato e personagem. O riacho do Ipiranga entrara, de uma vez por todas, na memória nacional.

FONTES

Arquivos e Museus

- Arquivo Nacional – Coordenação de Consultas ao Acervo (COCAC) e Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC)
- Senado Federal - Secretaria de Arquivo (SARQ)
- Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga) - Serviço de Documentação Textual e Iconografia

Bibliotecas

- Biblioteca Central da Universidade de Brasília – Divisão de Coleções Especiais - Obras Raras (OBR) e Periódicos
- Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Coleção de Obras Raras e Coleção Luiz Viana Filho
- Biblioteca do Museu Paulista da Universidade de São Paulo
- Fundação Biblioteca Nacional

Fontes iconográficas

AMÉRICO, Pedro. **Independência Ou Morte!**, 1888. Óleo sobre tela, 760x415cm. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo. In: SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação do século XIX**. 2006. Tese (Doutorado em História).

BEZZI, Tommaso G. **Planta do terreno onde se situa o monumento do Ipiranga**. São Paulo, [s.d.]. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Claudio Lome Ilino de. **Carta da Provincia de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 1887. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

DUTRA, Alípio. **O Ipiranga em 1854**. [Reprodução da gravura de Miguel Arcanjo Dutra]. Óleo sobre tela. São Paulo, [s.d.]. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

DUTRA, Miguel Arcanjo Benício. **São Paulo vista do Ipiranga**. São Paulo, 1846. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

HABERSHAM, Robert A. **Carta da Provincia de São Paulo levantada sobre estudos recentes e dados authenticos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1870.

HARZAL. **O grito do Ypiranga**. 1870. Xilogravura, 20,7x24cm. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

IRMÃOS, Firmin Didot. **Carta Topographica da Provincia de São Paulo**. Rio de Janeiro, 1847. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

MEISSONIER, Jean-Louis Ernest. **Batalha de Friedland, 1807**. 1875. Óleo sobre tela, 144x252cm. Nova Iorque: Metropolitan Museum of Art. In: SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação do**

século XIX. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Setor de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MOREAUX, François René. **Proclamação da independência.** Óleo sobre tela, 244x383cm. Rio de Janeiro, 1844. Rio de Janeiro: Museu Imperial de Petrópolis. In: SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação do século XIX.** 2006. Tese (Doutorado em História).

PEREIRA, Francisco Lobo L. **Projecto de uma alameda entre a cidade de S. Paulo e o ponto historico no Ypiranga.** São Paulo, 1882. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

PINK, Edmund. **Vista do Ipiranga, local onde o atual imperador, Dom Pedro, então Príncipe Regente, declarou a independência do Brasil,** 1823. Aquarela, 18,5x24cm. São Paulo: Acervo BOVESPA. In: In: PINK, Edmund. **São Paulo de Edmund Pink.** São Paulo: DBA, 2000.

Fontes impressas:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ABREU, Manoel Joaquim de. Diarrio Roteiro do Arraial do Pesqueiro d'Anaguary até ao rio Ouyapoco pelo capitão Manoel Joaquim de Abreu (oferecido ao Instituto por Manoel Ferreira Lagos). **RIHGB**, 1849.

ALMEIDA, Francisco Manoel Raposo de. Origem do Collégio Pedro II: memória lida ante Sua Magestade Imperial pelo sócio correspondente o senhor Francisco Manuel Raposo de Almeida. **RIHGB**, 1856, p. 528.

ATA DA SESSÃO DE 9 DE JULHO DE 1842. **RIHGB**, 1842.

ATA DA SESSÃO DE 9 DE OUTUBRO DE 1845. **RIHGB**, 1845.

AZAMBUJA, Joaquim Maria Nascentes de. Mato Grosso por Coritiba e Tibagy. Intinerario da viagem que fiz ao baixo Paraguay. **RIHGB**, 1846.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **RIHGB**, 1839.

BELLEGARDE, Pedro d'Alcântara. Notas. **RIHGB**, 1853.

BREVE NOTÍCIA SOBRE A CRIAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO DO BRAZIL. **RIHGB**, 1839.

CAMELLO, João Antonio Cabral. Noticias praticas das minas de Cuiabá e Goyazes, na capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev Pe. Diogo Soares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez ás minas de Cuiabá no anno de 1727. **RIHGB**, 1842. (Oferecido ao Instituto por Francisco Adolfo de Varnhagen).

CASTILHO, José Feliciano. Discurso sobre a necessidade de proteger as sciencias, as letras e as artes no Império do Brasil. **RIHGB**, 1848.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DE PORTUGAL E DO BRASIL DESDA A SAHIDA D'EL-REI DE LISBOA EM 1807 ATÉ O PRESENTE. **RIHGB**, 1863, p. 145-184.

CORRESPONDÊNCIAS ENTRE VENDEK E THOMAS JEFFERSON. **RIHGB**, 1884, p. 123-132.

COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se effectua a navegação do Pará pelo Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do commercio e do Estado. **RIHGB**, 1865.

D. PEDRO II. Discurso de D. Pedro II na sessão de 15 de dezembro de 1849. **RIHGB**, 1849, p. 552.

D. PEDRO II. Manuscrito sobre os limites do Brasil. **RIHGB**, 1861.

D'ACUÑA, Cristóvão. O novo descobrimento do grande rio das Amazonas. **RIHGB**, 1865.

D'ALINCOURT, Luiz. Memoria sobre o reconhecimento da foz e porto do Rio Doce. **RIHGB**, 1866. (Texto escrito originalmente em 1833).

DIÁRIO DO RIO MADEIRA. [Documento anônimo]. **RIHGB**, 1857.

DIAS, A. Gonçalves. A Memoria historica do Sr. Machado de Oliveira e o Parecer do Sr. Duarte da Ponte Ribeiro. **RIHGB**, 1853.

_____. Resposta do Sr. A. Gonçalves Dias a Defesa do Parecer sobre a Memoria do Sr. Machado d'Oliveira. **RIHGB**, 1853.

DISCURSO DO PRESIDENTE DO IHGB, O VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, NA PRIMEIRA SESSÃO PÚBLICA ANIVERSÁRIA DO IHGB EM 03 DE NOVEMBRO DE 1839. **RIHGB**, 1839, p. 267-271.

EXTRACTO DOS ESTATUTOS DO IHGB. **RIHGB**, 1839, p. 22-24.

IDÉIAS DE INDEPENDENCIA NO BRAZIL EM FINS DO SÉCULO PASSADO. **RIHGB**, p. 123-132, 1884.

LEVERGER, Augusto. Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Provincia do Mato-grosso. **RIHGB**, 1884.

LEVERGER, Augusto. Breve Memória relativa a Chorographia da Provincia de Mato Grosso. **RIHGB**, 1865.

LEVERGER, Augusto. Tabella de latitudes e longitudes de diversos logares da provincia de Mato-grosso determinadas por observações astronômicas pelo Barão de Melgaço. **RIHGB**, 1884.

LISBOA, Bento da Silva. José da Silva Lisboa, visconde de Cayrú. **RIHGB**, p. 238-246, 1839.

LISBOA, José Antonio. Discurso. **RIHGB**, 1842.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso proferido durante a Sessão Publica Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico do Brazil no dia 15 de dezembro de 1852. **RIHGB**, 1852.

_____. Relatório do Primeiro Secretário. **RIHGB**, 1853.

MAIA, Emílio Joaquim da Silva. José Bonifácio. **RIHGB**, 1846, p. 116-146.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação ácerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brasil. **RIHGB**, 1863.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Épocas brasileiras ou sumário dos acontecimentos notáveis do Império do Brasil. **RIHGB**, jan.-mar, 1974.

MIRANDA, J. Antônio de; BAENA; Antonio L. M. Conta que deu da instauração do obelisco da estrada de Nazareth [...] o Tenente Coronel de Artilharia Antonio Ladislau Monteiro Baena. **RIHGB**, 1841.

OLIVEIRA, Candido Batista de. Parecer sobre a Memoria historica do Sr. J.J. Machado de Oliveira. **RIHGB**, 1853

OLIVEIRA, J.J. Machado. Memoria historica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo. **RIHGB**, 1853.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Discurso do Presidente na Primeira Sessão Pública Aniversária do IHGB em 03/11/1839. **RIHGB**, 1839a.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Programa histórico. **RIGHB**, 1839b.

PINTO, Antonio Pereira. A confederação do Equador: notícia histórica sobre a Revolução Pernambucana de 1824. **RIHGB**, v. 2, 1866, p. 53.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que seve lançar mão para obter o maior número possivel de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil?. **RIHGB**, 1841, p. 149-157.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Apontamentos sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade de Bellas Artes no Rio de Janeiro. **RIHGB**, p. 605, 1935. Texto escrito originalmente em 1853.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Iconographia Brasileira. **RIHGB**, 1856.

REINAULT, Pedro Victor. Relatorio da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos. **RIHGB**, 1846.

REIS, José de Miranda; D'EÇA, Joaquim da Gama Lobo. Itinerario da viagem terrestre da cidade de Santos, na Provincia de S. Paulo, á Cuyabá, capital da Provincia de Mato Grosso. **RIHGB**, 1863.

RELAÇÃO DA VIAGEM QUE FEZ O CONDE DE AZAMBUJA, D. ANTONIO ROLIM, DA CIDADE DE SÃO PAULO PARA A AVILLA DE CUYABÁ EM 1751. **RIHGB**, 1845. (Documento remetido de Lisboa ao IHGB por Francisco Adolfo de Varnhagen).

RIBEIRO, Duarte da Ponte. Carta da fronteira do Imperio do Brasil com a Republica do Paraguay. **RIHGB**, v. 2, 1872.

_____. Parecer sobre a memoria de Machado de Oliveira. **RIHGB**, 1853.

_____. Defeza do Parecer sobre a Memoria historica do Sr. Machado. **RIHGB**, 1853.

ROLIM, Antonio. Relação das viagens, que fez o conde de Azambuja, da cidade de S. Paulo para a villa de Cuyabá em 1751. **RIHGB**, 1845.

SILVA, Camilo Lelis da. Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao Rio Paranan. **RIHGB**, 1865.

SOUZA, Augusto Fausto de. Estudo sobre a divisão territorial do Brasil. **RIHGB**, 1880, segunda parte.

SUPLEMENTO. **RIHGB**, 1842.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Felipe Camarão. **RIHGB**, v. I, 1867..

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Notas ao Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa. **RIHGB**, 1861, p. 8.

VEIGA, Luiz Soares. Itinerario de viagem da côrte á villa de Miranda, provincia de Mto-Grosso, feito em cumprimento de ordem do Exm. Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Guraa Brigadeiro Jeronimo Francisco Coelho. **RIHGB**, 1863

Outros

AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasílica, ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

AMÉRICO, Pedro. A Pintura. In: OLIVEIRA, Cecilia S. de; MATTOS, Claudia V. de (Org.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: EDUSP, 1999a.

AMÉRICO, Pedro. O Fato. In: OLIVEIRA, Cecilia S. de; MATTOS, Claudia V. de (Org.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: EDUSP, 1999b.

ASSIS, MACHADO DE. História de Quinze Dias. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 set. 1876. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/view/full/1943>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**. São Paulo: Livraria Itatiaia Editora, 1975.

DAZZI, Camila. **Relatório geral dos membros da academia imperial de belas artes entre 1857 e 1888**. Levantamento realizado a partir do banco de dados do Museu Dom João VI da Escola de Belas Artes da UFRJ. Disponível em: <http://dezenovevinte.locaweb.com.br/documentos/membros_correspondentes.htm>. Acesso em: 5 fev. 2008.

DISCUSSÃO SOBRE PROJETO DE LEI SOBRE OS DIAS DE FESTIVIDADE NACIONAL. **Anais do Senado Federal**, v. 2, 1826.

DISCUSSÃO SOBRE PROJETO DE LEI SOBRE OS DIAS DE FESTIVIDADE NACIONAL. **Anais do Senado Federal**, v. 3, 1826.

FLETCHER, James; KIDDER, Daniel P. **O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1941.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pelas províncias Brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (1825 a 1829)**. São Paulo: Museu de Artes Assis Chateaubriand, 1977.

LISBOA, José da Silva. **História dos principaes sucessos políticos do Imperio do Brasil**. v. 3. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830.

LISBOA, José da Silva. **História dos principaes sucessos políticos do Imperio do Brasil**. v. 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829.

LISBOA, José da Silva. **História dos principaes sucessos políticos do Imperio do Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828.

MORAES, Alexandre José de Mello. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**. Tomo II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

NOGUEIRA, Octaciano. **A Constituição de 1824**. Brasília. Centro de Ensino à Distância, 1987.

PINK, Edmund. Diário de uma viagem através das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. In: PINK, Edmund. **São Paulo de Edmund Pink**. São Paulo: DBA, 2000.

SAINT-HILAIRE. **Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e missões do Paraguai**. São Paulo: Martins, 1972.

TAUNAY, Affonso. Duas palavras como prefácio. In: FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pelas províncias Brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (1825 a 1829)**. Tradução de Alfredo D'escragnolle Taunay. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1941.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A história geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinações pela província de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Cultura, 1945.

Fontes manuscritas

AMÉRICO, Pedro. **Carta ao barão de Ramalho**, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1888. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Barão de Ramalho, ARQ 14, documento 1491.

AMÉRICO, Pedro. **Carta ao barão Homem de Melo**, [s/l, s/d]. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Monumento da Independência, ARQ 79, pasta 15.

AMÉRICO, Pedro. **Carta ao barão Homem de Melo**, São Paulo, 12 de dezembro de 1885. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Monumento da Independência, ARQ 79, pasta 15.

AMÉRICO, Pedro. **Carta ao barão Homem de Melo**, São Paulo, 12 de janeiro de 1886. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Monumento da Independência, ARQ 79, pasta 15.

BARÃO DE PARAGUAÇU. **Carta ao barão de Ramalho**, Hamburgo, 21 de maio de 1878. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Barão de Ramalho ARQ 14, documento 530.

BONIFÁCIO, José Bonifácio. **Concessão para erigir um monumento no Ipiranga**, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1823. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Base de dados, documento 1-00150.

DIÁRIO DO BARÃO DE RAMALHO SOBRE AS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE OBRAS DO MONUMENTO DO IPIRANGA, São Paulo, 1882-1887. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Barão de Ramalho, ARQ 14, documento 1360.

OFÍCIO DE ESTEVÃO RIBEIRO DE REZENDE E LUCAS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS, São Paulo, 11 de maio de 1825. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Monumento da Independência, ARQ 79, pasta 15.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. **Carta**, Rio de Janeiro, 1871. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Barão de Santo Ângelo, documento 8.

PROCLAMAÇÃO ESCRITA POR ERNESTO M. DA SILVA RAMOS E DIOGO DE MENDONÇA PINTO, São Paulo, 15 de setembro de 1875. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Monumento da Independência, ARQ 79, pasta 15.

RELATO ANÔNIMO DO LOCAL DA INDEPENDÊNCIA, São Paulo, [s/d]. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Monumento da Independência, ARQ 79, pasta 15.

TOLEDO, Floriano Joaquim de. **Carta a Diogo Antonio Feijó**, São Paulo, 20 de janeiro de 1829. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Monumento do Ipiranga, ARQ 79, pasta 9, documento 2127.

VISCONDE DE CAVALCANTI. **Carta ao barão de Ramalho**, São Paulo, [1888]. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Barão de Ramalho, ARQ 14, documento 537.

VISCONDE DE PARNAÍBA. **Ofício ao barão de Ramalho**, São Paulo, 22 de junho de 1887. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Barão de Ramalho, ARQ 14, documento 538.

VISCONDE DE RIO BRANCO. **Carta ao conselheiro Francisco Inácio Homem de Melo**, São Paulo, 1877. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Barão de Ramalho, ARQ 14, documento 1489.

VISCONTE DO BOM RETIRO. **Carta ao barão de Ramalho**, São Paulo, 22 de julho de 1886. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Barão de Ramalho, ARQ 14, documento 528.

VISCONDE DE CAVALCANTI. **Carta ao barão de Ramalho**, São Paulo, [1888]. [São Paulo]: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Barão de Ramalho, ARQ 14, documento 537.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDUCI, Cássia Chrispiniano. **A “Pátria Paulista”**: o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (Org.). **Desafios da imagem**: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Brasil. In: _____ (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. v. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 50-65.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo. In: _____ (Org.). **O marquês de Pombal e a universidade**. Lisboa/Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. **Publicação de documentos históricos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

AYMARD, Maurice. Espacios. In: BRAUDEL, Fernand. **El Mediterráneo: el espacio e la historia**. México. D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.

BARMAN, Roderick J. **Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91**. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.

BARRO, Máximo; BACELLI, Roney. **Ipiranga**. São Paulo: Secretaria municipal de Cultura, [s/d.].

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Visconde de Cairu: vida e obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 27-64.

BOSI, Ecléa. **A substância social da memória: O Tempo Vivo da Memória**. Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 13-48.

_____. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOXER, Charles R. **O império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterráneo: el espacio y la historia**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.

BREFFE, Ana Cláudia. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: UNESP/Museu Paulista, 2005.

BRITO, Eleonora Zicari. Sobre a complexidade do campo historiográfico. **Revista Eletrônica Nethistoria**, 2003. Disponível em: <<http://www.nethistoria.com>>. Acesso em: 2004.

BURKE, Peter. **O testemunho das imagens**. A testemunha ocular. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

CALAFATE, Pedro. **O Iluminismo em Portugal**: as metamorfoses da Palavra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

CANOVA, Iolanda. **Os doces bárbaros**: imagens dos índios Parezi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Os esplendores da imortalidade. **Folha de São Paulo**, 26 dez. 1999. Caderno Mais!

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: GOMES, Paulo César da Costa; CASTRO, Iná; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-183.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2001a. p. 43-69.

_____. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001b.

CAVALCANTI, Ana. D. Pedro II na abertura da Assembléia Geral, de Pedro Américo. **Nossa História**, São Paulo, ano 3, n. 26, p. 30, dez. 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. In: _____. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 63-66

_____. Introdução: Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **História cultural**: entre práticas representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. Poderes e limites da representação: Marin, o discurso e a imagem. In: _____. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 163-180.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COELHO, Geraldo Mártires. Onde fica a corte do senhor imperador? In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. v. 1. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 267-284.

COSTA, A. M. Amorim da. As Ciências Naturais na reforma pombalina da universidade : “estudo de rapazes, não ostentação de príncipes”. In: ARAÚJO, Ana C. (Org.). **O marquês de Pombal e a universidade**. Lisboa/Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 189.

COSTA, Célia Maria Leite. **Memória e administração**: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

DIÉGUES, Fernando. **A revolução Brasília**: o projeto político e a estratégia da Independência. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos. **Ler História**. Lisboa, n. 39, 2000.

DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.

ENGEL, Magali Gouveia. Revoltas liberais de 1842. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 647-648.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **O grito do Ipiranga**: uma fantasia. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. Nicolau de Campos Vergueiro. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FEBVRE, Lucien. **O Reno**: história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Lúcio. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas do Brasil imperial. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos/RJ, v. 13, n. 2, abr./jun. 2006, p. 279. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n2/04.pdf>>. Acesso em: 23 de abril de 2007.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Matar um mandarim chinês – as implicações morais da distância. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Paulo César. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: GOMES, Paulo César da Costa; CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 13-42.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resitência. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 32-43.

GREGORY, Derek. **Ideology, Science and Human Geography**. Essex: Hutchinson University Library, 1978. p. 11-80.

GUIMARÃES, Lúcia Maria de. Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**. Rio de Janeiro: tomo 388, julho-setembro 1995.

_____. A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ANAIS DO XIX SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH: História e cidadania, v. 2. São Paulo: HUMANITAS/ANPUH, 1998.

_____. Arquivo Público do Império. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 55-57.

_____. Felisberto Caldeira Brant (Marquês de Barbacena). In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **TOPOI: Revista de História**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, n. 5, p. 184-200, set. 2002.

_____. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HARTOG, François (org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: as invenções das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de. O manifesto de 1870. In: _____. **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. Tomo 2, v. 5. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

_____. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001.

KAHTOUNI, Saide. **Cidade das águas**. São Carlos: RiMa, 2004.

KAREPOVS, Dainis. **São Paulo: A imperial cidade e a Assembléia Legislativa Provincial**. São Paulo: Assembléia Legislativa/Divisão de Acervo Histórico, 2005

KNAUSS, Paulo. **A Imagem Recusada**. A estátua equestre de D. Pedro II. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/labhoi/pdf/pc7-2.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2005.

LAHUERTA, Flora Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. X, nº 218 (64). (no sítio <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm> acessado em 18/04/2007).

LEÃO, Emmanuel. O Esquecimento da Memória. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15/Editora UnB, 1999.

MACHADO, Lia Osório. Origens do Pensamento Geográfico No Brasil. Meio Tropical, Espaços Vazios e a Idéia de Ordem. In: CASTRO, I.; Gomes, P. C.; CORREA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995. v.1. p. 309-353.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Esboço crítico sobre da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002). In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Teoria e história da historiografia. In: _____ (Org.). **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-26.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos Viajantes: o olhar britânico (1800-1850)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Claudia Valladão de. Imagem e palavra. In: OLIVEIRA, Cecília S. de; MATTOS, Claudia V. de (Org.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. Independência ou Morte!: O Quadro, a Academia e o Projeto Nacionalista do Império. In: OLIVEIRA, Cecília S. de; MATTOS, Claudia V. de (Org.). **O Brado do Ipiranga**, 1999, p. 92.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **Tempo saquarema**: A formação do Estado imperial. São Paulo: HUCITEC, 1990.

MAXWELL, Kenneth. Por quê o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**: A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000.

MELLO JR., Donato. **Pedro Américo de Figueiredo e Melo 1843-1905**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983, p. 19-21.

MIRANDA, J. Antônio de; BAENA, Antonio L. M. Conta que deu da instauração do obelisco da estrada de Nazareth [...] o Tenente Coronel de Artilharia Antonio Ladislau Monteiro Baena. **RIHGB**, p. 204-208, 1841.

MONTEIRO, Pedro Meira. As duas faces de um moralista. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, São Paulo, ano 3, n. 30, p. 71, março 2008.

_____. **Um moralista nos trópicos**: o visconde de Cairu e o duque de la Rochefoucauld. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Roberto. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Revista Projeto História** 23. Natureza e Poder. São Paulo: PUC-SP, p. 1-10, nov. 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (Org.). **Estado como vocação**: idéias e práticas políticas do Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 09-33.

_____. José da Silva Liboa. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 430.

_____. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e Cidadania no Império**: novos horizontes, 2007, p. 48.

_____. Colégio de Pedro II. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 147-148.

NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire**. I. La République. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA LIMA. **D. João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. **O movimento da independência:** 1821-1822. 6. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **7 de Setembro de 1822:** A Independência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. A Historiografia e a Questão da Independência. In: **A ASTÚCIA LIBERAL:** Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSP/Ícone, 1999, p. 21.

_____. **A astúcia liberal:** relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSP/Ícone, 1999.

_____. Nos bastidores da Cena. In: _____; MATTOS, Claudia V. de (Org.). **O Brado do Ipiranga**, 1999, p. 71-73.

_____. O Museu Paulista da USP e a Memória da Independência. **Cadernos Cedex**. Campinas, v. 22, n. 58, dez. 2002.

_____; MATTOS, Claudia V. de (Org.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade. In: SOUZA, Amaury (Org.). **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 70-88.

PINTASSILGO, Joaquim. O Absolutismo Esclarecido em Portugal: inovações polêmicas e alinhamentos (final do século XVIII – início do século XIX). In: COSTA, Fernando Marques da, et al (Ed.). **Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850**. Lisboa: Veja, 1989, p. 23.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 10, p. 3-15, 1989.

POPPINO, Rollie. A century of the Revista do Instituto Historico Geografico Brasileiro. **The Hispanic American Historical Review**, Durham, n. 33, v. 2, p. 307-323, maio 1953.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Entre memória e história, o que mudou na História? **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 15, p. 249-255, set. 1987/fev. 1988.

_____. Memória em bronze: Estátua eqüestre de D. Pedro I. In: KNAUSS, Paulo (Coord.). **Cidade vaidosa: Imagens urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 18.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da história geral do Brasil. **RIHGB**, abr./jun. 1967.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. **O amor da pátria, o amor das letras: as origens da nação** na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o conceito de representações sociais e sua definição. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da Nação: entre a monarquia e a república**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In: JANCSÓ, István. (Org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação do século XIX**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Setor de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.artes.ufpr.br/publicacoes/consuelo/tese_consuelo.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2007.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. O olho do rei: as construções iconográficas e simbólicas em torno de um monarca tropical: o imperador Pedro II. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (Org.). **Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeos nas ciências sociais**. Campinas: Papyrus, 1998, p. 113-139.

_____. **Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros**. São Paulo: Editora Vértice/IDESP, 1989.

SERRÃO, José Vicente. Sistema político e funcionamento institucional no pombalismo. In: DOMINGUES, Francisco; COSTA, Fernando M. da; MONTEIRO, Nuno G. (Org.). **Do antigo regime ao liberalismo (1750-1850)**. Lisboa: Veja, [s/d].

SILVA, Dinair Andrade da. **Saint-Hilaire e o Brasil**: um viajante francês lança seu olhar sobre uma colônia às vésperas da Independência. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura luso-brasileira**: da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa: Estampa, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **A vida de D. Pedro I**. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SOUZA, Octavio. **Fantasia de Brasil**: as identificações na busca da identidade nacional. São Paulo: Escuta, 1994.

TAUNAY, Affonso de E. **História da cidade de São Paulo sob o Império**. v. 6 (1842-1854). São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1977.

TODOROV, Tzvetan.. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

VIEIRA, Martha Victor. Varnhagen e a Independência do Brasil. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: História: guerra e paz, 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/MARTHA%20VICTOR%20VIEIRA.PDF>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

VINTROVA, Magdalena. **Olfactory images and creation of meaning in Gogol's**: "The Nose" and Rushdie's "Midnight's Children". 2004. Dissertação. (Mestrado em Artes) - Texas A&M University, Texas, 2004.

WEHLING, Arno. **Estado, história e memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos – História e Natureza, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 4, n. 8, 1991.